

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JUCILENE DE OLIVEIRA MARTINS

**O CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE AGENTES
TÉCNICOS AGROAMBIENTAIS E A ORGANIZAÇÃO DA
JUVENTUDE CAMPONESA NA REGIÃO SUDOESTE DE
MATO GROSSO**

**CÁCERES – MT
2019**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JUCILENE DE OLIVEIRA MARTINS

**O CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE AGENTES
TÉCNICOS AGROAMBIENTAIS E A ORGANIZAÇÃO DA
JUVENTUDE CAMPONESA NA REGIÃO SUDOESTE DE
MATO GROSSO**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Geografia, área de concentração Dinâmica Espacial, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Paula da Silva

**CÁCERES – MT
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA (NO VERSO DA FOLHA DE ROSTO)

FOLHA DE APROVAÇÃO

JUCILENE DE OLIVEIRA MARTINS

O CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE AGENTES TÉCNICOS AGROAMBIENTAIS E A ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE CAMPONESA NA REGIÃO SUDOESTE DE MATO GROSSO

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Tânia Paula da Silva
(Orientadora - PPGGEO/Unemat)

Prof. Dr. Luiz Augusto Passos
(Examinador Externo - PPGE/UFMT)

Profa. Dra. Judite de Azevedo do Carmo
(Examinadora Interna - PPGGEO/UNEMAT)

Prof. Dr. João Ivo Puhl
(Examinador Interno - UNEMAT)

Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart
(Examinador Interno - UNEMAT)

DEDICATÓRIA

Com o meu coração cheio de gratidão, dedico este trabalho a todos/as Agentes Técnicos Agroambientais (ATAS), que me fizeram “apaixonar”, tomar “gosto”, e me entusiasmar por este trabalho. Jovens com quem dialoguei, sonhei, chorei, busquei, somei saberes e aprendi muito durante minha trajetória de pesquisadora e coordenadora pedagógica do curso ao longo desta pesquisa.

Que os jovens, não só os que protagonizaram este processo de formação, mas todos os jovens do nosso país, encontrem um futuro melhor no campo e sintam orgulho por viver no meio rural. Que a luta continue incessantemente em busca do reconhecimento quanto sujeitos de direitos.

AGRADECIMENTOS

No momento de conclusão desta pesquisa, como é bom agradecermos.

A Deus pelo Dom da Vida e por ter me oportunizado este momento, a conclusão de mais uma fase importante da minha vida.

Há muitos e muitas pessoas para agradecer, mas, primeiramente, a minha gratidão será expressa à pessoa que contribuiu para que tudo chegasse até aqui de maneira leve e prazerosa.

É com o coração cheio de gratidão a Deus que agradeço imensamente à orientadora Profa. Dra. Tânia Paula da Silva, por ter me confiado este grande e prazeroso desafio. Agradeço pela amizade, paciência, atenção e disponibilidade para auxiliar e orientar na realização deste trabalho e a parceria na realização de tantos outros. Por ter me oportunizado a conhecê-la quanto profissional dedicada, admirável, e como pessoa, com o coração enorme, que me motivou a trilhar os caminhos profissionais empoderada, sem medo, na busca do meu sonho. Obrigada!

Ao professor Dr. Laudemir Luiz Zart, agradeço por ter confiado em minha capacidade, por sempre estar disposto a planejarmos, organizarmos, e executarmos muitos trabalhos de pesquisa e extensão e assim permitiu-me ser coordenadora pedagógica do “Curso de Formação e Capacitação de Agente Técnico Agroambiental”. Grata pela convivência, conversa, conselhos e pelo imenso aprendizado proporcionado no decorrer de oito anos. Obrigado, por ter me propiciado desafios e trocas de conhecimentos que me enriqueceram quanto profissional e quanto pessoa.

Agradeço imensamente ao professor João Ivo Puhl (coordenador geral do Curso) por ter compartilhado as angústias, alegrias, vitórias, surpresas e lágrimas, de início ao fim do Curso. Grata por compartilhar também sua sabedoria e humildade, por contribuir e direcionar os aprendizados experienciados no decorrer da execução do Curso. Obrigada pelo carinho, atenção, cuidado e preocupação comigo e com os cursistas.

Aos membros da banca examinadora, Profa. Dra. Judite de Azevedo do Carmo, Prof. Dr. Luiz Augusto Passos, Prof. Dr. João Ivo Puhl e Prof. Dr. Laudemir

Luiz Zart, pelas contribuições nesse momento tão importante da minha vida acadêmica. Gratidão pela dedicação na leitura, sugestões e imenso aprendizado proporcionado.

Ao meu companheiro João Alessandro e ao meu filho João Victor pelos momentos vividos juntos, pelo estímulo, pelo apoio, pelo amor, incentivo em todas as minhas decisões, por estarem sempre ao meu lado, segurarem a minha mão e por nunca me deixar desanimar. Obrigado meus amores.

À minha mãe Joanice de Oliveira pela força, amor e dedicação, pela preocupação com a minha vida corrida e por me incentivar com sua fé e alegria.

Ao meu pai Luiz Rosa pelo exemplo e por ter feito o melhor que podia por mim e pela minha irmã.

A minha irmã Rosa Maria, pelo apoio e convivência durante toda minha vida.

Aos meus sobrinhos Edenilson e Gabriel pelas alegrias e carinho.

Enfim a todos os “de casa”, que me acompanharam e torceram para que este trabalho fosse concluído, além de compreenderem as minhas ausências. Agradeço o carinho da minha família em todos os momentos.

Um agradecimento muito carinhoso e especial à amiga que “ganhei” e levarei por toda vida, Cristiane Gonçalves (boneca) “culpada” por eu ter chegado aqui. Agradeço pela motivação, carinho, cuidado, companheirismo, convivência e exemplo. Presença constante e importante em muitas coisas e momentos (antes, durante e depois da dissertação), grata pela belíssima amizade que construímos, pelos momentos divertidos, pelas trocas de angústias, reflexões acadêmicas e sobre tantas coisas dessa vida.

Agradeço as minhas “eternas” amigas, Eunice Ferreira, Fabiane Justiniano e Vanusa Ap. Almeida (As Borrachinhas), que não só no decorrer desta formação, mas desde a graduação compartilham alegrias, choram, vibram, torcem, desejam e sonham, para que sejamos sempre felizes na busca dos nossos sonhos. Grata minhas amigas por tudo que vivemos e que ainda viveremos juntas.

Agradeço a toda equipe Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO e a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES) pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão que realiza com a comunidade urbana e

do campo, através de projetos para o fortalecimento da educação popular, segundo os princípios da Economia Solidária, Agroecologia e Educação do Campo.

Gratidão aos Colegas do mestrado e Professores do Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGGEO) da UNEMAT que fazem parte desta história, pelas discussões, momentos agradáveis que juntos vivemos, compartilhamos e por aprender mais a cada dia.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT) pela bolsa de mestrado para o desenvolvimento desta pesquisa, disponibilizada nestes dois anos de formação.

Gratidão ao Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), em nome de Ságuio Moreira Santos e toda equipe técnica, pela parceria na realização do “Curso de Formação de Agente Técnico Agroambiental”

Agradeço de forma muito especial os jovens protagonistas do “Curso de Agente Técnico Agroambiental (ATAs)” com quem pude conviver, dialogar, sonhar, chorar e troquei saberes ao longo da pesquisa, antes durante e depois. Muito obrigada mesmo! Jovens admiráveis, persistentes e insistente. Minha eterna gratidão a tod@s vocês, razão e motivação para a conclusão desta pesquisa.

Agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a construção desta dissertação. Meu muito obrigada!

O Adolescente

A vida é tão bela que chega a dar medo.

Não o medo que paralisa e gela, estátua súbita, mas esse medo fascinante e
frememente de curiosidade que faz o jovem felino seguir para a frente farejando o vento
ao sair, a primeira vez, da gruta.

Medo que ofusca: luz!

Cumplicemente, as folhas contam-te um segredo velho como o mundo:

Adolescente, olha! A vida é nova...

A vida é nova e anda nua - vestida apenas com o teu desejo!

MÁRIO QUINTANA

LISTA DE ABREVIATURAS

ACA – Associação Comodorenses de Apicultores

APA – Associação Portense de Apicultores e Agricultores/as da Agricultura Familiar de Porto Esperidião

APIC – Associação Indígena Niorch Haukina / Aldeia Chiquitano

ARPA – Associação Regional dos Produtores e Produtoras Agroecológicos

ARPEP – Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal

ATAS – Agentes Técnicos Agroambientais

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEDRSS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário

CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES – Central de Abastecimento e Vendas da Agricultura Familiar

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONEPE – Conselho Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONJUVE – Conselho Nacional da Juventude

COOERJAURU – Cooperativa Agropecuária de Jauru

COOPERMAF – Cooperativa Mista de Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Comodoro

COOPRAF – Cooperativa Regional dos Produtores Rurais na Agricultura Familiar

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTA – Centro de Tecnologia Alternativa

FASE-MT – Federação de Órgãos para Assistência Educacional e Social/ Mato Grosso

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso

INCUBEES – Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

MT – Mato Grosso

MUL – Movimento de União dos Lavradores

NECOMMT – Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudo da Complexidade no Mundo do Trabalho

NUPET – Núcleo de Pesquisa Extensão e Ensino em Políticas Públicas, Educação e Trabalho

ONGs – Organizações Não Governamentais

PAA – Programa de Aquisição de Alimento

PL – Projeto de Lei

PJR – Pastoral da Juventude Rural

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

RG – Registro Geral

SAFs – Sistemas Agroflorestais

SGPR – Secretária Geral da Presidência da República

SNJ – Secretária Nacional da Juventude

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 01 – Projeto Semeando Amazônia Sustentável CTA/BNDES	50
Quadro 02 – Estrutura do Curso de Formação e Capacitação de Agente Técnico Agroambiental	56
Quadro 03 – Cronograma das Disciplinas do Curso	57
Quadro 04 – Cronograma das Ações do Curso	61
Quadro 05 – Os Jovens Participantes da Pesquisa	66
Quadro 06 – Identificação dos Sujeitos do Curso	68
Quadro 07 – Comparativos entre os dois modelos de agricultura presente no Brasil	78

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Área de Atuação em Mato Grosso do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) Pontes e Lacerda	19
Figura 02 – Localização da Sede do CTA em Pontes e Lacerda/MT	49
Figura 03 – Distribuição Espacial das Famílias Beneficiadas do Projeto	51
Figura 04 – Mobilização e Apresentação da Proposta e Critérios para Participação no Curso	52
Figura 05 – Fluxograma de Seleção dos Participantes	53
Figura 06 – Infraestrutura do CTA disponibilizado ao Curso de Agente Técnico Agroambiental	60
Figura 07 – Momentos para Pensar e Preparar a Mística	64
Figura 08 – Símbolos para Representação da Mística	64
Figura 09 – Território dos Sujeitos da Pesquisa	67
Figura 10 – Atividades Desenvolvidas no Primeiro Módulo do Curso	77
Figura 11 – Atividades Desenvolvidas na Disciplina Dinâmica da Produção Camponesa	79
Figura 12 – Atividades Desenvolvidas na Disciplina Economia Solidária: buscando alternativas	81
Figura 13 – Atividades Desenvolvidas na Disciplina Organização Social e Movimentos Sociais	86
Figura 14 – Atividades Desenvolvidas na Disciplina Ciências e Saberes Camponeses	87
Figura 15 – Atividades desenvolvidas na Disciplina Sociedade e Estado	91

Figura 16 – Atividade Desenvolvida na Disciplina Inserção no Mercado: a comercialização	97
Figura 17 – Atividades Desenvolvidas na Prática Agronômica: construção da horta	99
Figura 18 – Aula de Campo nas Áreas com Sistema Agroflorestal	103
Figura 19 – Espaços Sociais Utilizados pelos Jovens	111
Figura 20 – Bancas na Feira no Assentamento Margarida Alves	119
Figura 21 – Comercialização dos Artesanatos Chiquitano na XI Feira Pantaneira Sabores e Saberes	119

RESUMO

Um dos grandes desafios encontrados no campo hoje é a manutenção e a permanência da juventude. Neste cenário, torna-se estratégico dotar o campo de condições que garantam a qualidade de vida e possibilitem a manutenção e permanência desses jovens no campo. O objetivo deste estudo foi analisar a proposta e os resultados do projeto de extensão: Capacitação de Agente Técnico Agroambiental, realizado pela UNEMAT/UNITRABALHO, em parceria com o Centro de Tecnologia Alternativa em Pontes e Lacerda Mato Grosso/MT. Buscamos compreender como o Curso de Capacitação de Agentes Técnicos Agroambientais criou condições de conhecimento técnico agropecuário e organizativo para a continuidade dos jovens no campo em melhores condições materiais, sociais e culturais que na atualidade. O Curso teve por objetivo subsidiar a juventude rural com novas estratégias de geração de renda que garantissem a qualidade de vida, a manutenção e a permanência desses sujeitos no campo, transformando-os em agentes do desenvolvimento rural. Esteve voltado para a Juventude do campo, na faixa etária de 16 a 29 anos e foi realizado no período de março de 2017 a março de 2018. Trata-se de uma pesquisa-ação, com abordagem qualitativa. Os procedimentos metodológicos foram organizados em quatro momentos, nos quais foram utilizados os preceitos da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa envolveu 22 jovens que finalizaram o processo de formação e capacitação. Com o desenvolvimento da pesquisa a expectativa foi a de ter a compreensão de quem são os jovens que foram protagonistas do Curso, quais seus sonhos e aspirações futuras, bem como expressar e compartilhar as experiências vivenciadas com eles e deles no decorrer do curso e no seu espaço de vida no campo. Os resultados da pesquisa mostram que o governo deixa a desejar na elaboração de programas e investimentos para gerar trabalho e renda no campo, criar espaços de lazer e cultura, promover oficinas, cursos e formações que atendam à demanda e às necessidades desses sujeitos, oferecendo-lhes ferramentas e instrumentos capazes de viabilizar suas ações, enquanto agentes econômicos e sociais, com potencial de alavancar melhores condições de vida para suas comunidades e famílias, para assegurar sua manutenção e permanência no campo. Dessa forma, acreditamos que essa pesquisa contribui para a constituição de projetos que possam dar oportunidades e visibilidade aos jovens do campo, que possam realmente valorizar a juventude camponesa.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude Camponesa; Agente Técnico Agroambiental; Formação Educacional - Técnica e Política.

ABSTRACT

One of the great challenges found in the field today is the maintenance and permanence of youth. In this scenario, it is strategic to provide the field with conditions that guarantee the quality of life and enable the maintenance and permanence of these young people in the field. The objective of this study was to analyze the proposal and results of the extension project: Training for Agro-Environmental Technical Agents, carried out by UNEMAT / UNITRABALHO, in partnership with the Center for Alternative Technology in Pontes and Lacerda Mato Grosso (MT). We seek to understand how the Training Course for Agroenvironmental Technical Agents created conditions for agricultural and organizational technical knowledge for the continuity of young people in the field in better material, social and cultural conditions than at present. The course aimed to subsidize rural youth with new income generation strategies that would guarantee the quality of life, maintenance and permanence of these subjects in the field, transforming them into agents of rural development. It was aimed at Youth in the countryside, aged 16 to 29 years and was carried out from March 2017 to March 2018. It is an action research, with a qualitative approach. The methodological procedures were organized in four moments, in which the precepts of bibliographic, documentary and field research were used. The research involved 22 young people who completed the education and training process. With the development of the research, the expectation was to have an understanding of who the young people who were protagonists of the Course are, what their dreams and future aspirations are, as well as to express and share the experiences lived with them and of them during the course and in their living space in the countryside. The results of the research show that the government leaves something to be desired in the elaboration of programs and investments to generate work and income in the field, to create spaces for leisure and culture, to promote workshops, courses and training that meet the demand and the needs of these subjects, offering tools and instruments capable of making their actions viable, as economic and social agents, with the potential to leverage better living conditions for their communities and families, to ensure their maintenance and permanence in the countryside. Thus, we believe that this research contributes to the creation of projects that can give opportunities and visibility to young people in the countryside, who can really value peasant youth.

KEYWORDS: Peasant Youth; Agro-Environmental Technical Agent; Educational Training - Technical and Political.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
O Caminho Percorrido na Pesquisa: aspectos metodológicos	24
CAPITULO I – JUVENTUDE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: caminhos teóricos para a compreensão da Juventude Camponesa na região Sudoeste de Mato Grosso	29
1.1 Jovem e Juventude: diferentes perspectivas de definição	29
1.2 Juventude Camponesa: conceitos e discussões	35
1.3 Território e territorialidade: conceitos geográficos para pensar a Juventude Camponesa	39
CAPITULO II – O CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE AGENTES TÉCNICOS AGROAMBIENTAIS E A JUVENTUDE CAMPONESA	45
2.1 O Curso de Formação e Capacitação de Agentes Técnicos Agroambientais: aspectos iniciais	45
2.2 O Curso de Agentes Técnicos Agroambientais: organização e desenvolvimento	54
2.3 Os Jovens Camponeses e seus Territórios de Vida de Resistência	65
CAPITULO III – FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA JUVENTUDE EM MATO GROSSO: instrumento de organização e fortalecimento da identidade do(a) Jovem Camponês	73
3.1 Percepção dos Jovens cursistas sobre o processo formativo	73
CAPITULO IV – JUVENTUDE NO TERRITÓRIO CAMPONÊS: interpretando a sociabilidade e territorialidades juvenis	108
4.1 Território de Vivência da Juventude: espaços de sociabilidade no campo	108
4.2 Autonomia econômica e social dos/as jovens na sua diversidade étnico-cultural	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	127
ANEXO	138

INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta relação com a minha trajetória pessoal como bolsista e pesquisadora, atuando desde 2012 em projetos de pesquisa e extensão no Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO¹. A pesquisa que deu origem a esta dissertação parte da inserção da pesquisadora como coordenadora pedagógica do curso de “Capacitação de Agente Técnico Agroambiental”, desenvolvendo ações/atividades de ensino, pesquisa e extensão com a juventude, tanto do campo como da cidade.

O Curso de Formação e Capacitação de Agentes Técnicos Agroambientais, ao qual foi citado de forma abreviada no decorrer da dissertação como “Curso”, foi implantado dentro de um projeto guarda-chuva denominado “Projeto Semeando Amazônia Sustentável” e foi conduzido em parceria com o Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), através do Núcleo Interdepartamental de Estudos, Pesquisa e Extensão na Área de Trabalho da Universidade do Estadual de Mato Grosso (UNITRABALHO), realizado no período de março de 2017 a março de 2018.

A UNITRABALHO é um Núcleo de pesquisa da UNEMAT que agrega profissionais de diversas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão, atuando mais especificamente em Cáceres-MT. Nesse contexto, desenvolve também capacitações específicas na área de Economia Solidária e Agroecologia, bem como implantação de cursos de pós-graduação *lato sensu*. A UNITRABALHO atua no âmbito do arranjo regional articulado pelo Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) e de forma concreta por meio de cooperação técnica.

O referido Curso com as oficinas teóricas e práticas ocorreram nas dependências do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), que surgiu em 1980 em Pontes e Lacerda-MT, como uma ferramenta para o desenvolvimento da agricultura camponesa no Vale do Guaporé-MT. Sua proposta representa um dos tripés do movimento camponês, atuando na articulação, diversificação e melhoria da produção. Foi constituído legalmente como associação em maio de 1992. Desde 2008 o CTA tornou-se uma instituição prestadora de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e se credenciou junto ao Conselho Nacional de

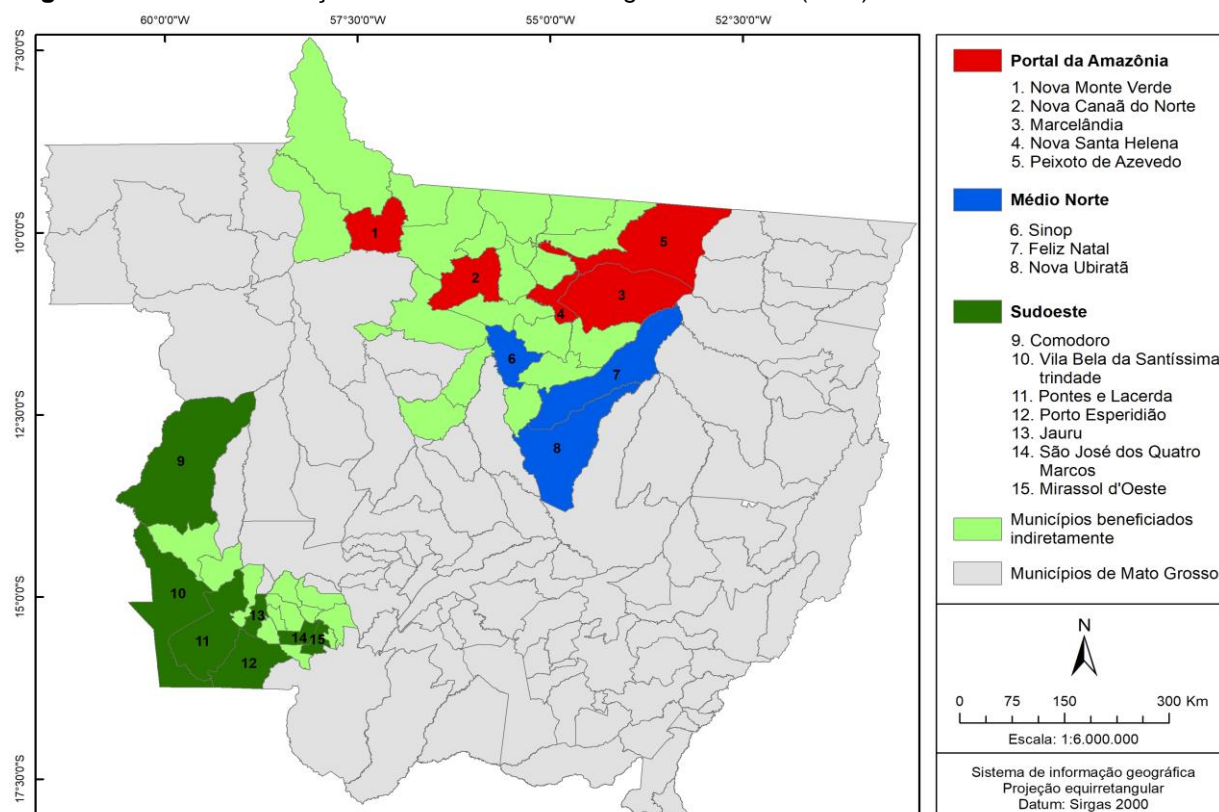
¹O Núcleo UNEMAT - UNITRABALHO realiza atividades de ensino, pesquisa, extensão no âmbito de Mato Grosso. Atualmente o Núcleo é coordenado pelo Professor Dr. Laudemir Luiz Zart.

Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (CEDRSS) para a prestação de assistência técnica na agricultura camponesa.

Desde então o CTA firmou seu compromisso na defesa de uma produção diversificada e alternativa ao modelo agro atual excludente e contaminante.

O CTA atua em várias regiões do Estado de Mato Grosso, de forma mais específica na região Sudoeste (território da Grande Cáceres), no Portal da Amazônia e no Médio Norte; atendia, em 2017, direta e indiretamente cerca de 1.200 famílias com seus projetos de ATER e de fomento à produção agroecológica, entre elas camponeses, assentados/assentadas, comunidades tradicionais, comunidades indígenas, etc.; conforme apresentado na figura 01.

Figura 01. Áreas de atuação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) em Mato Grosso



Fonte: CTA, 2016.

A Atuação do CTA é pautada nos princípios da participação social (democracia) e na defesa pela igualdade de gênero, fortalecimento da juventude rural e na agroecologia. Sua missão envolve a colaboração “no desenvolvimento e implementação de uma agricultura, adequada às condições socioeconômica, cultural

e agroecológica, visando diminuir os problemas sociais e ambientais causados pelas formas habituais do processo produtivo” (CTA, 2019, s/p.).

O Curso foi realizado em parceria com a Unemat, contou com recursos oriundos do Projeto Semeando Amazônia Sustentável, financiado pelo Fundo Amazônia, gerenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e teve como objetivo geral formar e capacitar tecnicamente 40 pessoas do campo na implantação e condução de Sistemas Agroflorestais (SAFs) (quintais produtivos); de agroindústrias e de processos de comercialização, para atuar junto aos grupos aglutinados pelo Projeto Semeando Amazônia Sustentável², contribuindo dessa maneira na melhoria dos processos de organização, beneficiamento e comercialização da produção oriunda dos SAFs.

A proposta foi de priorizar a formação crítica, cidadã e profissional, habilitando-os para a implementação de projetos produtivos com geração de renda, incentivando-os para uma atuação democrática e transparente nas decisões coletivas dos grupos envolvidos e garantindo a participação equitativa e igualitária das mulheres e da juventude nos processos de decisão, nas responsabilidades e nos benefícios das organizações.

Das 40 vagas ofertadas 30 foram disponibilizadas para as instituições articuladas e 10 vagas para as instituições parceiras do CTA. Nesse processo houve 35 inscritos, a grande maioria, jovens do campo. Todos foram selecionados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CTA para seleção.

No período de um ano de execução do Curso, de março de 2017 a março de 2018, de 35 inscritos, 22 jovens finalizaram. O curso foi fundamentado na relação teoria e prática, em políticas públicas, direitos e cidadania e com abordagens atendendo aos interesses dos jovens; o curso deu atenção às suas habilidades e desejos, utilizou-se como método da Pedagogia da Alternância, dividindo o tempo entre a sala de aula e a comunidade.

² No âmbito do CTA, desde 2014, foi implementado o projeto “Semeando Amazônia Sustentável”, com o objetivo de apoiar e fortalecer a agricultura familiar em municípios do bioma Amazônia, na Mesorregião Sudoeste do Estado de Mato Grosso (composta pela união de vinte e dois municípios agrupados em três microrregiões). Priorizou-se a implantação e consolidação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), o apoio às estruturas coletivas de beneficiamento da produção e da estruturação de canais de comercialização de produtos oriundos dos SAFs. Trouxe ainda como componentes do programa: a) produção agroflorestal; b) o beneficiamento da produção agroflorestal; c) a comercialização de produtos agroflorestais e atividades transversais; d) a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e d) a formação e capacitação dos participantes.

Mascarelo (2010) ressalta que a Pedagogia da Alternância consiste em uma metodologia de organização do ensino escolar, no espaço formal ou não formal, que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade a formação profissional dos sujeitos envolvidos.

Caldart (2000, p. 98) considera que a Pedagogia da Alternância é extremamente importante e eficaz no processo de formação e capacitação dos sujeitos do campo. Para o autor.

O Tempo-Escola é o período de realização das atividades presenciais do Curso (na escola). É desenvolvido de acordo com a proposta do processo de formação. [...]. O Tempo-Comunidade é o período de realização das atividades à distância, de práticas pedagógicas complementares àquelas habitualmente realizadas pelos participantes.

Constata-se que a metodologia trabalhada no Curso, no tempo de sala de aula e no tempo comunidade contribuiu para, além da formação teórica, aguçar a formação crítica, sociológica e política dos jovens, oportunizando a reflexão acerca da realidade em que vive a juventude, no seu território, com seus anseios e perspectivas de futuro. A Pedagogia da Alternância possibilita também compreender as condições de vida e de trabalho no viés cooperativo, favorece a motivação para a permanência ou para saída do campo.

Neste contexto construímos a pesquisa. A dissertação é fruto da convivência com os Jovens Camponeses no “Curso de Formação e Capacitação de Agente Técnico Agroambiental” ofertado em Pontes e Lacerda-MT. Buscou-se analisar o projeto de extensão que inclui este Curso para avaliar os seus resultados e compreender como e/ou se o processo de formação criou condições de conhecimento técnico agropecuário e organizativo para a continuidade dos jovens no campo em melhores condições materiais, sociais e culturais que na atualidade.

Como objetivos específicos da pesquisa elencamos:

A) Identificar quais conhecimentos técnicos e políticos foram demandados e priorizados no processo de formação da juventude camponesa com vistas à produção integrada e sustentável para a geração de renda, conservação ambiental, manutenção e permanência da juventude no campo.

B) Descrever as principais formas de interação entre juventude, comunidade e organização econômica dos camponeses no seu território para identificar como os jovens percebem problemáticas como identidade, formação, organização e participação.

C) Analisar as condições de vida, trabalho, renda, participação social e ambiental no contexto atual, destacando os principais desafios encontrados pela juventude camponesa no processo de organização da produção integrada e sustentável em seu território e de que forma buscam superá-los.

D) Avaliar os impactos educacionais, econômicos, sociais e ambientais do Curso junto aos jovens e sua influência para a permanência desses sujeitos no campo.

Compreendemos que o campo deve ser pensado considerando todas as especificidades do seu contexto social, histórico, cultural, incluindo-se o tempo e as formas de produção e colheita. Nesse sentido, analisamos as ações e políticas públicas que contemplam as necessidades daqueles que buscam a sobrevivência no campo.

Uma das condições para a vivência e sobrevivência dos jovens no campo é a formação e capacitação realizada no território camponês. Ela necessita ser construída e planejada, considerando-se as características desse contexto, de modo a possibilitar o acesso e a permanência dos sujeitos que buscam a formação contínua na escola e no campo.

O Curso propôs desenvolver práticas pedagógicas valorizando a realidade do sujeito do campo, considerando o perfil diferenciado desses sujeitos que estão inseridos em realidades diferenciadas. A formação contemplou a metodologia da práxis, realizando um processo de ensino-aprendizagem em estreita articulação com a vida dos estudantes do campo, problematizando essa realidade com vistas a transformá-la.

A formação desenvolvida nos espaços multiculturais com metodologias de alternância precisa das políticas que visam o fortalecimento da autonomia econômica, social e política, segundo os princípios da agroecologia e da economia solidária.

Esta pesquisa foi desenvolvida juntamente com os/as jovens camponeses filhos/as de agricultores/as familiares, de assentados/as, de comunidades

tradicionais e de comunidades indígenas articuladas no Projeto e no Curso. Destacando que participaram trinta e cinco jovens dos quais vinte e dois finalizaram o curso, após o cumprimento dos critérios estabelecidos e entrega do documento final (portfólio).

Percebe-se a necessidade de conhecer e compreender a juventude camponesa de hoje e a suas demandas, para estimular a sua participação social no fortalecimento da agricultura camponesa e nas organizações desses sujeitos para a geração de renda, manutenção e permanência no campo.

Há uma diversidade de sujeitos jovens no campo que buscam e manifestam seus anseios, desejos, sonhos e valorizam sua identidade enquanto jovens do campo. São sujeitos importantes para fortificar a permanência no território e a reprodução da agricultura camponesa. Entretanto, percebe-se que os jovens camponeses não são reconhecidos como sujeitos de direitos, ou seja, são invisíveis aos olhos da sociedade e dos representantes do Estado.

Weishemer (2005, p. 42) aponta que:

A situação de invisibilidade a que está sujeito esse segmento da população se configura numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que dessa forma esses jovens não se tornam sujeitos de direitos sociais e alvos de políticas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão. [...] a juventude rural aparece como um setor extremamente fragilizado de nossa sociedade.

Invisibilidade significa não existir, estar excluído socialmente. Partindo deste pressuposto, elencamos as questões que nortearam a pesquisa: 1) Quais conhecimentos educacionais, técnicos e políticos foram demandados e priorizados no processo de formação da juventude camponesa no Projeto e no Curso de Capacitação de Agente Técnico Agroambiental com vistas à produção integrada e sustentável para a geração de renda, conservação ambiental, manutenção e permanência da juventude no campo? 2) Quais as principais formas de interação existentes entre juventude, comunidade e organização econômica dos camponeses no seu território? 3) Qual a atual situação destes jovens em relação às condições de vida, trabalho, renda, participação social e ambiental, ou seja, quais os principais desafios encontrados pela juventude camponesa no processo de organização para a produção integrada e sustentável, bem como para manutenção e permanência em

seu território e de que forma buscam superá-los? 4) Quais os impactos educacionais, econômicos, sociais e ambientais resultantes do Curso junto aos jovens e sua relação com a permanência desses sujeitos no campo?

Estas questões são pertinentes para fortalecer a permanência dos jovens na terra e o fortalecimento da agricultura camponesa. Porém os jovens não ficarão no campo porque o Governo ou os pais querem, é preciso criar condições educacionais, trabalho, renda, cultura, lazer para sua manutenção e permanência no campo.

Os Caminhos da Pesquisa: aspectos teórico-metodológicos

Responderemos as questões elencadas, fundamentadas na pesquisa-ação participante, pois durante todo o processo de investigação, os sujeitos e a pesquisadora foram cúmplices nessa busca do conhecimento. Interagimos com os sujeitos da pesquisa, pois consideramos que o pesquisador se relaciona com o meio social pré-existente, o que nos remete à compreensão da realidade social como um todo e não como partes isoladas.

Esta pesquisa se ampara no referencial teórico-epistemológico da pesquisa-ação. Para Santos (2005, p. 75 apud Zart 2012, p. 34) a pesquisa-ação é um processo dialógico que “consiste na definição e execução participativa de projetos de pesquisa, envolvendo as comunidades e organizações sociais populares”.

Para André Morin (2004) a pesquisa-ação:

Designa em geral um método utilizado com vistas a uma ação estratégica e requerendo a participação dos atores. É identificada como nova forma de criação do saber na qual as relações entre teoria e prática e entre pesquisa e ação são constantes. A pesquisa-ação permite aos atores que construam teorias e estratégias que emergem do campo e que, em seguida, são validadas, confrontadas, desafiadas dentro do campo e acarretam mudanças desejáveis para resolver ou questionar melhor uma problemática. A *démarche* se parece com um círculo em espiral entre três processos que se mesclam: planejamento e ação, combinados com uma constante coleta de informações, quanto ao grupo e a seu próprio contexto (MORIN, 2004, p. 56-57).

Para Andaloussi (2004), na pesquisa-ação todos os participantes podem ser também pesquisadores em um dado momento, porque todos realizam um projeto

em comum; todos os participantes podem propor hipóteses com base em seus próprios conhecimentos e experiências.

O referido autor ainda afirma que, na pesquisa-ação o trabalho cotidiano é intenso e em movimento contínuo, “o pesquisador está no fogo da ação, ele participa com os atores do “jogo”, com astúcias e estratégias, para realizar um projeto em comum” (p.129).

Nesta perspectiva Zart (2012, p. 79) corrobora destacando que, “a pesquisa-ação é uma nova forma de criação do saber”. Esta afirmação se encaixa na dimensão cognitiva da práxis, isto é, na relação interdependente da teoria e da prática, da pesquisa e da ação. Portanto, o aprendizado conjunto, a interdisciplinaridade e a interação multicultural são pressupostos que se constituem, pois:

[...] um instrumento formativo tanto para os pesquisadores quanto para os sujeitos da pesquisa. Ao longo de seu processo, ela incorpora práticas educativas que transcendem seus objetivos iniciais. O pesquisador qualifica-se ao entrar em contato com a cultura local, incorporar seus elementos, superar-se em seus questionamentos e surpreender-se com as respostas do grupo. Os sujeitos da prática, por sua vez, além de obter respostas para os problemas de seu cotidiano, envolvem-se em processos coletivos ligados a suas experiências e valores; surpreendem-se ao se confrontarem com seus pressupostos de vida e formação e criam coragem para empreender mudanças (BRANDÃO, 1999, p. 33).

Ressaltamos, então, que nos apoiamos nessa abordagem, pois ela nos ofereceu o suporte necessário para analisar os sujeitos e suas inter-relações sociais, o que nos remete a pensar as ramificações estabelecidas entre eles e os complexos contextos sociais, políticos, econômicos, históricos e culturais que estão inter-relacionados.

Além disso, temos como escopo de análise o fenômeno pesquisado no contexto em que ele ocorre e do qual faz parte, em uma perspectiva concreta, considerando todos os aspectos vivenciados, para melhor compreendê-lo, procurando, ao mesmo tempo, assegurar a qualidade da pesquisa.

A pesquisa foi desenvolvida com os egressos do Curso de Formação e Capacitação de Agente Técnico Agroambiental, no período de março a 2017 a março de 2018, por meio de escritas a partir das experiências vivenciadas. Neste

sentido, nos apropriamos dos recursos metodológicos (métodos e técnicas) necessários para acompanhar e analisar o processo de formação/capacitação, com o intuito de registrar, sistematizar e analisar os conhecimentos produzidos, e a relação dos sujeitos envolvidos, visando também à caracterização dos jovens e saber quais as contribuições que o curso propiciou para o seu empoderamento político, social, econômico e cultural.

Utilizamos como instrumento de investigação, a observação participante levando em consideração as seguintes ações: análise do processo de formação/capacitação e organização dos sujeitos; relatos sobre o curso e a trajetória de vida e luta na terra; anotações do caderno de campo; anotações da roda de conversa; memórias do dia; anotações e apresentação do portfólio que foi o documento final de conclusão do curso.

Os relatos sobre o curso e a trajetória de vida foram colhidos em rodas de conversa, nas observações participantes e no momento de apresentação dos portfólios. As anotações do caderno de campo; anotações e gravações das rodas de conversa; das memórias do dia e da apresentação final do portfólio, documento final de avaliação do curso, foram cuidadosamente sistematizados e analisados; parte dos materiais coletados em campo foram utilizados na elaboração desta dissertação.

Concomitantemente à coleta das informações, mergulhamos na pesquisa bibliográfica sobre a Juventude Camponesa no Brasil e no Estado de Mato Grosso e suas peculiaridades para estabelecer o marco teórico da dissertação.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A análise desta literatura iniciou pela identificação de publicações técnico-científicas sobre o tema juventude e juventude camponesa. Para esta seleção, realizamos uma busca por estudos, artigos, dissertações e teses publicadas em

sites online e periódicos. Dialogamos com teorias que contribuem para a compreensão do fenômeno de investigação que escolhemos.

Outro procedimento adotado foi a pesquisa documental que, para Fonseca (2002, p. 32):

[...] trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

Na pesquisa documental analisamos documentos como bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Conselho Nacional da Juventude (CONJUV), da Secretária Nacional da Juventude (SNJ) entre outros, sobre as peculiaridades da categoria juventude camponesa.

Nesta pesquisa a expectativa foi compreender quem são os jovens que foram protagonistas do Curso, quais seus sonhos e aspirações futuras, bem como expressar e compartilhar as experiências vivenciadas com eles/as no processo do curso e no seu espaço de vida no campo. Esperamos também poder contribuir para a constituição de projetos que valorizem e deem visibilidade aos jovens do campo.

Apesar de termos obtido o termo de consentimento dos sujeitos da pesquisa para a divulgação de seus nomes, preferimos identificá-los usando apenas suas iniciais.

A dissertação foi estruturada em quatro capítulos, mais introdução, considerações finais e referências bibliográficas.

No primeiro capítulo, intitulado “Juventude, Território e Territorialidades: caminhos teóricos para a compreensão da Juventude Camponesa na região Sudoeste de Mato Grosso”, refletimos sobre os aspectos teórico-metodológicos que envolvem o desenvolvimento da pesquisa dissertativa sobre a Juventude Camponesa a partir de diferentes perspectivas. Fizemos uma leitura geográfica sobre território, territorialidades e juventude camponesa, baseada em teóricos que discutem a partir de uma posição política e emancipatória.

No segundo capítulo, intitulado “O Curso de Formação e Capacitação de Agentes Técnicos Agroambientais e a Juventude Camponesa” contextualizamos a elaboração da proposta, execução e desenvolvimento do Curso, bem como apresentamos os sujeitos protagonistas do processo formativo, destacando seu perfil social e econômico, sua identidade e seu lócus de vivência.

No terceiro capítulo intitulado “Formação e Capacitação da Juventude em Mato Grosso: fortalecendo a organização e a identidade camponesa”, apresentamos a oferta, organização e a metodologia das disciplinas e atividades desenvolvidas no Curso, bem como as percepções dos(as) jovens cursistas sobre seu processo formativo. Buscou-se mostrar também a formação e capacitação da juventude como instrumento de organização e fortalecimento da identidade do(a) jovem camponês(a).

No quarto capítulo, intitulado “Juventude no Território Camponês: interpretando sociabilidades e territorialidades juvenis”, analisamos as percepções dos sujeitos investigados sobre as diferentes vivências no território camponês, como os(as) jovens compreendem os espaços de sociabilidade, os dilemas e desafios vivenciados cotidianamente. Procuramos verificar se o território camponês atende os(as) jovens em suas especificidades, os anseios e dificuldades desses sujeitos que enfrentam uma fase singular da vida no campo.

CAPÍTULO I

JUVENTUDE, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: caminhos teóricos para a compreensão da Juventude Camponesa na região Sudoeste de Mato Grosso

Neste capítulo abordamos os aspectos teórico-metodológicos que envolvem o desenvolvimento da pesquisa dissertativa sobre a Juventude Camponesa sob diferentes olhares. Deste modo, tornou-se importante uma leitura geográfica sobre território, territorialidades e juventude camponesa. Esta leitura teve como base teórica autores que discutem a temática a partir de uma posição política-emancipatória, tais como Weisheimer (2005), Kummer (2013), Castro (2002, 2010, 2012), Wanderley (2007; 2011); Carneiro (2007), Castro, Aquino e Andrade (2009), Castro e Aquino (2008), Carneiro e Castro (2007), Abramovay (2005), Santos (1998, 2007), Corrêa (1996), Raffestin (1993), Haesbaert (2004, 2006), Oliveira (2003, 2004, 2006), Almeida (2003), Paulino (2004), Moraes, (2002), Silva (2014), Costa (2017), Fernandes (2012) Saquet (2007), dentre outros.

1.1 Jovem e Juventude: diferentes perspectivas de definição

Ninguém tem a palavra oficial sobre quem são os jovens ou como eles deveriam ser (STROPASSOLAS, 2002, p. 23).

Tomamos a citação de Strapassolas (2002) como referência para iniciar a presente discussão, porque a autora mostra o que tem permeado o debate sobre a juventude no Brasil. Ela indica que a construção de análises, tanto na academia quanto na formulação de políticas públicas sobre a juventude, ainda ocorre de forma tímida e insuficiente. Há ainda uma indefinição sobre o conceito de juventude e ela sugere analisar os diferentes olhares sobre essa juventude, que tem se destacado por sua organização, empoderamento, autonomia e participação política no contexto atual.

Tiellet, Antunes e Costa (2013, p. 2) afirmam que durante muitos anos a juventude ficou à margem das discussões que englobam o contexto social, educacional, cultural e político do país. Assim sendo,

Os estudos sobre a juventude no Brasil tiveram início há aproximadamente três décadas, expandindo-se sobremaneira na primeira década do século XXI, quando o foco das atenções iluminou aspectos irregulares e fragmentados desse estrato da população. A expansão de estudos e a atenção das autoridades pela juventude brasileira se intensificaram na última década, mas, ainda assim, as pesquisas são insuficientes para abarcar a complexidade da temática.

Nesse sentido verifica-se que ainda, na atualidade, há uma indefinição sobre esses sujeitos. Muitos estudiosos apresentam uma definição da juventude baseando-se em várias questões, tais como: faixa etária, geração, período de transição ou ciclo da vida, cultura ou modo de vida e representação social. Tal indefinição contribui para que a categoria juventude seja vista das mais variadas formas, incluindo múltiplos fatores que influenciam na elaboração do conceito (WEISHEMER, 2005).

Castro (2012) diz que, a Juventude é, sem dúvida, mais do que uma palavra. A referida autora aciona a juventude como forma de definir uma população, um movimento social ou cultural. Ao usar a palavra jovem para definir alguém ou para se auto definir, estamos também, acionando formas de classificação que implicam relações entre pessoas e entre classes sociais, relações familiares e relações de poder.

Silva e Capelo (2005) afirmam que na compreensão da juventude como categoria social há que se levar em conta dois eixos norteadores: no primeiro a juventude é entendida como uma representação sociocultural e no segundo eixo ela se configura como uma situação social.

Nessa perspectiva, Weisheimer (2005, p. 4 e 5) conceitua juventude e jovem como:

[...] a juventude é uma categoria fundada em representações sociais diversas que remetem à ideia de um período de transição, onde ocorre a incorporação de uma série de papéis sociais ou funções socialmente atribuídas através dos processos de socialização. Jovem são os sujeitos históricos ou atores sociais concretos que vivem os processos de socialização específicos e os dilemas da condição juvenil.

O autor afirma ainda que o conceito de juventude vai “além dos critérios de uma faixa etária específica ou classe social; é preciso entendê-la na sua diversidade e heterogeneidade”. E, mais:

[...] a juventude é um processo transitório que marca a passagem de uma condição social de dependência plena, na infância a outra, de plena independência na idade adulta. Essa independência que caracteriza a entrada na vida adulta aparece vinculada à assunção de responsabilidades produtivas, residenciais, matrimoniais, paternais ou maternais (WEISHEIMER, 2005, p. 24).

Dayrell (2003) compreende os jovens como “sujeitos sociais que, como tais, constroem um determinado modo de ser jovem”. Para ele, a juventude vai se construindo e sendo construída como sujeito, pois é “um ser singular que se apropria do social, transformando em representações, aspirações e práticas, que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém” (DAYRELL, 2003, p. 40).

Mariani (2010, p. 22) afirma que “é importante tomar a ideia de juventude em seu plural, isto é, juventudes, em virtude da diversidade de situações existenciais que afetam esse segmento juvenil”. Ainda seguindo esta linha, Esteves e Abramovay (2008, p. 04) afirmam que “não há somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder na sociedade”.

Para Abramo (2005) a juventude tem sido entendida a partir de três abordagens:

A primeira refere-se à juventude como um período preparatório. Nesta abordagem, a juventude aparece como período de transição entre a infância e a idade adulta, gerando políticas centradas na preparação para o mundo adulto. Na segunda a juventude é entendida como uma etapa problemática. Nesta perspectiva, o sujeito juvenil aparece a partir dos problemas que ameaçam a ordem social ou desde o déficit nas manifestações de seu desenvolvimento. As questões que emergem são aquelas relativas a comportamentos de risco e transgressão. Na terceira abordagem, o jovem é entendido como ator estratégico do desenvolvimento. Esta visão está orientada à formação de capital humano e social para enfrentar os problemas de exclusão social aguda que ameaçam grandes contingentes de jovens e atualizar as sociedades nacionais para as exigências de desenvolvimento colocadas pelos novos padrões mundiais (ABRAMO, 2005, p. 20 e 21).

Na concepção de Bourdieu (1983, p. 113) a juventude seria um constructo social, resultante da luta de poder entre jovens e velhos. Nesse sentido, a idade seria um dado biológico manipulado socialmente. O referido autor complementa ainda que as relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas.

Neste contexto, Margullis (2001, p. 42), escritor argentino, afirma que:

[...] no existe una única juventud: en la ciudad moderna las juventudes son múltiples, variando en relación con características de clase, el lugar donde viven y la generación a que pertenecen y, además, la diversidad, el pluralismo, el estallido cultural de los últimos años se manifiestan privilegiadamente entre los jóvenes que ofrecen un panorama sumamente variado y móvil que abarca sus comportamientos, referencias identitarias, lenguajes y formas de sociabilidad³.

Portanto, se faz necessário reconhecer que a juventude é múltipla, tendo cada qual seu comportamento, suas linguagens e identidades. Esta é uma fase que cada sujeito irá passar de forma diferente, levando em consideração o seu espaço de vivência e seu modo de vida.

Neste caso, ao analisarmos os estudos sobre a juventude que vive no campo e a juventude urbana, observamos que no mundo do campo a linha que demarca a superação da infância e da juventude para a vida adulta é o critério etário e o casamento/formação da família; enquanto a juventude urbana tem essa fase demarcada pela transição, por meio da formação escolar, como preparação para o acesso ao mercado de trabalho.

Na análise de Castro (2005) são três movimentos/momentos em que se desenham a definição da categoria jovem: 1) com base em elementos físicos/psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais; 2) a definição substancializada/adjetivada da categoria e 3) a crítica a esses recortes e busca de outros vieses.

No que se refere à definição da juventude como faixa etária, Abramo, Freitas e Spósito (2000) apontam que a juventude se caracteriza por dois períodos:

³ Margullis (2001, p. 42), [...] não há uma única juventude: na cidade moderna os jovens são múltiplos, variando em relação às características da classe, o lugar onde moram e a geração à qual pertencem e, além disso, a diversidade, o pluralismo, as rupturas culturais dos últimos anos se manifestam de forma privilegiada entre os jovens que oferecem um panorama muito variado e móvel que engloba seu comportamento, referências identitárias, linguagens e formas de sociabilidade. [Tradução]

adolescência e juventude propriamente dita. Sendo que a adolescência se inicia aos doze anos de idade e estende-se até aos dezoito anos; já a juventude está na faixa etária dos quinze aos vinte e nove anos de idade. Os autores compreendem a juventude no sentido cronológico, definindo o jovem a partir da idade.

Silva (2014) afirma que tal entendimento, do jovem/juventude no sentido cronológico, também é verificado nos documentos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e/ou nas políticas públicas direcionadas a este segmento social, como o Conselho Nacional de Juventude (CONJUV). Deste modo, verifica-se que no país considera-se jovens as pessoas que se encontram na faixa etária de quinze a vinte e nove anos.

Contudo, é preciso lembrar que o CONJUV não utiliza apenas a faixa etária como parâmetro para definir a juventude, e sim a condição social, considerando que se trata de um grupo ampliado com diferentes realidades sociais, vinculados a processos de transição para vida adulta.

Segundo o Estatuto da Juventude⁴, Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013), são consideradas jovens as pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos de idade. Porém, no caso de adolescentes com idade entre quinze e dezoito anos deve aplicar-se a Lei nº.8.069, de 13 de julho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente e, excepcionalmente, o Estatuto da Juventude (BRASIL, 1990).

Para Machado (2011) a idade passou a ser objeto de estudo na identificação do ser Jovem ao longo dos séculos, corroborando para reforçar o entendimento de que, mesmo a juventude sendo considerada uma etapa biológica da vida, ela possui características culturais próprias e deve ser avaliada e interpretada sociologicamente, em meio à muita diversidade.

Nesse sentido é complicado definir o momento certo de início e término da juventude, pois a idade social difere da idade biológica, não podendo utilizar-se um único critério para definir esta categoria. Independentemente de como a juventude é

⁴ O Estatuto da Juventude tem como função “reconhecer o papel estratégico da juventude no desenvolvimento do país e aponta os direitos que devem ser garantidos de acordo com a especificidade dessa população. São eles: direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; direito à educação; direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; direito à diversidade e à igualdade; direito à saúde; direito à cultura; direito à comunicação e à liberdade de expressão; direito ao desporto e ao lazer; direito ao território e à mobilidade; direito à sustentabilidade e ao meio ambiente; direito à segurança pública e ao acesso à justiça” (BRASIL, 2013, p. 6 e 7).

definida/conceituada, os jovens são sujeitos de direitos, sendo necessário inserir a juventude como prioridade nos debates públicos, incorporando nas pautas de discussões as demandas apresentadas por esta categoria social. Isso por que:

[...] tomar os jovens como sujeitos de direitos significa, portanto, em primeiro lugar, reconhecer a especificidade de sua condição e a singularidade da sua experiência geracional; significa também olhar suas demandas como relevantes e pertinentes ao debate público. Exige, como aconteceu no caso das crianças e adolescentes, que se vá além da ótica que apreende os jovens como risco ou problema social, assim como da perspectiva que os situa apenas como sujeitos voltados para o futuro, negligenciando a sua vida e necessidades no presente. Implica, necessariamente, incorporar a participação de seus interlocutores (aqueles que expressam esta experiência e condição singular) nas disputas que definem as formulações sobre os direitos e sobre as políticas. Ou seja, significa abrir um debate público democrático sobre tal pauta de demandas e sobre o modo como podem e devem ser respondidas pelo Estado e pela sociedade (ABRAMO, 2006, s/p).

Precisamos entender a juventude como sujeitos/atores sociais e histórico-culturais que fazem parte de uma sociedade e são capazes de contribuir, pensar e propor ações de transformação social. Portanto, devem ser compreendidos como:

[...] seres humanos, que amam, sofrem, divertem-se, reagem e pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante deles, possuem desejos e propostas de melhorias de vida. Torna-se necessário escutá-los, ver nas práticas culturais e nas formas de sociabilidade que desenvolvem traços de uma luta pela sua humanização, diante de uma realidade que insiste em desumanizá-los (DAYRELL e CARRARO, 2002, p. 28).

Enfim, compreendemos que a definição de jovem, por trazer em seu cerne conceitos que não são universais e estáticos, permite diferentes entendimentos e reflexões, variáveis no tempo e no espaço; tendo em vista, principalmente, a diversidade e às especificidades destes sujeitos e, conseqüentemente, as diferentes interpretações acadêmicas que tratam deste grupo social (WEISHERMAN, 2005).

Nesta pesquisa, os aspectos faixa etária, ciclo de vida, geração, cultura ou modo de vida e representação social se tornam imprescindíveis, uma vez que estas relações estão diretamente relacionadas ao que se propõe este estudo.

1.2 Juventude Camponesa: conceito e discussões

Refletir sobre a Juventude, seja do campo ou da cidade, não é uma tarefa fácil, tendo em vista as diferentes interpretações que há sobre esses sujeitos sociais.

Em relação a Juventude Camponesa, Castro (2009, p. 39) afirma que a mesma ganha visibilidade no cenário político nacional em 2003, quando estes sujeitos sociais passam a ser “[...] vistos como uma categoria-chave para a reprodução social do campo e da agricultura camponesa”.

Neste contexto, os jovens camponeses passam a ser entendidos, principalmente pelos órgãos oficiais que lidam diretamente com a agricultura camponesa, como sujeitos do campo, com suas particularidades e especificidades; uma categoria socialmente produzida,

(...) a juventude é uma categoria socialmente construída. Ganha contornos próprios em contexto históricos, sociais distintos, e é marcada pela diversidade nas condições sociais (...), culturais (...), de gênero e até mesmo geográficas, dentre outros aspectos. Além de ser marcada pela diversidade, a juventude é uma categoria dinâmica, transformando-se de acordo com as mutações sociais que vem ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens, enquanto sujeito que a experimentam e sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se insere”. (2007, p. 4).

Contudo, mesmo com suas especificidades e inseridos no rol de políticas públicas para o campo, há ainda, na atualidade, uma dificuldade em delimitar essa categoria, conforme argumenta Carneiro (1998, p. 01):

Há dificuldade de se delimitar esta categoria, muitas vezes, eles são reconhecidos apenas como filhos de agricultores; desta forma, são vistos apenas sob a ótica do trabalho. Algumas pesquisas [...] referem-se ao jovem apenas na condição de aprendiz de agricultor no interior dos processos de socialização e de divisão social do trabalho no interior da unidade familiar, o que os torna adultos precoces já que passam a ser enxergados unicamente na ótica do trabalho.

Entende-se que a juventude camponesa não é só um trabalhador filho de agricultor, pelo contrário, essa categoria social tem seus anseios, desejos, sonhos, projeções, perspectivas, angústias frente à sua realidade, do seu território, no seu espaço de pertencimento, brasileiro e mato-grossense que a tornou específico.

Portanto, é necessário defini-los e entendê-los sob a ótica da diversidade, devido ao fato de a condição juvenil ser uma construção social, cultural e histórica, que emerge sob diferentes categorias empíricas: alunos rurais; jovens rurais; jovens agricultores; jovens do interior; jovens do sertão; jovens empreendedores rurais; jovens filhos de agricultores; jovens rurais ribeirinhos; jovens sem-terra; juventude em assentamento rural; juventude escolar rural; juventude rural e juventude camponesa (WEISHEMER, 2005).

Nesta pesquisa usamos a terminologia “juventude camponesa” ou “jovens camponeses”. Isso porque entendemos que, no campo, a juventude vai se construindo e sendo construída como sujeito de direitos, que:

[...] buscam, por meio da organização e da luta, alternativas viáveis que garantam de forma digna, sua permanência no campo, tendo acesso à saúde, educação de boa qualidade; melhores condições de trabalho no campo (acesso à terra, ao crédito, à tecnologia e assistência técnica), lazer; cultura; entre outras (SILVA, 2017, p. 02).

Machado (2011) reforça ainda que a juventude camponesa é um ser político, pois por meio da trajetória de luta pela terra, pela cidadania, pela resistência para a manutenção e permanência no campo, pelos preconceitos sofridos e enfrentados em todos os espaços de vivência, apresenta um perfil diferenciado em relação ao jovem do meio urbano.

Esses sujeitos, na sua essência, têm uma trajetória de luta e resistência política, social, cultural e econômica que contribuem para o desenvolvimento de ações positivas e propositivas que refletem diretamente no território camponês e, conseqüentemente, corroboram para o fortalecimento e a reprodução da agricultura camponesa (SILVA, 2017).

Entendemos ainda que a juventude camponesa possui um grande potencial para o movimento de transformação da sociedade e, conseqüentemente, do campo brasileiro; e por reconhecer essa potencialidade buscamos compreender o processo de atuação desses jovens por meio da formação, organização e do desenvolvimento de ações coletivas que promovem o empoderamento e a autonomia desses sujeitos, bem como a transformação da sociedade e do espaço onde vivem.

O seu protagonismo⁵ efetiva-se por meio da participação em movimentos sociais, em associações, cooperativas e principalmente, nas Conferências Nacionais da Juventude, espaço de debates e de proposições de políticas públicas voltadas a essa categoria social.

Souza (2014) ressalta que, desde 2004, iniciou-se um diálogo entre Governo e Movimento Sociais referente à necessidade de se instalar uma política específica para juventude. Deste modo, no decorrer dos anos, diversas iniciativas foram tomadas para viabilizar a elaboração de políticas específicas à juventude brasileira; situação que culminou na elaboração do Estatuto da Juventude e de outras várias ações que, de certa forma, viabilizam a participação política e social da juventude camponesa, tais como:

- I) realização da Conferência Nacional de Juventude pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados, que organizou debates – conferências regionais – em todo o país sobre as principais preocupações dos jovens brasileiros e possíveis soluções para seus problemas;
- II) criação do Grupo Interministerial ligado à Secretária-geral da Presidência da República (SGPR), que realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e das ações do governo federal voltados, total ou parcialmente para a população juvenil;
- III) realização do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que também propôs como metodologia debates regionais e temáticos e organizou uma pesquisa nacional para traçar o perfil da juventude brasileira;
- IV) encaminhamento de projeto de lei (PL) propondo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (PL nº. 4.529/2007); e
- V) encaminhamento de projeto de lei versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL nº. 4.530/2004), o qual estabelece os objetivos e as metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros (SOUZA, 2014, p. 38).

Essas políticas públicas para a Juventude foram criadas e implementadas como Programas de Ação Governamental, tendo por base três dimensões: “a) universais, que respondem a demandas de distribuição de recursos de todos os

⁵ [...] termo protagonismo, em seu sentido atual, indica ator principal, ou seja, o agente de uma ação seja ele um jovem ou um adulto, um ente da sociedade civil ou do Estado, uma pessoa, um grupo, uma instituição ou um movimento social. [...] o protagonismo juvenil é uma forma de ação com os jovens, a partir do que eles sentem e percebem sua realidade. Não se trata de uma atuação para os jovens, muito menos de atuação sobre os jovens. Portanto, trata-se de uma postura pedagógica visceralmente contrária a qualquer tipo de paternalismo, assistencialismo ou manipulação (COSTA, 2000, p. 20-23).

cidadãos, incluindo os jovens; b) atrativas ou preferenciais, dirigidas a públicos definidos; c) políticas exclusivas, dirigidas apenas para jovens” (LIMA, 2013, p. 67).

Lima (2013) ressalta ainda que, para que essas políticas voltadas à juventude possam ser de fato implementadas e executadas tem que haver a participação política e social dos jovens; é preciso nesses espaços decisórios fazer-se compreender que a juventude e, a juventude camponesa em específico, têm uma função social, e que os jovens são sujeitos de direitos. Essa participação e empoderamento desse grupo social nos espaços políticos contribuem diretamente na construção de uma nova visão da agricultura camponesa, forte e voltada também à economia solidária e à segurança alimentar (SILVA, 2017).

Para Kiyota (2007), quanto mais espaços de participação existirem, maiores as chances de partilha dos poderes de negociação e dos poderes decisórios. Esta cultura, além de fomentar a ação cidadã efetiva, busca atender às novas necessidades da sociedade, principalmente no que diz respeito ao monopólio estatal. Complementa ainda dizendo que, nestes espaços de participação, existe o aprendizado de processos cognitivos, dentre eles a percepção, o aprendizado social e a comunicação.

Portanto, a participação juvenil causa um impacto positivo na construção de políticas públicas que atendam aos seus anseios e demandas. Além disso, verifica-se que essa intensa participação da juventude camponesa em espaços decisórios, bem como nas organizações governamentais, não-governamentais e nos movimentos sociais, trouxe importantes contribuições em termos de organização e mobilização juvenil, principalmente porque tirou os jovens do estado de invisibilidade, no qual se encontravam perante a sociedade, potencializando-os para a luta pela manutenção e permanência no campo (CASTRO, 2009).

Nesse sentido, Castro e Aquino (2008) chamam a atenção ao afirmar que, para manter a juventude no campo, não é necessário apenas que ela esteja satisfeita e motivada, mas sim:

[...] valorizar e financiar a agricultura de tempo parcial, incentivar a participação dos jovens nas associações e cooperativas da agricultura familiar, abrir espaços para a participação dos jovens nas decisões sobre o trabalho e gestão dos estabelecimentos agrícolas (CASTRO e AQUINO, 2008, p. 71).

Esta valorização, incentivo e construção do “espaço adequado” para a juventude camponesa, se dá pela permanência e efetiva participação da juventude em todos os espaços decisórios, que lhe cabem. Esta luta, em prol do *território simbólico*, que agrega no espaço do assentamento os anseios e representações dos jovens, demonstra a maturidade política e social dos mesmos, construída no processo de luta e resistência para manutenção e permanência do território camponês.

Finalmente, os estudos sobre os jovens, a juventude e a juventude camponesa nos permitem afirmar que estes sujeitos são “atores sociais que se diferenciam, mesmo agregando características, modos e pertencimentos identitários” (WEISHEIMER, 2005, p. 55).

Neste sentido, entende-se que o jovem camponês é o sujeito que não apenas reside no campo, mas que o vivencia e que se relaciona com este território de modo específico; em seu projeto de vida familiar, a terra e o trabalho se fundem e se confundem; situação que contribui efetivamente para o fortalecimento e a recriação camponesa nos territórios da Reforma Agrária.

1.3 Território e Territorialidade: conceitos geográficos para pensar a juventude camponesa

Toledo (2016) considera que o conceito de território, ao longo do tempo, agregou novos sentidos, principalmente a partir da década de 1960, quando aparecem abordagens mais específicas e cientificamente sistematizadas sobre o tema. Ainda, segundo o referido autor, o conceito de território “não adquire uma uniformidade quanto ao seu entendimento e abordagens”.

Neste sentido, Haesbaert (2008) aponta três perspectivas basilares nas quais o território é compreendido. São elas: a econômica, a política e a cultural. Para ele:

A releitura do território está no interior desta última concepção, uma vez que é priorizada uma dimensão mais simbólica e subjetiva do território, entendido como produto da apropriação/valorização simbólica de um determinado grupo ao espaço no qual se insere. O que funda estes territórios é a interação diária entre os sujeitos e a relação destes com o espaço, incorporando o que chamamos de territorialidade, estreitamente ligada ao modo como os indivíduos utilizam, organizam e dão significado ao espaço que habitam (HAESBAERT, 2008, p. 33).

Partindo desta concepção destacamos que o território não pode ser compreendido como algo dado, mas sim como algo construído. Construção essa adquirida a partir das relações cotidianas que envolvem modificações dos seus atores (sujeitos sociais) e de sua base material. O que faz pressupor uma interação com os modos de apropriação do espaço e a territorialização dos sujeitos nestes territórios (TOLEDO, 2016).

Assim, o território agora pode ser visto não somente pela perspectiva do domínio físico, mas também de uma apropriação que incorpora a dimensão simbólica e, pode-se dizer, identitária, afetiva. Nessa perspectiva, Santos (2008, p. 67) afirma que:

O espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço.

Santos ressalva a produção desse espaço formando assim novos territórios; Raffestin (1993, p. 7) corrobora com esta leitura ao ressaltar que “o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço”.

Deste modo, o território passa a ser entendido como reprodução das relações sociais, local de possibilidades, onde os homens constroem e organizam suas relações, através do trabalho, criando sua identidade.

Fernandes (2008), em suas análises sobre o território, destaca que:

O ponto de partida para uma reflexão sobre território é o espaço. [...] Ao analisarmos o espaço, não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais. [...] Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios (FERNANDES, 2008, p. 276).

A partir dessas mudanças entende-se que a territorialidade se refere ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas, que garantiriam uma

apropriação e uma permanência em um dado espaço por determinados grupos sociais, organizacionais. Portanto, o território apresenta-se então como o lugar do cotidiano, das experiências e da construção de práticas coletivas desses sujeitos, ou seja, onde os sujeitos sociais imprimem suas territorialidades (CORREA, 1996).

No que diz respeito à juventude, pode-se afirmar que é no território, apropriado por esses jovens e suas famílias, que eles experimentam a vida cotidiana e efetuam ações. É nesse estágio da vida que eles começam a trilhar seus caminhos que, partem de seus lares em busca de diversão, de trabalho, de educação escolar e de novas amizades. Nas ações de construção do território é que os jovens efetivam de forma coletiva suas relações e constroem e reconstróem seus modos de vida.

A prática coletiva, de acordo com Saquet e Spósito (2009, p. 88), “[...] é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos”. Na efetivação de suas territorialidades há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço, pois as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar. Deste modo, a juventude, dentro de sua realidade, produz o seu espaço, organiza e reproduz suas relações sociais, dando visibilidade ao sujeito jovem do campo.

[...] o jovem camponês é um sujeito social, que se produz e reproduz na própria realidade. Eles [...] se apresentam longe do isolamento, dialogam com o mundo globalizado e reafirmam sua identidade como trabalhadores, pequenos produtores familiares, lutando por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos. Assim sendo, a juventude camponesa é uma categoria aglutinada de atuação política (CASTRO, 2012, p. 440-441).

Fernandes (2012) ressalta que esses diferentes modos de ser da juventude camponesa e suas formas de apropriação do espaço possibilitam a construção e reconstrução de um território múltiplo, o território camponês; entendido como:

[...] espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de resistência da família, que muitas vezes pode ser constituída de mais de uma família. Esse território é predominantemente agropecuário, e contribui com a maior parte de alimentos saudáveis, consumidos principalmente pelas populações urbanas. O território camponês, entendido como fração ou como unidade, é o sítio, o lote, a

propriedade familiar ou comunitária, assim como também é a comunidade, o assentamento, um município onde predominam as comunidades camponesas (FERNANDES, 2012, p.744).

Existe uma confusão de ideias quando os autores se referem às escolas. Ao analisar, muitos confundem o espaço natural ou terra, com território. Só existe território como espaço apropriado por um grupo humano a partir de sua visão, práticas tradicionais, formas de manejo e uso dos recursos naturais, constituição de seu habitat, seu espaço domesticado, como lar que lhe é familiar. A terra/uma terra pode ser medida em metros quadrados, em hectares, em alqueires. A terra tem um sentido de área de espaço natural de tamanho determinado e apropriado como mercadoria ou como meio de produção, como gleba, lote, latifúndio.

O território, por sua vez, só se constitui e se define a partir de um sujeito social ou um coletivo de pessoas que se orientam pela mesma cultura e tradição, valores e princípios éticos, práticas e representações significativas para eles, que se auto define como nós frente aos outros que são diferentes. Sua identidade coletiva lhes permite autodenominar-se. Dependem de um espaço onde se encontrem todos os recursos necessários para viver e se reproduzir física e culturalmente⁶.

Assim, pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana, pois “as relações não se desenvolvem num vácuo, mas sim, nos territórios. As relações são construídas para transformar os territórios” (FERNANDES, 2006, p. 29).

É nesse território que a juventude busca ampliar seus horizontes, constrói suas identidades e estabelece novos vínculos sociais, com interações diversas, e não mais apenas a familiar. Nesse aspecto, compreende-se a juventude camponesa como sujeitos sociais que se territorializam, que imprimem marcas sociais, culturais, econômicas e políticas em seu interior (TOLEDO, 2016).

⁶ PUHL, João I.; MARTINS, Jucilene de O. Território e Cultura: encontros e desencontros. In: ZART, Laudemir L; SILVA, Tânia P. da; SOUZA Maria A. **Caderno Pedagógico VII: Territorialidades e Territorialização**. Cáceres: Editora UNEMAT – 2019 (no prelo).

Toledo (2016) afirma ainda que, essas marcas, são marcas dos que ali habitam, representam o cotidiano e a história dos que ali chegaram, se instalaram, se territorializaram, criando sua identidade em seus espaços de vida e trabalho.

Logo, cabe refletir acerca das territorialidades juvenis e a sua importância no que toca à construção das identidades desses sujeitos, bem como de seus projetos de vida. [...]. Desenvolver e consolidar nos jovens uma visão de mundo articulada a valores e identidades que vai assumindo nesta fase da vida. E para que se crie uma visão crítica e criativa do mundo é preciso ter uma base de compreensão teórico-prática das ciências que permita entender a formação social, econômica, política e cultural da sociedade, a natureza, as diferentes dimensões da vida humana (CALDART, 2011, p.27).

Neste sentido, a apropriação condiciona a territorialização, configurada a partir das transformações determinadas pela comunidade, na tentativa de generalizar sobre o espaço a sua permanência. Desse modo, o ato de efetivar a permanência deve visar além da reprodução sob determinado território, mas garantir a sua posse, manutenção e permanência.

Ressalta-se que a juventude camponesa passa por muitos desafios no processo de enraizamento no território conquistado. Portanto, pensar na juventude do campo é também pensar num conjunto de problemas e soluções a serem enfrentados para a territorialização deste grupo social no território camponês (SILVA, 2014). É entender que os diferentes grupos juvenis do campo, ao terem suas experiências influenciadas pelos espaços, tempos e contextos em que estão inseridos, dão sentido à sua vida a partir da apropriação dos espaços, da produção de seus territórios e, ao mesmo tempo, produzem, nas suas ações de idas e vindas diárias, múltiplos territórios e novas territorialidades (CASTRO, 2009). Portanto, o desafio que se coloca é a compreensão desses sujeitos como juventude camponesa, na sua heterogeneidade e multiplicidade.

Por isso, afirmamos que é essencial conhecer a juventude, especificamente a juventude camponesa, a fim de compreender e identificar suas particularidades e seu protagonismo no território camponês. Assim como conhecer sua relação com o processo formativo e de capacitação para a construção de sua identidade.

Em meio a este contexto, apresentamos a seguir, o “Curso de Agentes Técnicos Agroambientais e a Juventude Camponesa”, a fim de contextualizar e

compreender a sua importância e a sua amplitude para a Juventude participante, assim como para o processo de recriação camponesa.

CAPÍTULO II

O CURSO FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE AGENTES TÉCNICOS AGROAMBIENTAIS E A JUVENTUDE CAMPONESA

Neste capítulo contextualizamos a elaboração da proposta e execução do Curso de Formação e Capacitação em Agentes Técnicos Agroambientais, bem como apresentamos os sujeitos protagonistas do processo formativo, destacando seu perfil social e econômico, sua identidade e seu lócus de vivência.

2.1 O Curso de Formação e Capacitação de Agentes Técnicos Agroambientais: aspectos iniciais

No desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada, destaco a minha participação como bolsista desde 2012, no Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) em Cáceres/MT, sob a coordenação do professor doutor Laudemir Luiz Zart.

O Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO institucionalizado em outubro de dois mil e três⁷, articula e reúne todos/as profissionais envolvidos/as com a Economia Solidária no âmbito da Universidade. A formação da Unemat-Unitrabalho opera através de núcleos locais, organizados por pesquisadores/as, técnicos/as, estagiários/as e bolsistas que se organizam em seus Campi. Os diferentes núcleos se organizaram a partir do financiamento do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC II) foi quando surgiram as Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES) e seus núcleos de Incubação. Na atualidade, está em funcionamento apenas a Incubadora INCUBEES da Unemat-Cáceres-MT.

A Incubadora desenvolve um papel educativo na sociedade, por meio de atividades práticas e políticas voltadas à socioeconomia solidária, que visam potencializar a organização, a produção e a geração de renda, a partir da capacidade das comunidades, assentamentos e sujeitos nela envolvidos. As incubadoras desenvolvem papel social e educativo, conforme Culti (2007, p. 05)

⁷ Resolução 139-2003 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPE.

As Incubadoras Universitárias de empreendimentos econômicos solidários constroem uma tecnologia social cada vez mais utilizada no âmbito das ações de geração de trabalho e renda. São espaços que agregam professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, bem como programas internos existentes nas universidades para desenvolverem pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária, além das atividades de incubação de empreendimentos econômicos solidários, com o objetivo de atender trabalhadores que tencionam organizar seus próprios empreendimentos sejam cooperativas, associações ou empresas autogestionárias, urbanas ou rurais.

A Incubadora vinculada ao Núcleo Unemat-Unitrabalho de Cáceres, desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão desde 2004⁸. Essas atividades são realizadas com a comunidade urbana (universitários, mulheres, homens, jovens, pescadores) e do campo (jovens, agricultores/as, indígenas, camponeses, quilombolas, ribeirinhos), através de elaboração e execução de projetos de formação e capacitação, visando o fortalecimento das comunidades e dos sujeitos, por meio do desenvolvimento da Economia Solidária, da Agroecologia e da Educação do Campo, norteadas pela metodologia da educação popular.

O processo formativo é uma das principais formas para a organização e a qualificação das pessoas que buscam no trabalho a geração de renda, tanto no campo quanto nas cidades, contribuindo assim para o empoderamento dos diferentes sujeitos na busca e efetivação de seus direitos, no fortalecimento do território e de sua identidade.

O Núcleo Unemat–Unitrabalho, ao desenvolver as atividades, coopera com instituições parceiras como a Federação de Órgãos para Assistência Educacional e Social/ Mato Grosso (FASE-MT), o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), o Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), entre outros. Nesse viés de ensino, pesquisa e extensão nasceu a parceria com o Centro de Tecnologia Alternativa, firmada em 2014, para a elaboração e execução do Projeto de Formação e Capacitação de Agentes Técnicos Agroambientais, que será apresentado detalhadamente adiante.

⁸ MARTINS, Jucilene de O. **Aprendizagem para o trabalho associado na agricultura familiar camponesa: a ACOOPERFRON como alternativa para organização e comercialização.** Monografia de Especialização em Economia Solidária e Políticas Públicas. Cáceres-MT: Unemat 2017.

O Centro de Tecnologia Alternativa, fundado em 21 de maio de 1992, constitui-se como associação civil sem fins lucrativos, apartidário, com área de atuação direta em todo o território nacional e, de forma mais incisiva, no Estado de Mato Grosso. Seus associados (homens e mulheres) são agricultores familiares e técnicos das mais variadas profissões e atuação. Hoje, seu quadro social é constituído por trinta e cinco associados/as. Destes, vinte e seis são agricultores/as lideranças de comunidades e/ou movimentos sociais, seis são profissionais vinculados a ONGs; três profissionais que integram a equipe técnica e de apoio do CTA. Do total de associados, oito são mulheres⁹.

Como ideia, o CTA surgiu pela atuação da Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional (FASE) na região do Vale do Guaporé. O trabalho educativo da FASE¹⁰ iniciou em 1987 que estimulou o surgimento do Movimento de União dos Lavradores (MUL) do Vale do Guaporé, movimento este constituído por inúmeras associações de agricultores/as, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Central das Associações e também pelo próprio CTA que já atuava na região do Vale do Guaporé a partir de 1991.

Em 1992, o CTA foi constituído juridicamente como associação, fruto de amplas discussões das lideranças e técnicos que atuavam na região em torno dos problemas enfrentados no campo, relacionados a produção e a organização social dos agricultores familiares. A partir de agosto de 1993 o CTA constitui sua própria equipe técnica para atuar, em parceria com a FASE, em projetos demonstrativos de produção diversificada nas comunidades rurais do Sudoeste de Mato Grosso.

Segundo o projeto¹¹ do CTA (2017, s/n) a missão do mesmo é a de “Colaborar no desenvolvimento e implementação de uma nova agricultura, adequada às condições socioeconômica, cultural e agroecológica, visando diminuir os problemas sociais e ambientais causados pelas formas habituais do processo produtivo”. Para cumprir sua missão o CTA atua com três grandes princípios:

⁹ Dados históricos do Centro de Tecnologia Alternativa apresentados no projeto “Semeando Amazônia Sustentável (2016). Disponível em: <http://www.ctamt.org.br>

¹⁰ A FASE é uma organização não-governamental com atuação em todo o território nacional. Em Mato Grosso, a FASE tem seu escritório no Município de Cáceres e tem atuado em parceria com o CTA.

¹¹ Projeto elaborado e desenvolvido pelo CTA/UNITRABALHO. 2017. Produção Integrada e sustentável gerando renda e conservação ambiental para a agricultura Familiar na Amazônia Matogrossense. Semeando Amazônia sustentável. Disponível em: <http://www.ctamt.org.br>. Acesso em 10 de Fev. 2018.

- A agroecologia: na defesa de uma produção agroecológica os projetos empreendidos, apoiados, executados e desenvolvidos pelo CTA têm buscado sempre o caminho da diversificação da produção, com a exploração sustentável dos recursos naturais;
- Participação social (democracia): nesse sentido as ações do CTA sempre têm buscado ampla participação social e tem seu processo de gestão dentro dos preceitos da democracia;
- Gênero e raça: uma das metas de trabalho do CTA é o fortalecimento de grupos de mulheres agricultoras que se articulam para melhorar as relações de gênero, igualdade entre homens e mulheres. Assim, a equipe do CTA tem buscado metodologias diferenciadas para alcançar tal meta e envolver as mulheres em todas as atividades desenvolvidas, como marcar as reuniões em horários em que elas também possam participar ou ainda promover ações e projetos diretamente por elas gestados.

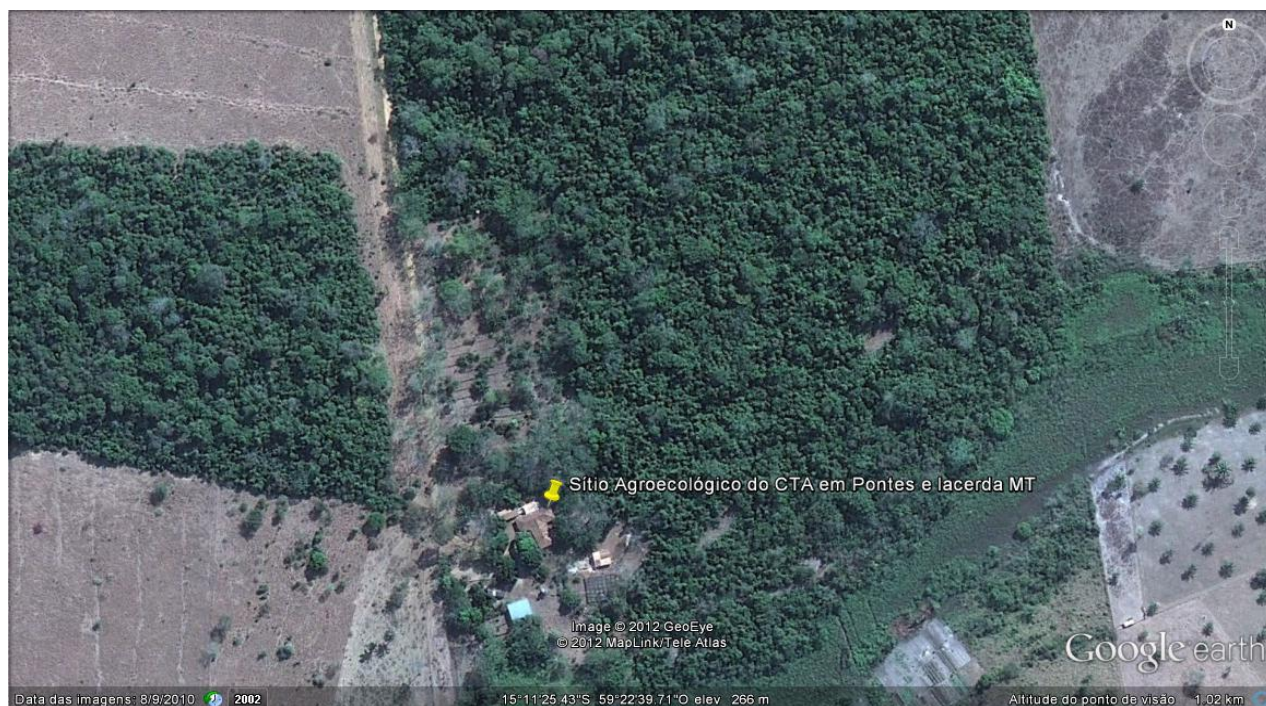
O CTA, desde 1993, vem estabelecendo parcerias para executar projetos demonstrativos e acompanhar grupos produtivos através do desenvolvimento de sistemas produtivos agroecológicos, como os sistemas agroflorestais, sistemas consorciados com espécies nativas, frutíferas, criação de abelhas, etc. A partir de 2008 passa também a prestar assistência técnica e extensão rural (ATER) em assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais e estabelecimentos agrícolas, através de convênios e/ou contratos de prestação de serviços com recursos públicos.

O CTA também atua no fortalecimento da política de desenvolvimento territorial rural sustentável através da participação nas instâncias territoriais, executando projetos de custeio das ações de formação e capacitação no território de Mato Grosso. Atende cerca de 1.200 famílias com seus projetos de ATER e de fomento à produção agroecológica. A atuação do CTA também está pautada nos princípios da participação social (democracia), da defesa pela igualdade de gênero e do fortalecimento da juventude rural. Em toda a sua trajetória, os projetos

desenvolvidos pelo CTA buscam a ampla atuação relacionada à formação e capacitação sociopolítica e ambiental dos beneficiários¹².

O CTA tem sua sede em Pontes e Lacerda (MT). Sua área física é composta de um sítio agroecológico próprio de 12 hectares, situado na BR-174, Km 5, na Comunidade do Cataco (Figura 02).

Figura 02 - Localização da Sede do CTA em Pontes e Lacerda/MT



Fonte: CTA, 2014.

Apresentamos a caracterização, o histórico e a missão do CTA, expondo o projeto guarda-chuva intitulado “Semeando a Amazônia Sustentável”, aprovado pelo CTA, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), em novembro de 2014, que recebeu apoio financeiro do Fundo Amazônia e teve como objetivo:

Apoiar o fortalecimento da agricultura familiar em municípios do bioma Amazônia da região sudoeste do Estado de Mato Grosso, por meio de implantação e consolidação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), do apoio às estruturas coletivas de beneficiamento da

¹² Dados históricos do Centro de Tecnologia Alternativa apresentados no projeto “Semeando Amazônia Sustentável (2016). Disponível em: <http://www.ctamt.org.br>. Acesso em 5 de Junho de 2019.

produção e da estruturação de canais de comercialização de produtos oriundos dos SAFs (CTA, 2016, s/n).

O Projeto “Semeando Amazônia Sustentável” iniciou suas ações de campo em dezembro de 2015, após todas as condicionantes serem resolvidas junto ao BNDES. Nesse contexto, as ações do Projeto foram distribuídas em quatro componentes: 1. Produção Agroflorestal; 2. Beneficiamento da Produção Agroflorestal; 3. Comercialização de Produtos Agroflorestais; e 4. Atividades Transversais; conforme quadro abaixo.

Quadro 01 - Projeto Semeando a Amazônia Sustentável – CTA/BNDS

Componentes do Projeto
<p>1. Produção Agroflorestal: previsão do plantio de 250 hectares de novas áreas de Sistemas Agroflorestais (SAFs) nos municípios abrangidos pelo Projeto, envolvendo aproximadamente 250 famílias. A instalação de 500 caixas de abelhas (colmeias). O Projeto apoiou diretamente os SAFs com a aquisição de insumos agrícolas, a instalação de quatro viveiros comunitários, o custeio da produção das mudas, bem como a prestação de assistência técnica.</p>
<p>2. Beneficiamento da Produção Agroflorestal: as atividades tinham por objetivo agregar valor aos produtos agroflorestais produzidos na região e também na produção oriunda dos SAFs. A Proposta de modernização e ampliação de estruturas para o beneficiamento da produção existentes. Estas unidades de processamento são cozinhas comunitárias polpa de frutas até pequenas agroindústrias para a produção de farinha, pães, biscoitos e doces. Foram implantadas e/ou modernizadas 5 unidades de processamento e 2 casas do mel.</p>
<p>3. Comercialização da Produção Agroflorestal: serão trabalhados os mecanismos que permitam que os produtos da região e dos grupos apoiados pelo Projeto sejam comercializados nos mercados locais e os institucionais. No mercado institucional de alimentos destacam-se o Programa de Aquisição de Alimento (PAA), que propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na compra de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar na rede pública de ensino.</p>
<p>4. Ações Transversais</p> <p>ATER – Assistência Técnica: disponibilização serviços de assistência técnica aos agricultores e agricultoras familiares beneficiários do Projeto para a implantação e consolidação de SAFs e nas unidades de processamento e casas do mel.</p> <p>Formação e Capacitação: apoio para os agricultores e agricultoras familiares em temas relacionados à implantação dos SAFs, na operação das unidades de processamento e na comercialização de produtos nos mercados institucionais. Foi realizado no Centro de Formação do CTA a capacitação de 30 agricultores e agricultoras familiares. O custeio do Curso foi mantido pelo Projeto com a parceria de uma instituição de ensino superior.</p>

Fonte: Org. MARTINS, 2018¹³.

O projeto abrangeu, diretamente, a sub-região Sudoeste (território da Grande Cáceres), incluindo sete municípios: Comodoro, Jauru, Mirassol do Oeste, Pontes e

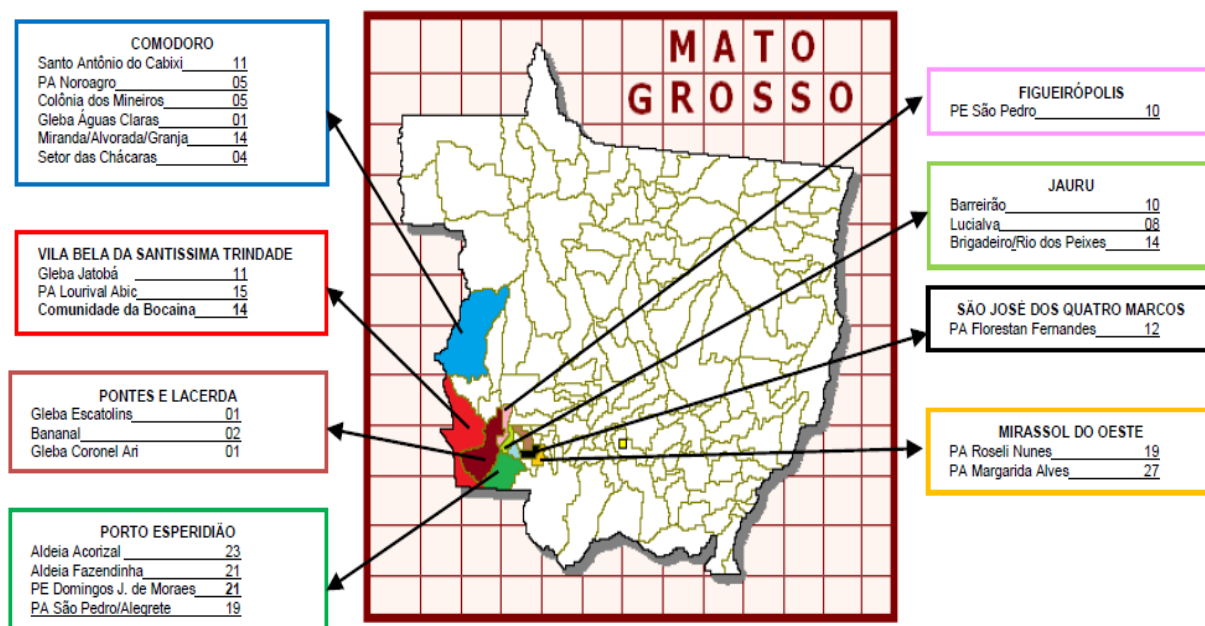
¹³ Dados obtidos de acordo com o folder de apresentação geral do projeto em anexo.

Lacerda, Porto Esperidião, São José dos Quatro Marcos e Vila Bela da Santíssima Trindade. E, indiretamente, exerceu influência em outros treze municípios.

No mapa abaixo, figura 03, apresentamos a distribuição espacial das famílias beneficiárias do Projeto, que foram 40 famílias em Comodoro, 40 famílias em Vila Bela da Santíssima Trindade, 04 famílias em Pontes e Lacerda, 84 famílias em Porto Esperidião, 10 famílias em Figueirópolis, 32 famílias em Jauru, 12 famílias em São José dos Quatro Marcos e 46 em Mirassol Do Oeste, totalizando 268 famílias.

Há 21 famílias a mais do que a meta do projeto devido ao fato destas só lidarem com a atividade de apicultura. Importante destacar ainda que nem todas as famílias e grupos das instituições aglutinadas fizeram parte do projeto de formação e capacitação.

Figura 03 - Distribuição Espacial das Famílias beneficiadas no Projeto



Fonte: CTA, 2014.

Atendendo à ação transversal do Projeto “guarda-chuva”, especificamente o eixo de formação e capacitação, o CTA em parceria com Núcleo Unemat-Unitrabalho, elaborou um termo de cooperação (anexo 1), no qual estabeleceu a responsabilidade do Núcleo na elaboração de um projeto que atendesse às especificidades deste eixo.

Assim, a equipe do Núcleo Unemat-Unitrabalho, juntamente com equipe gestora do CTA, reuniram-se em 2014 para traçar estratégias de organização e elaboração do Curso, atendendo a todos os critérios, proposta e objetivos apresentados no Projeto maior (guarda-chuva) Semeando a Amazônia Sustentável.

Traçadas as estratégias a equipe de ATER do CTA, realizou juntamente com a Coordenadora Pedagógica do Curso, algumas visitas nos territórios que o Curso abrangeria. Houve reuniões de mobilização e apresentação da proposta e dos critérios para participação no Curso¹⁴. Nessa primeira etapa, a equipe conversou com as lideranças e com a comunidade, também apresentando a logística do curso, conforme figura 04.

Figura 04 - Mobilização e Apresentação da Proposta e dos Critérios para Participação no Curso



Mobilização no Assentamento Margarida Alves



Mobilização na Comunidade Bocaina



Mobilização na Comunidade em Jauru
Fonte: MARTINS, 2017. Arquivo pessoal.

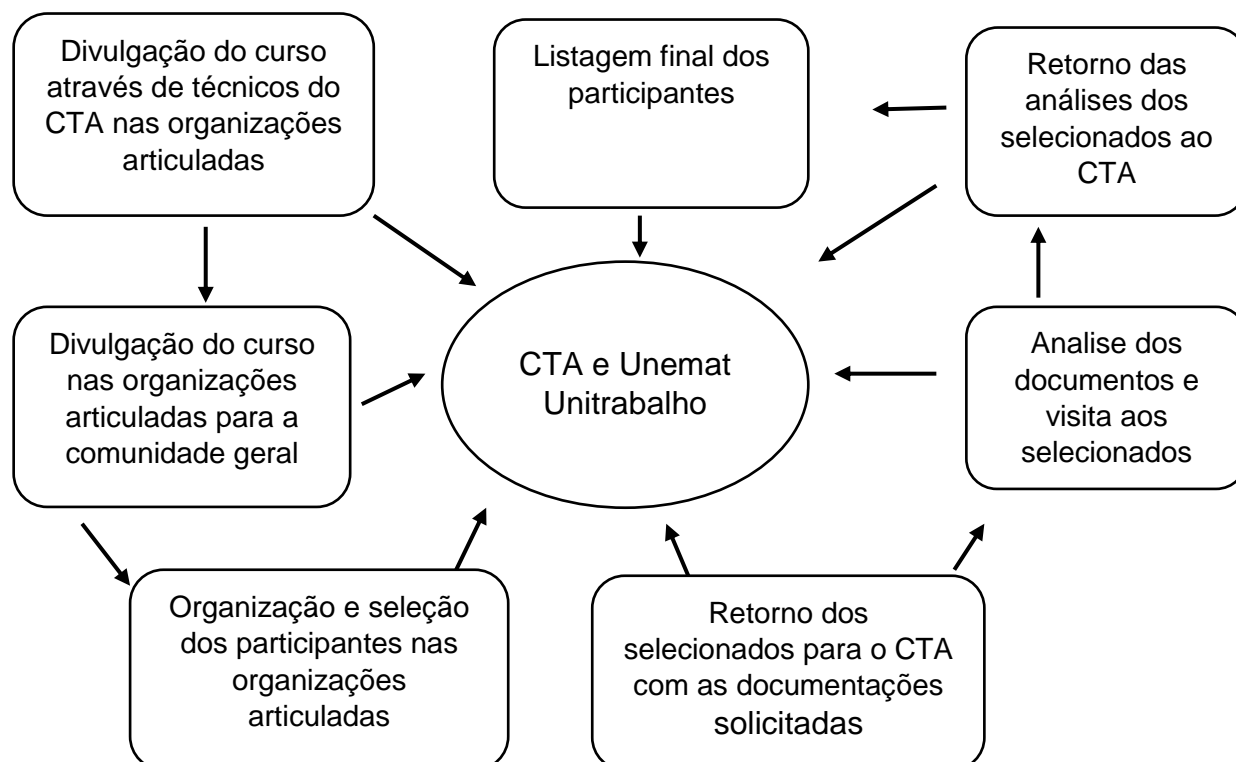


Mobilização no Assentamento Lorival de Abic

¹⁴ Folder disponível no anexo três

Nessa primeira fase, que ocorreu concomitantemente à elaboração do Curso de Formação e Capacitação de Agente Técnico Agroambiental, realizou-se a etapa de seleção dos jovens camponeses que participariam do Curso, conforme figura 05.

Figura 05 - Fluxograma de Seleção dos Participantes



Fonte: Organizado pela Autora, 2018.

Havia a necessidade de selecionar os jovens candidatos de acordo com a quantidade de famílias beneficiadas pelas instituições articuladas¹⁵ nas microrregiões de abrangência do CTA, não ultrapassando o limite máximo de quarenta cursistas. O documento de orientação para seleção dos candidatos estabelecia que:

¹⁵ As instituições aglutinadas e beneficiadas são: Associação Regional de Agricultores Agroecológicos de Mirassol D'Oeste (ARPA); Associação Portense de Apicultores e Agricultores/as da Agricultura Familiar de Porto Esperidião (APA); Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP); Cooperativa Agropecuária de Jauru (COOPERJAURU); Central de Abastecimento e Vendas da Agricultura Familiar (CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES); Cooperativa Mista de Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Comodoro (COOPERMAF); Associação Comodoreense de Apicultores (ACA); Cooperativa Regional dos Produtores Rurais na Agricultura Familiar (COOPRAF); Cooperativa Mista de Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Comodoro (COOPERMAF); Associação Indígena Niorchi Haukina (APIC); Associação N^a. Sr^a. Auxiliadora/Comunidade Bocaina Associação Produtiva Indígena Chiquitana e Associação dos Trabalhadores Rurais Gleba Jatobá.

Os candidatos seriam selecionados entre as famílias que participam como beneficiadas nas instituições articuladas pelo Projeto. Cada instituição será responsável pela escolha de três participantes, seguindo os critérios estabelecidos neste documento. Cabe à Associação, grupo ou cooperativa que escolhe e envia três pessoas para o curso¹⁶ (CTA-UNEMAT-UNITRABALHO, 2016, s/n).

Essa etapa, segundo técnicos do CTA, foi bastante produtiva e de grande relevância, pois o Curso atendia a uma demanda dos camponeses em relação à juventude do campo.

Todas as vezes que nós técnicos vamos a campo, vamos nas comunidades e fazemos visitas e reuniões, principalmente nas comunidades onde nós realizamos o nosso trabalho; nesses momentos sempre somos questionados pelos agricultor/a, os pais e os adultos se não tem nenhum curso para os jovens, porque perceberam que os jovens querem ir para a cidade para estudar, aprender alguma coisa. Então a cobrança era que nós tínhamos que dar oficinas, cursos, que a gente deveria dar um curso para esses jovens (INFORMAÇÃO VERBAL, 2017¹⁷).

Assim sendo, em 2017 o Curso de Formação e Capacitação de Agente Técnico Agroambiental foi aprovado e implementado pela Unemat-Unitrabalho/CTA em Pontes e Lacerda-MT e executado no período de março de 2017 a março de 2018.

2.2. O Curso de Agentes Técnicos Agroambientais: organização e desenvolvimento

O Curso tinha como objetivo formar e capacitar os camponeses em seu local de origem, para que os agentes formados pudessem ser “[...] promotores da melhoria da produção e da produtividade, da manutenção e/ou geração de trabalho e renda no campo, e ainda operadores dos sistemas de beneficiamento e da comercialização da produção dos Arranjos Produtivos (SAF e Quintais produtivos) e do mel¹⁸.

¹⁶ Documento de Orientações para a seleção dos candidatos ao Curso de Capacitação de Agentes Técnicos Agroambientais. 2016. Disponível em: <http://www.ctamt.org.br>

¹⁷ Relato de R. A. F., técnico do CTA, colhido em 09 de Janeiro de 2017, no território do Assentamento Roseli Nunes.

¹⁸ Projeto Semeando Amazônia Sustentável (2016). Disponível em: <http://www.ctamt.org.br>

Segundo Wohlfahrt, técnico da FASE, o desenvolvimento do Curso materializa “[...] uma série de discussões que a gente tem feito aqui há mais de vinte e sete anos, muitas vezes aqui dentro, muitas vezes nas comunidades e outras vezes dentro das Universidades (INFORMAÇÃO VERBAL, 2017¹⁹).

A proposta de formação no Curso deixava claro o compromisso de capacitar os jovens agricultores/as com experiência de Agente Técnico Agroambiental, consciente de seus deveres como ser social capaz de vivenciar seus direitos de cidadania e auxiliar os grupos gerais beneficiários do projeto, otimizando os saberes locais com as técnicas e tecnologias atuais²⁰. Essa práxis, definida por Gadotti (1995) como ações transformadoras, foram desenvolvidas com o intuito de proporcionar aos(as) jovens camponeses a construção, e a troca de saberes, o diálogo entre os sujeitos participantes que tiveram a oportunidade de teorizar mais sobre o conhecimento empírico e científico. Essa troca, essa socialização coletiva, foi importante para os sujeitos envolvidos.

Deste modo, para atender à demanda dos camponeses, sujeitos protagonistas desta formação e capacitação, o Curso foi dividido em três eixos temáticos e seus respectivos objetivos, visto que os eixos apresentados foram pensados como:

Um conjunto de ações pedagógicas da equipe interdisciplinar junto aos estudantes do curso de Agente Técnico Agroambientais, funcionando como apoio metodológico, informativo e técnico aos estudantes em ação no tempo comunidade, oferecendo-lhes: formação em ação e avaliação da/na prática; oportunidades para a sistematização de dados registrados no caderno de campo ou levantados em pesquisas; oficinas conjuntas em dias de campo com a comunidade para demonstração de conhecimentos e tecnologias sociais de baixo custo (produção, manejo de pragas e doenças, beneficiamento, armazenagem, conservação); orientações para a sistematização de experiências de trabalhos, de projetos e das próprias organizações; demonstrações práticas de processamento de produtos e de comercialização (CTA/UNEMAT-UNITRABALHO, 2017, s/n).

Levando em consideração estes elementos, apresentamos no quadro a seguir os quatro eixos temáticos do Curso. Cada qual com seus objetivos e respectiva

¹⁹ Relato de L. W, técnico da FASE, colhido em 2017.

²⁰ Projeto Semeando Amazônia Sustentável (2016). Disponível em: <http://www.ctamt.org.br>.

carga horária, para melhor visualização das ações dentro do processo de formação e capacitação dos jovens camponeses. Cada eixo temático envolveu um conjunto de ações/temáticas para sua execução, incluindo a elaboração do trabalho de conclusão do curso (portfólio), além das práticas agronômicas no tempo comunidade, totalizando, ao final do Curso, uma carga horária de 900 horas/aulas.

Quadro 02 - Estrutura do Curso Formação e Capacitação em Agente Técnico Agroambiental

EIXOS TEMÁTICOS e CARGA HORÁRIA TOTAL	OBJETIVOS	ABRANGÊNCIA DE TEMAS/AÇÕES NA FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO
1. Economia Camponesa Teoria (91h) Prática (200h) = 291h/aula	Gerar competências políticas e administrativas para desenvolver a Economia Camponesa, construindo conceitos e práticas da consciência organizativa.	Compreensão do que representa o conceito de economia camponesa; organização e resistência camponesa; sistema econômico não capitalista; economia doméstica e mercado; unidade familiar de produção e de consumo; trabalho, necessidades e bem viver e; cooperação e convivialidades camponesas.
2. Economia Solidária Teoria (106h) Prática (200h) Total = 306 h/aula	Gerar competências no sentido de abranger a formação teórica e prática dos participantes habilitados na construção do conhecimento crítico e organizado nas áreas agroambientais e economia solidária.	Conhecimentos e práticas da economia solidária, para que sejam capazes de promover: 1 - melhorias na produção e na produtividade nos sistemas agrosilvopastoris; 2 - organização econômica coletiva; 3 - manutenção e/ou geração de trabalho e renda no campo; 4 - operação dos sistemas de beneficiamento e da comercialização da produção dos arranjos produtivos solidários e sustentáveis.
3. Sociedade, Estado e Políticas Públicas Teoria (121h) Prática (70h) Total = 191 h/aula	Compreender as relações entre a Sociedade, o Estado e o processo de construção de políticas públicas, para apreender as possibilidades de estabelecer as interconexões das práticas da organização social, da economia e das políticas públicas numa perspectiva participativa, democrática e autogestionária.	Compreensão do que representa a sociedade, o conceito de organização social, as organizações de defesa dos interesses de classe: associações, sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais; conceitos de políticas públicas para agricultura familiar, refletir sobre diversas dimensões e as problemáticas que está assertiva provoca. Nesse sentido as atividades são elaboradas de forma que possam corresponder às necessidades dos participantes em termos filosóficos, teóricos e das práticas bem elaboradas da produção social do conhecimento.
4. Elaboração e Defesa do Portfólio Prática (112 h/aula)	Registrar o percurso do processo de construção do saber, fazer reflexão sobre os diferentes aspectos do crescimento e do desenvolvimento de cada aluno e/ou de cada grupo.	Sistematização, elaboração do texto escrita pelo grupo de organização representada.

Fonte: Adaptação do projeto piloto e reelaboração pela autora, 2019.

Os eixos do Curso de Formação e Capacitação de Agente Técnico Agroambiental foram organizados em 10 módulos de disciplinas, sendo que o cronograma de cada módulo foi intercalado entre o tempo escola (sala de aula) e o tempo comunidade, segundo os preceitos da Pedagogia da Alternância. No tempo escola os(as) jovens cursistas tiveram aulas teóricas e práticas, participavam de inúmeros aprendizados, se auto organizavam na realização das tarefas, avaliavam o processo e participavam do planejamento das atividades. No tempo comunidade eles(as) realizavam atividades de observação e pesquisa da sua realidade, de registro das experiências e de práticas que permitiam a troca de conhecimentos com os pais e a comunidade. Essa pedagogia se traduz pela unidade entre teoria e prática, conforme observamos no quadro 03.

Quadro 03 - Cronograma das Disciplinas do Curso

DATAS	MODULOS	DISCIPLINAS	CH
02 a 05/03/2017	1º MÓDULO	Introdução do Funcionamento da Sociedade Capitalista	6
		Construção do Mapa de Atuação	4
		Funcionamento da Sociedade Capitalista	14
		Organização da Comissão de Gestores para Finança Coletiva I	4
		Economia Capitalista X Economia Camponesa	8
		Metodologia de Pesquisa de Campo	4
06 a 09/04/2017	2º MÓDULO	Dinâmica da Produção Camponesa	4
		Prática agronômica: Fabricação de caldas defensivos agrícolas	4
		Economia Solidária: buscando alternativas	4
		Metodologia da Sistematização	4
I TEMPO CAMPO			
29 e 30/04 a 01 e 02/05/2017	3º MÓDULO	Nivelamento Conceitual dos "Quintais Produtivos"	4
		Organização Social e Movimentos Sociais	4
		Cooperação como Princípio de Ação	4
II TEMPO CAMPO			
01 a 04/06/2017	4º MÓDULO	Prática Agronômica: Construção da horta	4
		Ciências e Saberes Camponeses	4
		Agregar Valor a Produtos e Serviços	4
		Metodologia de Pesquisa	4
III TEMPO CAMPO			
13 a 16/07/2017	5º MÓDULO A	Prática Agronômica (Horta)	4
		Políticas Públicas para Agricultura Familiar	4
		Implantação e Condução do Sistema Agroflorestal – SAFs	4
		Aula a Campo: Conhecer a implantação e condução do Sistema Agroflorestal – SAFs e agroindústria, processo de comercialização da produção oriundo do SAFs	8
		Elaboração do Portfólio (orientação teórica/prática)	8
		Contabilidade e controle do empreendimento	4
IV TEMPO CAMPO			
03 a 06/08/2017	5º MÓDULO B	Sociedade e Estado	8
		Aula a Campo: Organização Social e Sistema de Pastoreio Voisim – PRV	8

		Prática Agronômica (Viveiro)	4
		Identidade e protagonismo da Agente Técnico Agroambiental	4
V TEMPO CAMPO			
17 a 20/08/2017	6º MÓDULO	Prática Agronômica (Poda)	4
		Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: Metodologias populares de difusão de conhecimento e técnicas de fazer	4
		Roda de conversa: Capital de giro	6
		Matemática básica – Etnomatemática	4
VI TEMPO CAMPO			
14 a 14/09/2017	7º MÓDULO	Inserção no mercado: Teoria e prática da Comercialização	14
		Práticas Agronômicas (Solos)	4
		Metodologias participativas de planejamento e decisão	4
VII TEMPO CAMPO			
26 a 29/10/2017	8º MÓDULO	Organização e planejamento da feira e mutirão da comercialização	14
		Metodologias participativas de planejamento e decisão	4
VIII TEMPO CAMPO			
15 a 19/11/2017	9º MÓDULO	Roda de Formação: Práticas das organizações populares representativas e participação nos Espaços de representação política que fortalece a Agricultura Familiar - AF.	12
		Processo de Planejamento Participativo: Proposição e execução de ações estratégicas para o desenvolvimento solidário e fortalecimento das organizações no território.	
		Estratégias de Organização da Economia Camponesa na Perspectiva da Cooperação e da produção agroecológica.	
		Legislação municipal, estadual e federal vigente em relação ao processamento e comércio de produtos alimentares de origem animal e vegetal da Agricultura Familiar.	4
		Introdução à Apicultura	4
IX TEMPO CAMPO			
29 e 30/01/2019	10º MÓDULO	Organização do seminário de apresentação dos trabalhos finais. Organização da Cerimônia de Certificação e festa ao final do seminário de apresentação dos trabalhos finais	8
		Prática agronômica: Fabricação de ração animal	4
		Prestação de contas da aplicação dos recursos do curso, análise e encaminhamentos	4
TOTAL: CARGA HORÁRIA DO TEMPO PRESENCIAL:			238
Tempo Comunidade			550
Elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso			112
CARGA HORÁRIA TOTAL:			900

Fonte: Cronograma geral do Curso, adaptado pela Autora, 2018.

Nesse contexto, para a realização de cada módulo de disciplinas os(as) jovens camponeses(as) se deslocavam de sua comunidade e/ou assentamento para a sede do CTA e participavam da formação presencial em sala de aula durante 04 dias (quinta, sexta, sábado e domingo) e depois cumpriam o tempo comunidade nos seus territórios de origem.

Na execução da etapa presencial, cumprimento das disciplinas, a equipe da Unemat-Unitrabalho/CTA procurou marcar a maioria dos módulos em datas próximas a feriados e finais de semana, o que facilitou a participação de grande

parte dos(as) jovens cursistas. Isso porque compreendiam que os sujeitos do campo enfrentam muitas dificuldades para sair do seu *lócus* de vivência, seja para uma formação ou para qualquer outra atividade que os tire do seu espaço diário de vida e trabalho.

Portanto, a metodologia desenvolvida na execução do Curso, a Pedagogia da Alternância, foi extremamente importante no processo formativo dos(as) jovens cursistas, pois possibilitou a educação em tempo integral, envolvendo as famílias na educação dos filhos, fortalecendo a prática do diálogo entre os diferentes atores que participam dos processos de formação dos educandos; além de proporcionar qualificação técnica aos jovens camponeses/as com o intuito de fortalecer a agricultura camponesa (JESUS, 2011, p. 5).

Para o referido autor, a Pedagogia da Alternância é o método formativo mais adequado para o espaço rural, pelo fato de trabalhar não somente a lógica dos conteúdos, mas sim a lógica do sujeito que está em formação, o seu contexto social, sua realidade e seu local de vivência. Isso porque essa metodologia visa à promoção do desenvolvimento local por meio da formação que será oferecida aos cursistas. E, mais, essa metodologia além de trabalhar com um público dotado de particularidades, heterogeneidade, busca orizar os saberes populares. Estes saberes populares não são inferiores nem superiores aos saberes científico-acadêmicos, mas são de ordem diferente, que concretamente foi expresso tanto nos momentos de campo como em sala de aula durante a execução do Curso em Mato Grosso.

A etapa presencial do Curso ocorreu na sede do Centro de Tecnologia Alternativa, o qual dispunha da infraestrutura necessária para atender os camponeses que foram selecionados para participar do curso (figura 06). Constatamos que o espaço contém a seguinte infraestrutura: alojamentos feminino e masculino separados com capacidade para hospedar cem pessoas; uma cozinha para refeições com refeitório, um salão de reunião com capacidade para cem pessoas; agroindústria de polpa de frutas, casa de moradia do zelador do sítio; além do Sistema Agroflorestal de 2,5 hectares, com viveiro para produção de mudas; e de outros espaços que foram utilizados no percurso do curso e são utilizados para atividades da equipe do CTA.

Figura 06 - Infraestrutura do CTA disponibilizada ao Curso de ATAs



Salão de reuniões



Alojamento feminino



Alojamento masculino



Cozinha com refeitório



Agroindústria



Casa do zelador



Viveiro



Espaço de implantação do SAFs do CTA

Fonte: MARTINS, 2017. Arquivo pessoal.

A estrutura funcional foi definida por um cronograma de atividades que se iniciavam às 07h da manhã e encerravam por volta das 22h da noite, planejada para integrar a juventude, formar e capacitar, estimulando o hábito da leitura e reflexão crítica, possibilitando a criação de novos saberes e valores na organização da vida coletiva, bem como a aprendizagem sobre o planejamento do seu tempo (Quadro 04). Todas as ações/atividades foram programadas e desenvolvidas de modo que atendessem os critérios de funcionamento do curso.

Quadro 04 - Cronograma das ações do Curso

CRONOGRAMA DO CURSO	
Dia	
7:00 as 8:00	– Café da manhã
8:00	– Dinâmica de acolhida (coordenadora) e mística (Jovens participantes do curso)
8:30	– Organização de equipes e leitura da memória do dia
8:35	– Disciplina/apresentações das atividades do tempo campo
11:00 as 13:00	– Almoço
13:00	– Prática agrônômica (programado de acordo com o cronograma)
16:30	– Lanche
17:30	– Encerramento
18:00 as 19:00	– Janta
19:00	– Disciplina
21:30	– Encerramento
	Roda de conversa. (sobre os mais variados assuntos e brincadeiras)

Fonte: MARTINS, 2018.

As disciplinas, descritas no quadro 03, foram desenvolvidas de acordo com as datas propostas pelos Educadores, envolvendo teoria e prática social e agrônômica, valorizando a interação e os saberes dos(as) jovens como condição de aprendizagem, de maneira que pudessem ser úteis na organização e intervenção em sua comunidade.

Nesse processo educativo, os professores formadores procuraram envolver os(as) jovens cursistas em todas as disciplinas e ações/atividades, por meio da realização de seminários, trabalhos em grupos, teatros, trabalho com cartazes, rodas de conversa, dinâmicas, oficinas entre outras ações que pudessem envolvê-los através da participação individual e coletiva, tornando-os protagonistas da ação formativa.

Protagonismo juvenil significa que o jovem tem que ser o ator principal em todas as etapas das propostas a serem construídas em

seu favor. Ser reconhecido como ator social estratégico implica a integração social, a participação, a capacitação e a transferência de poder para os jovens como indivíduos e para as organizações juvenis, de modo que tenham a oportunidade de tomar decisões que afetem as suas vidas e o seu bem-estar (COSTA, 2001, p.22).

Desta forma, abriu-se caminhos para o empoderamento de todos(as) os(as) jovens envolvidos no processo formativo. Empoderamento este centrado na modalidade de ação, que visa possibilitar aos sujeitos participantes a construção democrática, a autonomia em contribuir e poder decidir como fazer e o que fazer nos módulos do Curso. Conforme afirma Costa (2001, p. 179):

Modalidade de ação, criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolverem-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. O cerne do protagonismo é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla.

É com a visão dialética de ação e participação que se procurou inserir nos cronogramas, além das disciplinas, ações que também pudessem envolver e proporcionar autonomia à juventude, tais como dinâmicas, divisão de tarefas por meio de grupos que se organizavam em equipes (limpeza, cozinha, música, animação, etc.) para cuidar do espaço de vivência nos quatro dias de curso.

Estas ações nos dois primeiros módulos foram organizadas pela coordenação do projeto. Para execução destas tarefas foram encontradas algumas resistências. Alguns cursistas apontavam que “não foram ali para trabalhar e sim para estudar, não eram obrigados a limpar e ajudar em nada”. Contudo, com muito diálogo, falando da importância de se estar ali em um ambiente/espaço coletivo de educação, onde todos iriam compartilhar da sala, do quarto, da alimentação, que era injusto usar este ambiente/espaços e não zelar por ele, cuidar do bem comum. Nesse contexto, resgatamos a reflexão da Carta Encíclica, *Laudato Si*, do Papa Francisco (2015) que fala sobre a importância de se cuidar dos espaços comuns, dos marcos visuais e do ambiente utilizado para exprimir nossa identidade, nosso sentimento de pertença, etc.

[...] O bem comum pressupõe o respeito pela pessoa humana, enquanto tal, com direitos fundamentais e inalienáveis orientados

para o seu desenvolvimento integral. [...]. O bem comum requer a paz social, isto é a estabilidade e a segurança de uma certa ordem, que não se realiza sem uma atenção particular à justiça distributiva (LAUDATO SI, 2015, p. 97).

Nos módulos seguintes já não foi necessária a intervenção da coordenação. Os(as) jovens cursistas compreenderam que para estar em um espaço, ambiente coletivo é necessário compartilhar, dividir ações, tarefas, o que for necessário para que todos sejam beneficiados de maneira justa.

Quando se propôs a realização de místicas que seriam pensados e preparados pelos participantes do curso, ocorreu por parte de alguns dos(as) jovens a expressão de surpresa, pois não sabiam o que era uma mística, nem tinham conhecimento sobre. Outros, por serem oriundos de lutas dos movimentos sociais, compreendiam e já realizavam a mística nas reuniões, encontros e oficinas.

Deste modo, foi explicado o conceito, o significado e a importância da realização da mística, de acordo com Bogo (2003), pois o mesmo entende a mística como a representação da essência da vida camponesa, a busca da utopia, representada pelos sonhos de um mundo melhor.

Existem manifestações de místicas alimentados por três raízes: a contemplação, a adoração e os sons. Os camponeses pela sua origem são essencialmente contemplativos em suas atividades. Observam e aprendem a admirar o desenvolvimento das plantas, frutos da arte de seu trabalho em sintonia com a natureza. [...] O Camponês tem o prazer de brincar diariamente com o mistério da vida. É um grão de milho que se transforma em planta, um bezerro que nasce e precisa ser mochoado, uma flor que desabrocha e pode ser tocada, um pássaro que voa e caça os insetos da plantação. [...] No gosto pelos sons, nos seus diferentes ritmos e gêneros, o gosto pelo canto saído da boca dos homens ou do bico dos pássaros é uma raiz antiga que imprime características específicas na construção da existência dos camponeses e da organização social, religiosa e política de que participa (BOGO, 2003, p. 304 e 308).

Ao entenderem a essência pedagógica da mística os(as) jovens se organizavam e buscavam aperfeiçoá-la a cada módulo (figura 07), contemplando a realidade e situações que foram vivenciadas no decorrer das disciplinas que tinham estudado e que fazem parte da vida no campo. Estimulavam a observação, a reflexão, a motivação, a conservação, o envolvimento com a natureza e,

principalmente, resgatavam os valores que o homem do campo traz em relação a vida e trabalho na terra.

Figura 07 - Momentos para pensar e preparar a mística



Fonte: MARTINS, 2017. Arquivo pessoal.

Assim sendo, preparavam e retratavam suas experiências, expressões, sentimentos, de forma muito profunda e bela, por meio de símbolos que representam o modo de vida camponês e a luta pela/na terra (figura 08).

Figuras 08 - Símbolos para representação da mística



Objetos, instrumentos trazidos para representar e apresentar a Mística (Simbologia)

Fonte: MARTINS, 2017. Arquivo pessoal.

Ao retratar o assunto, Bogo (2003) afirma que a mística está diretamente relacionada aos valores que os grupos sociais carregam, fazendo parte da identidade cultural dos mesmos.

O camponês ao raciocinar associando as palavras com as coisas ou fatos, era precioso transformar tudo – os objetos de trabalho, livros, fogo, pessoas, etc. em símbolos. Assim a enxada lá em sua roça era um instrumento de trabalho; ali no encontro transformava-se em símbolo de vontade de carpir todos os males do mundo, para fazer a grande roça da igualdade social (BOGO, 2003, p. 310).

Vimos, portanto, que o Curso, em sua organização e desenvolvimento, tinha a intenção de valorizar os(as) jovens, sua cultura e seu modo de vida. As ações educativas, propostas e desenvolvidas, favoreciam aos educandos uma maior assimilação dos saberes e da cultura camponesa, produzidos historicamente, bem como possibilitavam a eles apropriar-se dos “instrumentos científico-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade” (ARROYO e FERNANDES, 1999, p. 14).

2.3 Os Jovens Camponeses e seus Territórios de Vida e Resistência

Começamos nossa investigação com um levantamento simples de dados sobre o território de origem de cada jovem. Esse levantamento foi feito pela equipe do Curso durante o primeiro módulo, no tempo escola. As informações do quadro abaixo foram coletadas através da ficha de inscrição que preenchidas no ato da matrícula no curso. O grupo, composto por 22 jovens, sendo 12 mulheres e 10 homens, tem origens em diversas áreas, tais como indígenas, quilombolas e camponesa (assentamentos rurais), conforme mostra o quadro 05. Há entre os jovens cursistas um equilíbrio de gênero, com uma proporção significativa, entre os sujeitos masculinos e femininos.

Quadro 05. Os Jovens Participantes da Pesquisa

Participantes da pesquisa	Organizações Articuladas	Comunidade/PA/Aldeias	Território Município
A Rup	Apic./Chiquitanos	Terra Indígena Portal Encantado Aldeia Fazendinha	Divisa entre Brasil/Bolívia Porto Espiridião
M. Petea	Apic./Chiquitanos	Terra Indígena Portal Encantado Aldeia Fazendinha	
J. Espinosa	Niorch/Chiquitanos	Aldeia Acorizal	
R. Rocha	Niorch/Chiquitanos	Aldeia Acorizal	
A. Luna	Associação Novo Alegre /Lourival Abic	Projeto de Assentamento Lourival Abic	Vila Bela da Santíssima Trindade
J. Goulart	Associação Novo Alegre/Lourival Abic	Projeto de Assentamento Lourival Abic	
L. Santana	Associação Novo Alegre /Lourival Abic	Projeto de Assentamento Lourival Abic	
D. Pachuri	Ass. Nossa Sr ^a Ap ^a /Bocaina	Bocaina	
D. Oliveira	Grupo das Margaridas/ARPEP	Assentamento Margarida Alves	Mirassol d'Oeste
D. Pereira	Grupo das Margaridas/ARPEP	Assentamento Margarida Alves	
L. Miranda	AGRIFAMA	Assentamento Margarida Alves	
F. Rodrigues	AGRIFAMA	Assentamento Margarida Alves	
A. Carmo	APA	Assentamento José Domingues de Morais	Porto Esperidião
L. Mendonça	APA	Assentamento José Domingues de Morais	
G. Ermisdorff	COOPERJAURU	São Bernardo	Jauru
J. Carvalho	COOPERJAURU	Guadalupe	
L. Damaceno	COOPERJAURU	Brigadeiro	
J. Sarato	Associação da Mutuca	Mata Cavalo	Livramento
J. Barros	CTA	Asa Bela	Várzea Grande
J. Arruda	CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES	Ouro Verde	
T. Lima	COOPERMAF	Projeto de Assentamento Noroagro	Comodoro
M. Oliveira	UNIFAC	Assentamento Cinturão Verde	Cáceres

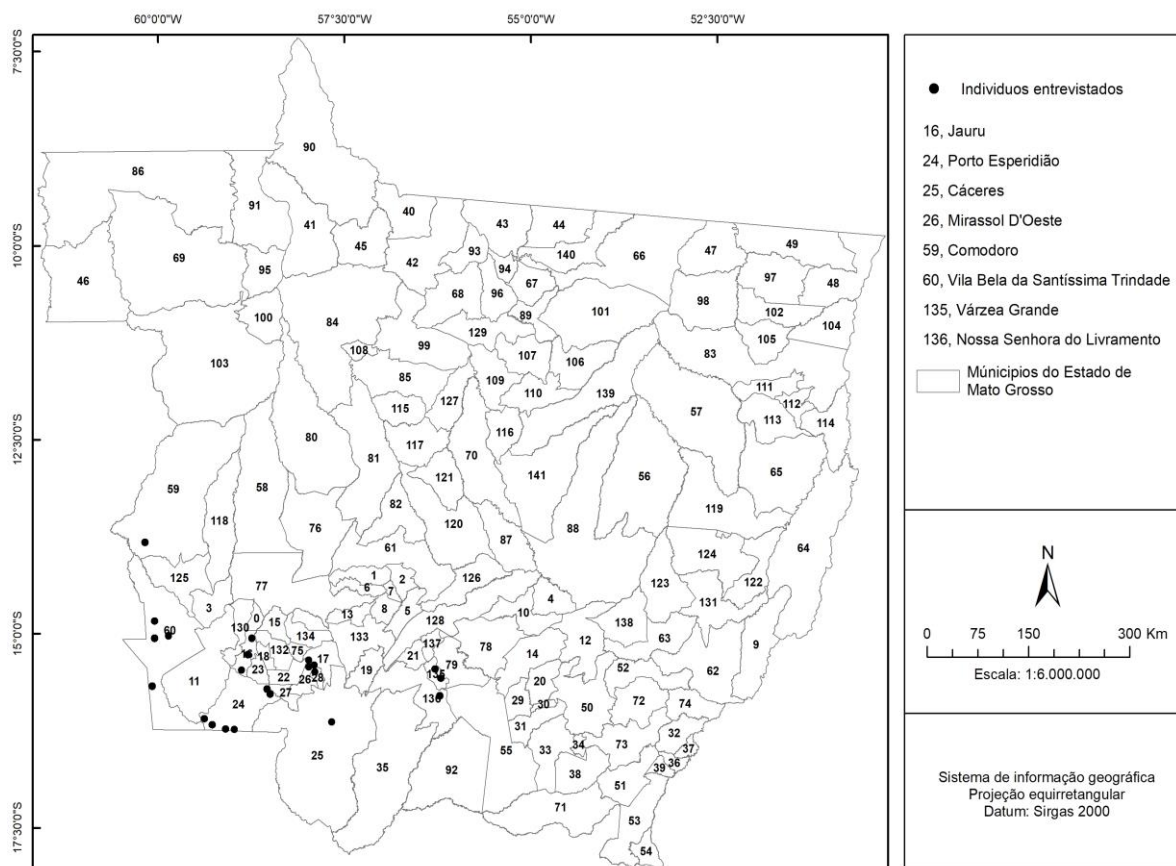
Fonte: MARTINS, 2018.

O quadro acima apresenta quem são, de onde vêm e quais articuladas²¹ representam. Constata-se que os jovens cursistas compõem doze organizações (cooperativas, associações e grupos informais), parceiras na elaboração e desenvolvimento do Curso. Essas organizações estão localizadas em oito

²¹ Termo utilizado a partir do Projeto “Semeando Amazônia Sustentável” para denominar as organizações, comunidades, associações que desenvolvem de fato trabalho e parceria com o CTA.

municípios da região Sudoeste de Mato Grosso (figura 09) em áreas de assentamentos rurais, territórios indígenas e comunidades tradicionais quilombola.

Figura 09 - Território dos Sujeitos da Pesquisa



Fonte: MARTINS, 2018.

De acordo com os dados coletados *in loco*, via ficha de inscrição e observação participante, sobre identificação, sexo, estado civil, filhos, cor/raça e escolaridade, quadro 06, verifica-se que os(as) jovens têm idade entre 16 a 29 anos, todos são filhos de camponeses.

Das 12 jovens participantes do curso 09 moram com os pais, são solteiras e somente 03 não moram com os pais e são casadas; 04 são mães de filhos. Destas, 03 são indígenas; 02 brancas; 06 pardas e 01 negra. Dentre elas 11 são católicas e 01 evangélica. Entre os 10 jovens participantes do curso 06 moram com os pais e são solteiros. Destes 04 não moram com os pais e são casados; dentre os casados todos tiveram filhos. Destes, 02 são indígenas (Chiquitanos); 04 brancos e 04 pardos. Dentre eles 07 são católicos e 03 evangélicos.

Com relação ao grau de estudos das jovens participantes do curso, verificou-se que 01 possui ensino fundamental completo; 05 estavam cursando o ensino médio e 06 já haviam concluído o ensino médio, todas em escola pública. No que tange ao grau de estudos dos jovens cursistas, verificou-se que 04 estavam cursando o ensino médio e 04 já haviam concluído o ensino médio, todos em escola pública, e 02 estavam cursando o ensino superior em faculdade privada.

Quadro 06 - Identificação dos Sujeitos Participantes do Curso

Identificação	Sexo	Estado civil	Filhos	Cor /Raça	Escolaridade
A. Rup	Feminino	Solteira	Não	Indígena	Cursando Ensino Médio
M. Petea	Feminino	Solteira	Não	Indígena	Ensino Médio Completo
J. Espinosa	Masculino	Solteiro	Não	Indígena	Cursando Ensino Médio
R. Arruda	Masculino	Casado	Sim	Indígena	Ensino Médio Completo
A. Luna	Masculino	Solteiro	Não	Branco	Ensino Médio Completo
J. Goulart	Feminino	Solteira	Não	Parda	Cursando Ensino Médio
L. Santana	Feminino	Solteira	Não	Parda	Cursando Ensino Médio
D. Pachuri	Feminino	Solteira	Não	Indígena	Ensino Médio Completo
D. Oliveira	Feminino	Casada	Sim	Branca	Ensino Médio Completo
D. Pereira	Masculino	Solteiro	Não	Branco	Cursando Ensino Médio
L. Miranda	Masculino	Solteiro	Não	Branco	Cursando Ensino Médio
F. Rodrigues	Feminino	Solteira	Não	Parda	Cursando Ensino Médio
A. Carmo	Feminino	Solteira	Sim	Parda	Ensino Fundamental Completo
L. Mendonça	Feminino	Solteira	Não	Parda	Ensino Médio Completo
G. Esmidorff	Masculino	Solteiro	Não	Branco	Cursando Ensino Superior
J. Carvalho	Masculino	Solteiro	Não	Pardo	Cursando Ensino Superior
L. Damaceno	Feminino	Solteira	Não	Parda	Cursando Ensino Médio

J. Sarato	Feminino	Casada	Sim	Negra	Ensino Médio Incompleto
J. Barros	Masculino	Casado	Sim	Pardo	Ensino Médio Completo
J. Arruda	Feminino	Solteira	Sim	Branca	Ensino Médio Completo
T. Lima	Masculino	Solteiro	Não	Parda	Cursando Ensino Médio
M. Oliveira	Masculino	Solteiro	Sim	Pardo	Ensino Fundamental Completo

Fonte: MARTINS, 2018.

Segundo os(as) jovens cursistas, a renda da família varia de dois a quatro salários mínimos. Esse recurso é proveniente da venda do leite (renda principal), da produção excedente e de benefícios sociais, como aposentadoria. A renda contabilizada por eles não inclui o autoconsumo, ou seja, o que as famílias dispõem na propriedade, tais como: hortaliças, leguminosas, mandioca, abóbora, milho, galinhas, ovos, carne, leite, queijos, porcos, tudo isso não é contabilizado.

Constata-se que, dentre os participantes do Curso, duas jovens eram trabalhadoras assalariadas, sendo uma doméstica e a outra é secretária no Centro de Comercialização em Cuiabá.

Percebe-se, pelos dados acima elencados no quadro 06 e nas observações participantes, que os sujeitos da pesquisa são jovens com histórias, trajetórias de vida e de estudos diferenciadas, com poucas e/ou nenhuma experiência e/ou perspectiva de vida. Outros(as) possuem uma bagagem de luta e resistência, junto com os pais, na conquista de um pedaço de terra para sua sobrevivência nos territórios dos assentamentos rurais.

Ao serem questionados sobre a vivência no campo e suas percepções sobre seus territórios de vida e luta, alguns jovens relataram que:

A minha comunidade é tradicional, não muito grande, onde moram poucas pessoas, é um lugar onde muitas pessoas frequentam. Lá tem o centro comunitário, o barracão onde são realizadas as reuniões, festas e outras coisas. Temos o campo de futebol, as igrejas e a escola. Um lugar muito bom de se viver (D. Pachuri, 2017).

Na minha aldeia tem 24 famílias, tem uma associação, tem uma igreja, tem um local para se reunir: o centro comunitário (M. Petea, 2017).

Moro na Aldeia Motakisch (Acorizal), Comunidade Acorizal. O lugar onde moro é um lugar com grande diversidade de plantas frutíferas, com a presença de animais domesticados como cachorro, galinhas, porcos, pato. Moro em uma casa tradicional feita de palha de indaiá barreado com barro. Moro com meus pais, tenho uma família muito alegre e de grande importância para mim. A área é composta por uma variedade de animais, matas, rios, montanhas e também ervas medicinais muito utilizadas pela família e pelo povo em geral e em volta das casas tá as roças tradicionais com variedades de sementes é rodeado de moradores. Há também uma escola entre outras coisas e eu sou filho de agricultor (J. Espinosa, 2017).

A jovem D. Pachuri mora em uma comunidade quilombola e os(as) jovens M. Petea e J. Espinosa vivem em comunidades indígenas. Tanto a jovem quilombola como os(as) jovens indígenas convivem com formas próprias de organização social. Nesses territórios, quilombola e indígena, há uma relação intrínseca entre as famílias e destas com a natureza, o que possibilita a reprodução cultural, social, econômica e religiosa das famílias na comunidade. Além disso, os conhecimentos, valores, crenças, hábitos e costumes, construídos historicamente, são transmitidos de geração para geração.

Ressalta-se ainda que, nesses territórios, indígena e quilombola, as ações de solidariedade e reciprocidade são bastante presentes entre as famílias, o que faz com que a comunidade seja um bom lugar para viver e socializar. Como destaca Espinosa (2017), o território da aldeia apresenta muitos aspectos positivos. Grandes diversidades de plantas, animais, rios, montanhas. O jovem apresenta de maneira belíssima a sua casa e as casas da aldeia como um espaço de vivência simples composta de muita alegria, com as famílias felizes por usufruir das coisas belas da natureza.

O jovem A. Luna, ao relatar sobre seu espaço de vivência, o Assentamento Lourival Abic, afirma que:

O Assentamento Lourival Abic é composto por 41 lotes destinados ao mesmo total de famílias. Hoje há novos proprietários em determinados lotes, alguns deles possuem até três lotes. É um lugar de pessoas sofridas, colocadas na terra sem garanti-lhes os subsídios de direito, afetados por eventuais inundações em função da drenagem de 8 mil alqueires de terra de uma fazenda que ilha o assentamento, nem todas as pessoas que vivem no assentamento são envolvidos nas lutas travadas pelos direitos dos assentados (A. Luna, 2017).

Já o jovem G. Ermisdorff, que assim como A. Luna também é assentado, afirma que “Nossa área é extensa, com matas, cerrados, córregos, além de animais, porém está diminuindo por causa do desmatamento, ou seja, a abertura das matas para inserir a pecuária que está atingindo nosso território” (G. Ermisdorff, 2017).

O jovem assentado T. Lima relata que:

Bom, o lugar onde eu moro, tem aproximadamente 200 famílias, onde alguns por terem condições melhores fingem que nem conhecem o outro. Em relação a comunidade, não é nada unida, pois o fato onde um manda e outros fazem somente o que ele pediu "mandou" (T. Lima, 2017).

Percebe-se, nos relatos dos jovens, que o território dos assentamentos rurais é permeado de contradições e conflitos sociais, econômicos, ambientais e políticos entre atores que possuem interesses divergentes, gerando embates que se expressam no cotidiano das famílias e que dificultam a vida no campo. Os(as) jovens assentados compreendem que a vida no campo é boa, mas é sofrida e que o avanço de latifundiários e da monocultura/pecuária nos territórios da Reforma Agrária alteram diretamente o ambiente, a vida, a cultura e a economia das famílias camponesas que sobrevivem do campo. E, que a falta de união entre os moradores, também apresentado pelo jovem assentado T. Lima, é um dos fatores que interfere na busca de melhorias para o território dos assentamentos em Mato Grosso.

Contudo, apesar das inúmeras dificuldades e percalços enfrentados pelos(as) jovens e suas famílias camponesas, os assentamentos rurais geralmente constituem a garantia não só da permanência do homem no campo, como a possibilidade da recuperação da autoestima, da dignidade e da autonomia, com a geração de emprego e renda, segurança alimentar e habitacional, entre outras (SILVA, 2017).

Portanto, o território dos assentamentos rurais tem sido compreendido pela jovem J. Sarado, como também por muitas famílias, como um território de esperança, do bem viver, da solidariedade, da reciprocidade, por isso, as famílias lutam por condições dignas de permanência no território dos assentamentos e para garantir sua existência e sobrevivência.

É um lugar muito bom para se viver. São poucas pessoas, mas são muito bem organizadas, sempre unidas, principalmente para fazer reunião, festa, eventos, trabalhos, reivindicações. É uma comunidade muito animada, tanto em relação aos adultos quanto os jovens (J. Sarato, 2017).

Os relatos dos(as) jovens, acima elencados, nos ajudam a compreender vários aspectos da vida no território das comunidades, especialmente o sentimento de identidade e pertencimento, a sociabilidade das famílias, bem como as dificuldades e embates existentes e vivenciadas cotidianamente nestes territórios.

Ressalta-se assim que os conflitos de opiniões sobre a vida na comunidade refletem a experiência própria de cada jovem e são fundamentais para compreender a relação deles(as) com o território, *lócus* de vivência. Relações de amizade, cooperação, reciprocidade e solidariedade, se manifestam com maior ou menor intensidade cotidianamente entre as famílias camponesas, e são importantes, pois proporcionam sentido ao vivido dos(as) jovens e de suas famílias no campo.

De uma maneira geral, os relatos são entremeados de especificidades, mas expressam a valorização do lugar de morada, do território de vida e luta camponesa, por meio da caracterização da infraestrutura do lugar, das belezas e diversidade ambientais existentes em cada comunidade, dos momentos ricos e educativos dos festejos culturais e das sociabilidades vivenciadas em cada território. A territorialidade vivenciada pela juventude aponta a fortaleza e vulnerabilidade de sua relação com o território camponês.

Em relação ao processo formativo desenvolvido no Curso, constatamos que, muitos, no início, não tinham noção do que é o trabalho com agroecologia, trabalho associado, economia solidária, política, etc. Essas questões/leituras, bem como a compreensão de que o conhecimento adquirido possibilitaria a eles transformar a realidade vivenciada, foram se construindo no decorrer do Curso.

Cabe, portanto, analisar se a formação recebida possibilitou aos(as) jovens participantes do Curso o fortalecimento de sua identidade camponesa e o desejo de manutenção e permanência no campo.

CAPÍTULO III

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA JUVENTUDE EM MATO GROSSO: instrumento de organização e fortalecimento da identidade do(a) jovem camponês(a)

Neste capítulo apresentamos a oferta, organização e a metodologia das disciplinas e atividades desenvolvidas no Curso, bem com as percepções dos(as) jovens cursistas sobre seu processo formativo. Buscou-se mostrar também a formação e capacitação da juventude como instrumento de organização e fortalecimento da identidade do(a) jovem camponês(a).

3.1 Percepções dos Jovens Cursistas sobre o Processo Formativo

Em relação à oferta e metodologia das disciplinas e atividades, os(as) jovens destacaram as que mais contribuíram para seu processo formativo, são elas: Funcionamento da Sociedade Capitalista, Dinâmica da Produção Camponesa, Economia Solidária: buscando alternativas, Organização Social e Movimentos Sociais, Tempo Campo I, Prática Agronômica: construção da horta I, Ciência e Saberes Camponeses, Prática Agronômica: construção da horta II, Aula a Campo: conhecer a implantação e condução do Sistema Agroflorestal (SAFs) e agroindústria, processo de comercialização da produção oriundo do SAFs, Sociedade e Estado, Aula a Campo: organização social e sistema de pastoreio Voisin (PRV) e Inserção no Mercado: teoria e prática da comercialização.

Por questões metodológicas apresentamos, no primeiro momento, as disciplinas com cunho teórico, seguida das práticas agronômicas e aula a campo.

A disciplina Funcionamento da Sociedade Capitalista, trabalhada no primeiro módulo, foi elaborada e ministrada de forma que a juventude pudesse refletir sobre a sociedade em que estamos inseridos, compreendendo o quanto a sociedade é desigual e como isso impacta a população.

Sobre a disciplina, o jovem J. Carvalho (2017) afirmou

Pensava que o Curso era voltado somente para produção de alimentos, e teve isso sim. Mas, além disso, o curso voltou-se para política, e é fundamental conhecer como funciona a sociedade, como

é manipulada e conduzida pelo capitalismo, gerando competição entre a população, entre os indivíduos.

Percebe-se em seu depoimento que a disciplina ministrada possibilitou a ele uma análise crítica da sociedade capitalista, pois, inicialmente, ele não tinha uma visão política sobre a lógica de funcionamento da sociedade capitalista, excludente e segregadora. J. Carvalho afirma ainda em sua reflexão que esta alienação proposta pelo capitalismo, que não hesita em somente explorar o trabalhador, os que não possuem recursos financeiros, também lhes tira a vida.

Sobre o poder que os nossos políticos nos impõem, a falta de respeito com o próprio ser humano que trabalha para manter o país, onde 80 por cento do PIB, produto interno bruto, que é produzido pelo país fica nas mãos do sistema capitalista, apenas 20 por cento é destinado para a classe trabalhadora, além de ser vergonhoso para o nosso país, o trabalhador brasileiro tem uma jornada de 10 horas de serviço por dia, sendo que apenas 2 horas é para si, as outras 8 horas ficam com a burguesia. (J. Carvalho 2017).

Ainda nessa disciplina foi possível perceber que os(as) jovens compreenderam que a força do trabalhador é diferente de todas as demais mercadorias, conforme aponta Marx (1978), que ela é a fonte de riqueza social, que o trabalhador está tão alienado que não percebe que durante o processo produtivo, seu trabalho produz muito mais valor do que aquele que foi negociado na venda de sua força de trabalho. Neste sentido, relatam que:

No curso foi falado sobre a sociedade capitalista e também sobre a nossa diferença social, que a burguesia tem suas propriedades privadas de produção, ou seja, que eles são donos dos serviços, por isso eles têm os trabalhadores em suas mãos (J. Carvalho, 2018).

Compreendemos no curso que a sociedade baseia-se na luta de classes, que toda sociedade é uma história de luta. Que Marx fez uma crítica ao sistema capitalista, ele analisou as condições existentes na sociedade. Assim, na medida em que surgiu o capitalismo, a sociedade se dividiu em classes, a que explora e a oprimida. É exploradora a burguesia, que tem a mão de obra barata e não dando direito algum para seus funcionários. E que a classe oprimida é a que, não vendo alternativa, vende sua força de trabalho para não passar fome, e é sujeitado a trabalhar em condições sub-humanas para garantir seu sustento. O capitalismo fez dos meios de produção propriedade privada de certa minoria de pessoas. Os burgueses então eram os proprietários dos meios de produção e aqueles que não possuíam estes meios se viam obrigados a vender

o único bem que tinham, sua força de trabalho. O sistema capitalista gera a desigualdade social e Marx propõe, juntamente com os operários, que era possível destruir o estado capitalista (J. Barros, 2018).

Eu entendi que as classes sociais andam muito desorganizadas; que a burguesia não dá o devido valor à classe trabalhadora, muito menos à família camponesa que luta para ter uma vida melhor, produzindo alimentos sem veneno, para ter uma vida mais saudável. A burguesia não dá oportunidade para os trabalhadores. O que a população poderia fazer para mudar essa exploração? Lutar pelos nossos direitos, se organizar, trabalhar coletivamente, através de associações, cooperativas (F. Rodrigues, 2018).

Esta diferença social, representada pelas classes sociais, foi compreendida com muita clareza na dinâmica do jogo das estrelas, citada por todos os participantes do curso como sendo uma dinâmica que fez com que eles vivenciassem na pele a divisão das classes sociais, representados por quadrado (burguesia), triângulo (classe média) e estrelas (classe trabalhadora). Sobre a dinâmicas os(as) jovens relatam que:

Nesse jogo foi bem representado como que é a nossa sociedade. O grande manda e os pequenos obedecem; além de obedecer eles ainda sofrem com a falta de ajuda tanto política quanto financeira. Foi algo muito importante para nós percebermos isso, [...], sem contar a falsidade que há em nosso meio, porque quando colocamos alguém que parecia que ia ajudar o povo, foi é ferrar o povo mais ainda [...] (J. Carvalho, 2018).

Essa dinâmica despertou muita a atenção de todos, pois as turmas foram divididas em grupos, onde teve o grupo do quadrado, triângulo e grupo das estrelas. Os professores retrataram todos os temas que trabalhamos em sala, como a desigualdade social, onde tem os mais favorecidos, os que tem mais capital, e as pessoas de classe mais baixa, que têm que obedecer as classes políticas por terem mais recursos e a propriedade privada dos meios de produção (M. Petea, 2018).

O Jogo das estrelas onde representavam diferentes classes sociais, classe baixa (estrelas), classe média (triângulo) e classe alta (quadrado). Nesta dinâmica podemos perceber que nós vivenciamos isso, que a gente fazia vista grossa ou vezes a gente não notava. Hoje conseguimos olhar o nosso Estado, município, a nossa região a nossa comunidade de uma pessoa para outra com outros olhos, nós no lugar que estamos percebemos quem está a nossa volta que posição eles estão, qual é o nosso direito enquanto cidadãos, direitos estes que é tomado da classe trabalhadora, somos alienados desde o ensino básico para atender somente a classe alta, o capital, isso foi bem exposto na dinâmica jogos da estrela (A. Luna, 2018).

Na dinâmica, assim como acontece no dia a dia, quem tem mais dinheiro sempre fica à frente dos mais pobres; a sociedade é um lugar em que sempre haverá diversas propagandas se dizendo a favor dos mais fracos, mas quando se chega a hora de se mostrar solidários de fato vemos que realmente o que importa é o dinheiro, o carro de luxo, casas enormes em condomínios de luxo, entre outros. Ninguém de fato se importa com a criança que precisa de estudo, com o pai e a mãe que trabalham dia e noite em busca de um futuro melhor pros filhos; hoje em dia, e desde de que se existe o mundo, estamos rodeados de pessoas duas caras; assim como no jogo as pessoas se fazem amigos, apoiadores dos mais fracos e quando ganham o poder que tanto se quer, deixam o dinheiro subir à cabeça e passam a seguir as mesmas regras impostas que favorece somente a burguesia. Com isso aprendemos que não adianta apenas eleger governantes para nos representar, mas também aprender a quebrar as regras, a lutar pelos nossos direitos, direito de exigir um direito, pois se nos unimos talvez possamos conseguir realizar alguns dos muitos direitos que temos (F. Rodrigues, 2018).

Para o embasamento da relativa compreensão do contexto geral dos conteúdos que foram trabalhados no decorrer do primeiro módulo, nos amparamos em Pistrak, quando afirma que a essência do trabalho educativo é possibilitar que os educandos compreendam a luta de classes na sociedade capitalista, que se considere como membro da classe operária/trabalhadora, e que se coloque na luta por:

Uma vida nova, por um novo regime social em que as classes sociais não existam mais. Em termos mais concretos, é preciso que a nova geração compreenda, em primeiro lugar, qual é a natureza da luta travada atualmente pela humanidade; em segundo lugar, qual o espaço ocupado pela classe explorada nesta luta; em terceiro lugar, qual espaço que deve ser ocupado por cada adolescente; e, finalmente, é que cada um saiba, em seus respectivos espaços, travar a luta pela destruição das formas inúteis, substituindo-as por um novo edifício (PISTRAK, 2000, p. 31).

A seguir, apresentamos na figura 10 algumas das atividades realizadas no primeiro módulo do curso.

Figura 10 - Atividades desenvolvidas no primeiro módulo do Curso



Explicação do Conteúdo



Apresentação das atividades em grupo



Apresentação das atividades em grupo

Fonte: MARTINS, 2017. Arquivo pessoal.



Dinâmica Jogo das Estrelas

Após a realização do primeiro módulo foi realizada uma reunião com a equipe da coordenação do curso para avaliar os pontos positivos e negativos do módulo e apontar o que deveria ser trabalhado na questão da prática agrônômica, a ser realizada no módulo seguinte. A reunião também tinha como pauta a elaboração do cronograma do módulo II, onde era necessário entrar em contato com os professores listados para o módulo, solicitando a ementa e a listagem dos materiais que seriam necessários para realização da oficina. Após o atendimento desses encaminhamentos, era enviado então, um e-mail aos cursistas com o cronograma do módulo a ser ofertado, para que eles se organizassem para cursar a disciplina. Estas ações foram desenvolvidas em todos os módulos, com o intuito de aperfeiçoar e dinamizar o curso.

A disciplina Dinâmicas da Produção Camponesa realizada no segundo módulo, teve por objetivo trabalhar com os(as) jovens cursistas a compreensão da dinâmica da produção camponesa, a partir de sistemas diversificados. Assim sendo,

buscou-se uma ampla caracterização da produção camponesa e de sua importância na sociedade atual. Discutiu-se também, neste momento, a distinção entre os dois modelos de agricultura em curso no país, ou seja, a agricultura camponesa e o agronegócio.

Para uma melhor compreensão desses modelos de produção optamos por usar um quadro organizado por Guterres (2006).

Quadro 07 - Comparativos entre os Dois Modelos de Agricultura presentes no Brasil

Os dois modelos de produção	Agricultura imperialista dos transgênicos (Agronegócio)	Agricultura popular, agroecológica (Camponesa)
Quem se beneficia com este modelo?	As multinacionais e latifundiários – um modelo excludente e insustentável, no longo prazo	Os pequenos e médios agricultores – um modelo de agricultura ecológica, com sementes crioulas, independente e sustentável, em longo prazo.
Quem controla as sementes?	São patenteadas – os donos são as multinacionais como a Monsanto, que vão cobrar altos preços pela tecnologia gerada por eles – monopólio.	São dos agricultores que produzem há dezenas e centenas de anos, melhorando e conservando-as.
Como controlar os insetos, pragas e doenças?	Usando pouco veneno no início, mas depois surge novos insetos, novas pragas e novas doenças, mais resistentes que exigirão maior quantidade e novos venenos.	Equilibrando, nutrindo o solo e o meio ambiente, com rotação de cultura, diversidade de plantas, uso de caldas, controle biológico e preservando os inimigos naturais.
Que tipo de cultivo predominante?	Monocultura – no verão só soja, ou só milho; no inverno, só trigo.	Policultura – produção diversificada no inverno e no verão, consórcio de plantas, cultivo de árvores, e produção de animais.
Qual a forma e tipo de adubação usado?	Aduba-se as plantas e não o solo - altas doses de fertilizantes químicos – NPK + adubação foliar	Aduba-se o solo e não a planta – adubos orgânicos, plantas de adubação verde de inverno e de verão, biofertilizantes, caldas, etc.
Quem controla este modelo?	Multinacionais da biotecnologia e da agroquímica. Antes da produção, Monsanto, Syngenta, Dow, Dupont; e depois da produção, Bunge, Cargil, Adm. etc.	Os pequenos e médios agricultores com suas cooperativas e associações, grupos de base e movimentos sociais, organizadas para produzir, industrializar e comercializar.
E a produtividade é maior?	Sua justificativa é “alta eficiência e produtividade”. No entanto, se compararmos quantidade obtida e emprego total: tem escassos níveis de produtividade.	As pequenas propriedades que adotam a diversidade biológica têm um rendimento muito maior em termos de utilização eficiente de recursos e de maior produção por hectare.
Qual é o custo de produção desse modelo?	Custos elevados, pois depende de uma grande quantidade de insumos externos importados.	Baixo custo de produção, pois não depende de insumos externos, pode se produzir tudo.
O que ocorre nesse modelo com o meio ambiente?	Já ocorreu contaminação, mistura das sementes transgênicas nas variedades crioulas de milho no México; Contaminação das lavouras vizinhas. Já existem mais de 2 mil	Um meio ambiente equilibrado diminui a incidência de pragas e doenças. Com o tempo, os insetos deixam de competir com as plantas. Reaparece e cresce a população de inimigos naturais das

processos da Monsanto contra agricultores nos EUA, que usaram sementes transgênicas, muitas vezes sem saber. O aparecimento de novas pragas, doenças e novos Inços.	pragas e doenças eliminando a necessidade de aplicar venenos.
---	---

Fonte: Adaptado pela Autora a partir de Guterres (2006, p. 73)

O quadro 07 apresenta bem as principais diferenças entre os dois modelos de produção em curso no país. Em linhas gerais, o que se percebe é que o modelo do agronegócio serve e atende muito mais aos interesses do mercado que à sociedade em geral. Trata-se de um modelo que prioriza o uso intensivo de máquinas e outros utensílios em detrimento do trabalho humano e cujo objetivo principal é a geração, cada vez maior, de lucro. Prática completamente contrária ao modelo praticado pelo campesinato em que a ênfase se dá na produção de alimentos saudáveis, geração de trabalho familiar, sem exploração da mão de obra, visando o consumo em primeira instância familiar, e em última instância, o mercado.

Para Woortmann (1981), a produção camponesa possui algumas características estruturais consideradas básicas, sendo: a força de trabalho da unidade produtiva é predominante familiar, não possui capital variável; os custos da produção baseiam-se preponderantemente sobre insumos adquiridos no mercado; os produtos podem ser comercializados ou consumidos; a tecnologia que o camponês utiliza no processo do trabalho é orientada cognitivamente, pelo saber cognitivo e autônomo.

As questões acima pontuadas foram apresentadas e debatidas com os(as) jovens cursistas, conforme figura 11.

Figura 11 - Atividades desenvolvidas na disciplina Dinâmica da produção camponesa



Explicação dos conteúdos pelos grupos.

Fonte: MARTINS, 2017. Arquivo Pessoal.

E, num segundo momento, conforme relatos que seguem, eles(as) apresentaram suas reflexões sobre o conteúdo trabalhado e a disciplina.

A agricultura camponesa nasce junto com a agricultura há cerca de 10 mil anos atrás. Os princípios da agricultura camponesa são: produção de alimentos internos, proteção de recursos naturais, sucessão familiar, distribuição justa de terras, produção diversificada. Suas características são: não utiliza adubos químicos, não utiliza agrotóxico, não utiliza sementes transgênicas, não utiliza mão de obra escrava. A agricultura camponesa envolve a análise das plantas [...]. Há que se pensar também na adubação orgânica, que é a prática de utilização de adubos orgânicos (sólidos e líquidos), visando suprir e corrigir deficiência de nutrientes do solo e das plantas/cultivos, ela dá vida para o solo e a adubação verde que é a prática de cultivo e corte de plantas na superfície do solo com a intenção de aumento de produção de biomassa vegetal para protegê-la e melhorar sua fertilização; Na produção camponesa verifica-se a diversificação, a agricultura camponesa tem muitas opções que elevam a qualidade na produção, tais como: quebra ventos, consórcio de culturas, caldas fito protetoras, caldas inseticidas e homeopatia. Nessa disciplina aprendemos muito também, foram feitas atividades práticas como a calda sufocálcica, calda bordalesa e a compostagem orgânica. (D. Pachuri, 2018).

Em meio a tudo que aprendemos, conseguimos entender a importância de nossa Aldeia, pois lá a gente utiliza uma técnica há várias gerações baseada no respeito à natureza e nas condições naturais da terra, é o cultivo no sistema de descanso denominado pousio, que consiste em deixar o solo descansar intencionalmente por um determinado período, por no mínimo dois anos, para que o solo recupere sua bioestrutura tornando-se mais fértil. Além desta finalidade, pode ser usado como meio de controle de ervas daninhas, consorciada a outras práticas, como por exemplo, a rotação de culturas (R. Rocha e J. Espinosa).

Foram temas muito bem estudados e trouxe muito conhecimento sobre a produção camponesa, que é um modo de fazer agricultura e de viver das famílias que têm acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, é desenvolvida de tal maneira que não precisa ter exploração de mão de obra e tem salários justos. Aprendemos também quando discutíamos a questão da produção camponesa sobre a adubação verde ou plantio verde que é a prática de se adicionar plantas leguminosas na superfície do solo com intenção de enriquecê-lo nutricionalmente com nitrogênio. O aumento de sua presença no solo favorece o aumento de biomassa vegetal. Os dois conteúdos visavam contribuir com a discussão sobre a importância da produção camponesa e suas dinâmicas (D. Pachuri, 2018).

De forma geral, pode-se afirmar que o conteúdo sobre as dinâmicas da produção camponesa gerou muitas indagações, propiciando o entendimento sobre o universo camponês e, em específico, as comunidades de vivência.

A disciplina Economia Solidária: buscando alternativas propiciou entendimento sobre a sociedade capitalista atual e a importância de se construir alternativas para a manutenção e permanência no campo. Nesse contexto, o conteúdo apresentado e debatido versou sobre a economia solidária enquanto alternativa econômica sustentável para os camponeses.

Figura 12 - Atividades desenvolvidas na disciplina Economia Solidária: buscando alternativas



Fonte: MARTINS, 2017. Arquivo pessoal.

Assim sendo, para os(as) jovens cursistas o capitalismo é:

[...] um sistema que gera impacto na sociedade, como desigualdade, desvalorização, egoísmo, diferenças sociais; isso porque o dinheiro está em poder da classe burguesa, que obtém posse da propriedade privada, gerando lucro para benefício próprio. Nos últimos anos as empresas rurais (fazendas) vêm crescendo juntamente com o agronegócio por estarem ligados diretamente, produzindo monocultura, ou seja, plantações de soja, milho e algodão são os mais frequentes com produção de alta escala. A desigualdade é gerada pelo capital, ou seja, pessoas com mais ou menos poder aquisitivo (J. Carvalho, 2018).

[...] lucro, exploração, classes sociais, desigualdade, egoísmo, agronegócio, dominação (D. Pachuri, 2018).

Ao analisar e refletir sobre como podemos nos contrapor ao que está posto pelo Estado nesse sistema capitalista, principalmente no que se refere à busca de alternativas contra a exploração, a desigualdade social, a dominação, o agronegócio, entre outras questões apresentadas, os(as) cursistas assinalaram: “Ser solidário, saber ajudar, se compadecer para ajudar o próximo” (F. Rodrigues, 2018).

Ser solidário, pois uma pessoa solidária preocupa com o bem-estar do próximo se compadecendo com a dificuldade do terceiro, ajudado com doação ou troca de produto e serviços, é participar na comunidade de trabalhos voluntários para os mais diversos tipos; é o grupo ser organizado, participativo, unido e democrático, além de todos serem responsáveis pelos compromissos e atos (G. Ermisdorff e J. Carvalho 2018)

Eu acho que vai mais além de ser solidário, é preciso pensar na economia solidária né, numa economia que ajude os povos do campo, aí entra a economia solidária porque ela é o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e créditos, organizados sob a forma de autogestão (G. Ermisdorff, 2018).

Tal compreensão é pertinente porque a economia solidária:

[...] expressa um novo modo de organização da produção, da comercialização, das finanças e do consumo que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, [...]. Ao considerar o ser humano na sua integralidade [...] a economia solidária desenvolve as capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras, valoriza o associativismo, o trabalho das mulheres e de outros setores excluídos da sociedade, expressando um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário (SENAES, 2013, p. 43).

Singer (2002, p. 10-11) afirma ainda que:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

A Economia Solidária constitui-se hoje em um importante instrumento de combate à exclusão social e à pobreza, ela contribuiu e promove a geração de trabalho e renda aos “menos favorecidos financeiramente”. Neste sentido afirma ZART (2004, p. 179):

A popularidade da Economia Solidária refere-se a um projeto social que cria um contra ponto e a contra-hegemonia. A hegemonia mundial está sob patrocínio do liberalismo burguês, que é a classe social ou elite dominante. Portanto a contra-hegemonia é um projeto popular no sentido de explicitar um projeto que nasceu do conjunto dos trabalhadores e se estende para as universidades, para os movimentos sociais e populares, para os sindicatos e para os governos.

Além disso, a Economia Solidária se contrapõe ao modelo excludente da economia capitalista e propõe a construção de relações econômicas justas, sustentáveis e solidárias, tanto no campo quanto na cidade. Por isso, se apresenta como uma outra forma de organização econômica, que possibilita a promoção do desenvolvimento justo e solidário, para todos os que buscam, de forma organizada, melhorias e formas para se viver com qualidade.

Nesse contexto, os sujeitos investigados avaliaram que:

Esta disciplina puxou bastante, porque ela me ensinou sobre o capitalismo e bastante coisas que envolvem a nossa sociedade, que podemos buscar algumas formas, meios, modos, para viver de forma tranquila, ter um bem viver (T. Lima, 2018).

Nessa disciplina pude entender a importância de nossa organização nessa sociedade capitalista, a importância da solidariedade, a necessidade de buscarmos alternativas para o desenvolvimento da nossa comunidade [...]. Aprendi também que as bandeiras de produção alternativa envolvem a solidariedade, mas também a agroecologia, as sementes crioulas, a comercialização solidária, o cooperativismo solidário [...]. Esses temas foram muito bem estudados e trouxeram muito conhecimento (J. Barros, 2018).

A disciplina Organização Social e Movimentos Sociais buscou apresentar aos jovens as características principais dos movimentos e das organizações sociais, bem como deu uma visão de como os conceitos midiáticos contribuem para a criminalização dos movimentos sociais e das organizações de defesa dos interesses da classe trabalhadora, tais como as associações, os sindicatos, partidos políticos,

etc. Assim sendo, nas aulas teóricas, foi destacado que as Organizações Sociais são estruturas institucionais formais ou informais para a ação coletiva de um grupo, comunidade, categoria ou classe; já os Movimentos Sociais são a expressão da organização da sociedade civil, formada por ações coletivas onde os indivíduos têm como objetivo alcançar mudanças sociais através do debate político dentro de um determinado contexto na sociedade. Ambos são organizados por grupos urbanos ou rurais.

Tanto as Organização como os Movimentos Sociais promovem um conjunto de ações/atividades, tais como protestos, caminhadas, caravanas, marchas, acampamentos, trancamento de estradas e/ou órgãos públicos, greves, buscando dar visibilidade às suas demandas e/ou reivindicações.

Durante os debates sobre o tema acima elencado foi destacado os conflitos vivenciados na atual sociedade capitalista e a importância das organizações coletivas e dos movimentos sociais, bem como a importância da participação da juventude e da sociedade civil organizada nesta multiplicidade de manifestações/ações empreendidas pelas organizações e movimentos sociais em prol de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

Nesse contexto, vários autores discutem sobre o tema. Entre eles Melucci (2001), para quem o movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica na ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere.

Na compreensão dos(as) cursistas, os Movimentos e Organizações Sociais são:

No nosso ponto de vista as organizações sociais são grupos de pessoas que lutam por várias causas e nesses movimentos você não precisa de autorização para participar; já é bem diferente de uma organização social que são registradas e para participar precisa de autorização como cooperativas, sindicatos. Mas o que chama mais a atenção são as ações coletivas, pois são meios onde pessoas se organizam para conseguir ajuda ou alguma coisa, a ideia dos dois é buscar melhorar o que não está bom (F. Rodrigues e D. Oliveira, 2018).

Movimentos Sociais são ajuntamentos de pessoas que se mobilizam em torno de necessidades, demandas e objetivos comuns em determinados momentos ou circunstâncias para protestar, denunciar, reivindicar ou manifestar determinado posicionamento contrário aos

governos, empresas, projetos ou empreendimentos privados e políticas públicas. Não têm necessidade de registros oficiais, porque respondem a determinadas conjunturas momentâneas e podem desaparecer ao terem alcançado seus objetivos. As Organizações Sociais são entidades privadas que não têm fins lucrativos e não provêm do governo; são aquelas organizações que têm registros oficiais: sindicatos, associações, cooperativas etc. Tanto os Movimentos Sociais como as Organizações Sociais realizam ações coletivas que envolvem um determinado número de pessoas, com o objetivo de alcançar o que se deseja (T. Lima, 2018).

Os movimentos sociais são aqueles que não precisam ter registros, e se refere a ação coletiva de um grupo organizado que tem como objetivo alcançar mudanças sociais. E organização social é o que tem registro social, tem documentação, e legislação, ex.: a associação é uma organização. As ações coletivas são desenvolvidas por várias pessoas que se juntam para se manifestar e alcançar um objetivo. (D. Pachuri, 2018).

Tendo por base as discussões de Castro (2016), os/as estudantes enfatizam sobre a importância da participação dos jovens em movimentos sociais e organizações sociais. Deste modo, destacam que a maioria dos jovens precisa compreender o poder que é estarem organizados em prol de um bem comum; que a juventude organizada tem mais força para construir espaços de negociação junto a gestores de políticas públicas e no âmbito dos próprios movimentos sociais.

Sobre isso, Martins, Castro e Almeida (2011, p. 17-18) afirmam que:

A participação desses jovens em movimentos sociais e, principalmente, em organizações de juventude aponta para um processo de consolidação de um ator político: a juventude. Isso também explica o número expressivo de eventos massivos, realizados por essas organizações nos últimos anos e os espaços de negociação que este ator político vem conquistando, seja junto a gestores de políticas públicas, seja no âmbito dos próprios movimentos sociais. Assim, jovem da roça, juventude rural, juventude camponesa, juventude da agricultura familiar são categorias aglutinadoras de atuação política.

No contexto das discussões sobre Organização e Movimentos Sociais os(as) jovens participantes do Curso destacaram também as associações e sua importância para o desenvolvimento sustentável do campo e para a organização, empoderamento e autonomia da juventude camponesa. Para eles a associação é:

Um grupo de pessoas ou empresas, que, a partir de um estatuto, aderem com o propósito definido de ajuda mútua e para a defesa de interesses e metas a serem alcançadas e que se sustenta através de contribuições financeiras espontâneas. Geralmente elas não têm fins lucrativos. [...] cada grupo associado tem um objetivo e se organiza de forma diferente (D. Pachuri, 2018).

As organizações e movimentos sociais centrada a partir do princípio da participação, cooperação, autogestão, da ajuda mútua. Uma associação, por exemplo, possibilita inúmeras ações que irão beneficiar e contribuir para o desenvolvimento dos sujeitos e da comunidade de uma forma geral (J. Barros, 2018).

De acordo com Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – IDESAM (2010) a união dos camponeses em associações torna possível não só a aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e melhores prazos de pagamento, como também viabiliza a assistência técnica e o uso coletivo de tratores, colheitadeiras, caminhões para transporte, etc, o que lhes garante um melhor desempenho produtivo para competir no mercado.

Na figura 13 apresentamos as atividades desenvolvidas na disciplina Organização Social e Movimentos Sociais.

Figura 13 - Atividades desenvolvidas na Disciplina Organização Social e Movimentos Sociais



Explicação do conteúdo



Atividades realizadas em grupo



Finalização da disciplina.

Fonte: MARTINS, 2017. Arquivo pessoal.

A disciplina Ciências e Saberes Camponeses teve como objetivo estimular os jovens a terem uma compreensão do conhecimento empírico camponês, elaborado a partir da observação, diálogo e troca de experiências vivenciadas no território camponês. Durante a disciplina, dialogou-se sobre mobilização para a conservação da microbacia, diagnóstico participativo, recuperação das nascentes e fragmentação de mata ciliar, entre outras temáticas que possibilitassem a compreensão do saber-fazer camponês.

Os(as) jovens foram estimulados a refletir sobre seu território e espaço de vivência, a relação sociedade e natureza, as nuances do trabalho na terra e do modo de vida camponês (Figura 14).

Figura 14 - Atividades desenvolvidas na Disciplina “Ciência e Saberes Camponeses”



Explicação do conteúdo



Elaboração das atividades em grupo



Apresentações da atividade em grupo

Fonte: MARTINS, 2017. Arquivo pessoal.



Atividade de Teatro

Nesta disciplina, os sujeitos investigados relataram que:

[...], essa disciplina foi bem ampla, estudamos Sociologia, Biologia, Geografia e muito mais; aprendemos sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR), as Áreas de Preservação Permanente (APPs)²² e mais uma série de conteúdos que envolvem as ciências e a vida no campo, os saberes camponeses (T. Lima, 2018).

Aprendemos sobre agrossistema, reserva legal, o CAR, as APPs, e também a manusear um GPS para saber nos localizar e para saber onde está localizada a nossa propriedade. Tivemos que escolher uma das propriedades para trabalhar em um reflorestamento, cada comunidade teria que reflorestar um pedaço de terra. As discussões nos fizeram entender que é importante compartilhar o que a gente sabe, o nosso conhecimento, que precisamos trabalhar na terra sem degradar a natureza [...] (L. Miranda, 2018).

Em relação ao saber camponês, o jovem G. Ersmidorff (2018) relata que na disciplina foi discutido que muitas vezes o saber camponês não é valorizado, não tem relevância, mas que é preciso levar em consideração o conhecimento empírico incorporado com a experiência diária do camponês, porque essa experiência/conhecimento tem que ser compartilhada, não só para melhorar a

²² A Área de Preservação Permanente trata-se de um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito (pantanais e planícies pantaneiras) e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país. O Cadastro Ambiental Rural é uma base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27622-o-que-e-o-cadastro-ambiental-rural-car/>

produção e a vida no campo, mas também para valorizar o homem do campo e seus saberes.

Nesse contexto, o jovem T. Lima (2018) fala ainda da necessidade de se perceber o camponês como um agente ativo da sua produção e reprodução socioeconômica, pois o camponês, dotado de saberes locais e empíricos, desenvolve diversas estratégias que permitem a ele se manter e permanecer no campo.

Sobre isso, Aguiar (1992, p. 13) afirma que:

A não valorização do saber camponês está associada a uma visão que técnicos e pesquisadores possuem da produção camponesa. Estes consideram sem importância para estudos, tomando por base que toda forma de produção que não se comporta com racionalidade na busca dos lucros é inadequada, assim como o sistema econômico tenderia à homogeneidade, de forma diversa, portanto a produção camponesa, tenderia a ser superado pelo processo de mudança econômica ligado ao desenvolvimento capitalista (AGUIAR 1992. p. 13).

Contudo, Godoi (2009, p. 28) ressalta que “[...] a população camponesa revela um conhecimento complexo relativo à sua prática agrícola, que não se reduz a dimensões técnicas, mas incorpora e expressa princípios, revelando uma percepção moral da relação com a terra e entre os homens”.

A disciplina Sociedade e Estado abordou a distinção e as relações entre Estado e Sociedade e várias outras temáticas que possibilitavam tal compreensão, tais como: os conceitos de sociedade e estado; partidos de direita e esquerda; liberalismo e socialismo; comunismo; democracia formal; democracia substancial; trabalhismo; direitos trabalhistas, entre outros temas.

Assim sendo, o Estado foi entendido, segundo Rodrigues (2011), como produto da sociedade; a ordem jurídica, o corpo normativo, “exterior” à Sociedade. É, portanto, a organização político-jurídica de uma coletividade, objetivando o bem comum. Já a Sociedade é um conjunto de pessoas que vivem em certa faixa de tempo e de espaço, segundo normas comuns e que são unidas pelas necessidades de grupo. É, na verdade, uma entidade autônoma que emerge da experiência da vida coletiva e possui características próprias que transcendem os indivíduos que a

ela pertençam. Ressaltamos que a Sociedade vem primeiro, o Estado vem depois, pois ele é uma ordem política da Sociedade.

Após a explanação dos conteúdos, os(as) jovens expressaram seu entendimento sobre a discussão, afirmando que:

O Estado nasce da necessidade de se estabelecer regras entre os indivíduos que viviam em comunidade, para não haver e/ou diminuir os conflitos. Já a Sociedade é entendida como um aglomerado gigante de pessoas, com complexa diversificação, onde todos têm direitos e deveres garantidos sob custódia do Estado (A. Luna, 2018).

Para mim o Estado é uma entidade com o poder soberano para governar um povo dentro de uma área territorial delimitada. As funções tradicionais do Estado englobam três dimensões, o poder executivo, legislativo e o judiciário e são executadas no âmbito da sociedade (T. Lima, 2018).

No meu entendimento, quando falamos do Estado estamos nos referindo ao poder autoritário, democrático, hierárquico, ou seja, tem leis coercitivas; já o governo é o “coração” do país, ou seja, se o governo estiver bem, o país desenvolve e cresce. Já a sociedade, além de ser um conjunto de pessoas, etnias, costumes e culturas diferentes é também um lugar de várias classes sociais; [...], sem contar a forte influência que o Estado tem sobre a sociedade né, ou seja, o Estado manda e a população obedece (J. Carvalho, 2018).

Ainda nesse contexto, a juventude explanou sobre as contradições e os conflitos vivenciados cotidianamente, pela sociedade civil e a importância de lutarmos por nossos direitos na atualidade.

Discutimos sobre os conceitos de direita e esquerda, pensando nos dias atuais, esses conceitos referem-se ao nosso governo e suas leis. Aos partidos de esquerda, que são a favor dos brasileiros, que lutam por um Brasil melhor, e os de direita que visam seus próprios benefícios, que não ligam para a sociedade. O trabalhismo, pelo que entendi, é a defesa dos direitos dos trabalhadores assalariados, direito da aposentadoria, férias remuneradas e direito a maternidade, isto é o básico que uma sociedade merece exemplo: direitos sociais, saúde, acesso à educação, cultura, direitos econômicos e direitos ambientais (J. Carvalho, 2018).

A figura 15, a seguir, retrata as atividades desenvolvidas na disciplina Sociedade e Estado.

Figura 15 - Atividades desenvolvidas na disciplina Sociedade e Estado



Explicação do conteúdo



Atividades em grupo



Finalização da disciplina Sociedade e Estado

Fonte: MARTINS, 2017. Arquivo pessoal.

Na disciplina Inserção no Mercado a comercialização foi abordada questões que envolviam alguns conceitos e entendimentos sobre a organização da produção até a comercialização, além da organização para elaboração de projetos para entrega nos programas do governo.

Assim sendo, explanou-se também sobre os programas PAA e PNAE, planos de negócios, a classificação dos produtos, a preparação dos produtos, para quem devemos produzir, redes de comercialização solidária, a estrutura e o local de comercialização, planejamento produtivo e operacional, análise de mercado e plano de marketing.

Enfoque especial foi dado aos Programas PAA e PNAE, enfatizando sua importância para o fortalecimento da agricultura camponesa e informando que o CTA, por meio dos referidos Programas, atendia escolas municipais e estaduais de Pontes e Lacerda-MT.

As discussões estabelecidas propiciavam aos(as) jovens um entendimento maior sobre o processo de organização e comercialização da produção camponesa na garantia de segurança alimentar e nutricional, bem como para o desenvolvimento local²³.

Para as jovens A. Rup e M. Petea (2018), essa disciplina foi extremamente produtiva, porque retratou “[...] a realidade e as dificuldades que os camponeses enfrentam na área da comercialização, da regulamentação de documentos, da venda dos produtos produzidos nas propriedades”.

O jovem J. Espinosa (2017) ressalta que o processo de comercialização dos produtos da agricultura camponesa pode ser realizado de três maneiras: de forma associada (grupo formal), coletiva (grupos informais) ou individual.

Existem três formas de participação em um processo de comercialização. Primeiro a partir de grupos formais, que são junção de pessoas dentro de uma associação ou cooperativa, em segundo os grupos informais de uma empresa onde não são exclusivamente compostos por integrantes internos da organização, em terceiro os individuais, ou seja uma pessoa que elabora e envia projeto de comercialização, sozinho, sem a junção com ninguém (J. Espinosa, 2017).

Os jovens L. Miranda, D. Pereira, F. Rodrigues e D. Oliveira (2018) complementam essa leitura afirmando que:

O nosso grande desafio é vender, porque o processo de comercialização tem início com a produção voltada para atender um público específico, então o primeiro passo é entendermos o mercado que desejamos alcançar. Delimitado o mercado, o segundo passo é o planejamento produtivo, usos de tecnologias adequadas à obtenção de produtos e serviços que atendam às exigências deste mercado.

Nesse contexto, é importante entender que, para a agricultura camponesa, o comércio deveria ser na perspectiva da economia solidária, ou seja, “[...] justo e solidário, reafirmando que a dignidade humana está acima dos mercados e que a riqueza socialmente produzida deve ser socialmente compartilhada para o bem viver de todas as pessoas e para a proteção dos ecossistemas” (SENAES, 2010, s/p.).

²³ Anotações realizadas da aula proferida da professora formadora Fatima A. Moura na disciplina Políticas Públicas para Agricultura Familiar.

Martins (2017) explica que:

A comercialização na economia solidária, num aspecto geral, aplica-se no contexto social através de novos caminhos e possibilidades econômicas elaboradas com o objetivo da geração de renda aos trabalhadores em desvantagem no mercado de trabalho. Tais motivadores econômicos pode ser entendido como um processo educativo, visto que os diversos atores envolvidos trocam experiências e saberes para a construção de um conhecimento que visa resultados positivos para uma melhor viabilidade econômica (MARTINS, 2017, p. 61).

E, mais:

Na Economia Solidária, as práticas de produção, comercialização, finanças e consumo privilegiam a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia e o acesso igualitário à informação e ao conhecimento. Busca também preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. Os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes do empreendimento (SENAES, 2010, s/n).

Deste modo, os(as) jovens apontam, nos relatos a seguir, a necessidade de os camponeses criarem estratégias na busca da viabilidade econômica, ou seja, para a produção, inserção e comercialização dos produtos camponeses no mercado.

Para inserir no mercado o agricultor precisa empreender, estruturar, e finalmente comercializar. O que produzir? Como produzir? Onde produzir? são questões importantes nesse processo, bem como análise de mercado, o estudo dos clientes, estudos dos “concorrentes”, tudo isso precisa ser apontado no plano de marketing, visando o quatro P, que é a promoção, produto, prazo e preço (M. Petea, 2017)

Primeiro passo é pensarmos que mercado desejamos alcançar; delimitado o mercado; vem o segundo passo, planejamento produtivo, usar tecnologia adequada a obtenção de produtos/ou serviços que atendam às exigências desse mercado; ter mão de obra específica, selecionar e padronizar o produto, com embalagens e rotulagem, transporte e operacionalização. Pensar na diversificação do mercado, vendas diretas e comércio mini atacadista, empresas de abastecimento popular, centrais da agricultura familiar, cooperativas de beneficiamentos sociais, feiras livres, populares, mercados

institucionais como o PAA e o PNAE. A ideia com isso tudo é empreender [...] (D. Pachuri, 2018).

Temos que nos preparar porque o mercado é muito competitivo. Como se prepara? É fazendo um planejamento de tudo que você ou o agricultor vai trabalhar; anotar as coisas compradas, desde as sementes, insumos; ver a questão da colheita, do transporte, do armazenamento do produto e, por fim, as possibilidades de comercialização; é preciso pensar nisso desde o primeiro dia de organização da produção, até a venda [...] (J. Espinosa, 2017)

Após o diálogo, as reflexões e a compreensão dos temas abordados nessa disciplina, os(as) jovens cursistas realizaram, em duas etapas, uma experiência prática de estudo de mercado e comercialização.

Na primeira etapa, divididos em quatro grupos, organizaram um roteiro de entrevista para entender como funciona e como é trabalhar no comércio. Na segunda etapa da atividade, organizaram os produtos que trouxeram de casa (solicitado no módulo anterior) para comercializar: mandioca, banana, ovos, abacaxi, bananinha, farinha, abóbora, beterrabas, laranja, polpas de fruta, entre outros. Todos os produtos foram lavados, pesados e embalados para comercialização

Como estratégias para que todos os(as) cursistas participassem, nas duas etapas da atividade, foram realizados revezamento entre os sujeitos dos grupos, e cada grupo foi acompanhado e monitorado por professoras, técnicas e pela coordenadora do Curso, conforme relatado por T. Lima (2018):

Enfim saímos para a venda no comércio local. Logo que chegamos nos dividimos em grupos, o nosso grupo ficou responsável no primeiro momento, pela venda de polpa, enquanto o segundo grupo ficou em outro ponto fazendo as pesquisas. Após um determinado tempo foi invertido as responsabilidades, passamos para a área de pesquisa e outro grupo foi para as vendas (T. Lima, 2018).

Na execução do que foi planejado, observou-se por parte de alguns jovens dificuldade de abordar as pessoas e de conversar para realizar a entrevista, e até mesmo de oferecer os produtos. Eles(as) relatam, a seguir, os desafios vivenciados para cumprir a atividade:

Fomos fazer uma experiência nas ruas para vender os produtos, foi um desafio, acho que todos devem ter tido alguma dificuldade, assim como eu, mas no decorrer do processo fomos perdendo o medo.

Acredito, com certeza que esse foi só o primeiro desafio de muitos que nós, agente técnico agroambiental, ainda vamos enfrentar (R. Arruda, 2017).

Fizemos uma pesquisa e depois fomos vender nossos produtos. Eu fiquei para vender polpa de frutas, que por sinal tivemos um grande aproveitamento, vendemos 70% do que levamos. Tivemos muita vergonha no início de oferecer o produto, de parar as pessoas, mas depois fomos aprendendo (G. Esmidorff, 2017)

Não tive muita dificuldade em abordar as pessoas para fazer as entrevistas, mas já na parte de comercialização, em oferecer os produtos de porta em porta, já foi um pouco difícil pra mim (J. Arruda, 2017)

Mesmo com todas as dificuldades vivenciadas, os(as) jovens conseguiram desenvolver com êxito a atividade planejada. Assim, apontaram como foi vivenciar tudo isso e como a experiência contribuiu para o seu processo formativo: “Aprendi e senti na pele como é produzir e vender, porque trouxe o produto que eu produzi. Mais uma grande experiência em minha vida. Foi uma experiência ótima, temos que fazer mais vezes” (R. Arruda, 2017).

A atividade de campo foi uma das melhores, pois pudemos sair e viver a experiência de que a teoria nem sempre é a realidade” (J. Arruda, 2017).

Foi muito bom a experiência porque aí nós aprendemos a chegar nas pessoas, nas casas, em vender. Gostei, onde fomos bem recebidos (M. Petea, 2017).

A experiência foi uma coisa boa, foi uma coisa que nós pudemos passar na pele, pois saímos para vender os produtos trazidos pelos próprios agentes. Pudemos passar por tudo que o produtor passa todos os dias. Todos os dias eles recebem um “sim”, mas também um “não”, muitas vezes os apuros que eles passam [...], está experiência fez a gente entender que temos que elaborar estratégias de vendas, preços, etc. Essa aula na minha opinião foi a melhor e mais importante, pois até as pessoas tímidas tiveram a oportunidade de falar. Foi incrível, pois vimos o jeito que os clientes tratam esses produtores. [...] pelo pouco tempo de experiência nas ruas foi bem proveitoso, pois tivemos um pouco da visão de comercialização, da venda produtos, colocar o preço, nosso preço, o preço que achamos justo (F. Rodrigues, 2017).

O preço justo abordado no relato da jovem F. Rodrigues (2017) é um dos princípios básicos da comercialização na perspectiva da economia solidária, pois “[...] no comércio justo e solidário assume-se o compromisso de estabelecer preços

justos, que ofereça m uma remuneração justa ao produtor e um preço justo ao consumidor, visando a garantia do bem viver de todos” (Projeto Nacional de Comercialização Solidária, 2010, p. 33).

O objetivo proposto na atividade foi alcançado; era necessário fazer uma avaliação do processo, para tanto foi realizada uma roda de conversa e a sistematização da experiência vivenciada foi elaborada em forma de relatório.

De modo geral, pode-se afirmar que as atividades propostas na disciplina proporcionaram conhecimento e aprendizagens aos(as) jovens sobre o universo camponês, que muitas vezes são vivenciadas cotidianamente pelo pai ou por algum outro membro da família.

E, mais, o curso de formação e capacitação, de forma geral, possibilitou compreender o contexto político, social, econômico e ambiental que o camponês vivência e enfrenta no dia a dia do campo, a falta de políticas públicas e de incentivo à produção e a comercialização dos produtos da agricultura camponesa

Segundo o jovem T. Lima (2018):

Todo esse processo de produção e comercialização tem o ponto positivo e o negativo. Segundo as nossas pesquisas com alguns vendedores nas barraquinhas de verduras, o principal ponto negativo é a falta de amparo do meio político e o incentivo para melhorar o meio de comercialização. Então, eu presumo que não é fácil vender não, pois há muitas dificuldades para se encaixar no meio de vendas, porém, o ponto positivo é que, quando a gente consegue se inserir neste meio, haverá sucesso.

A seguir na figura 16 apresentamos algumas das atividades desenvolvidas na Disciplina Inserção no Mercado: a comercialização.

Figura: 16 - Atividades desenvolvidas na Disciplina Inserção no mercado: a comercialização



Explicação do conteúdo



Elaboração do roteiro de entrevista



Lavagem pesagem e embalagem dos produtos



Comercialização



Entrevista



Comercialização de porta em porta



Finalização da disciplina

Fonte: MARTINS, 2017. Arquivo pessoal.

Entre as disciplinas propostas e ministradas, foram realizadas as atividades de práticas agrônômicas. Vázquez (2011, p. 227) ressalta que: “Na atividade prática o sujeito age sobre uma matéria que existe independentemente de sua consciência e das diferentes operações ou manipulações exigidas para sua transformação”.

Nesse contexto, ao final de cada módulo, foi desenvolvida uma prática, cada qual com seu objetivo e finalidade. A primeira prática, realizada no tempo comunidade, foi o planejamento e a construção da horta para consumo das famílias, como também a comercialização. Tal atividade teve dois momentos, primeiro houve uma explanação sobre os conceitos, as características e os modelos de horta, em seguida, os(as) jovens foram divididos(as) em equipes para a execução do planejamento. Eles(as) relataram esse momento de experienciação:

Para construir uma horta, um primeiro passo é a escolha do local. Segundo passo a limpeza do ambiente, do local escolhido. O terceiro passo era escolher a terra e fazer o substrato para o canteiro e a sementeira para a produção de mudas. Houve organização, participação, motivação diálogo, planejamento, desenvolvimento e uso de tecnologia (M. Petea e A. Rup, 2018).

Este dia foi muito empolgante, pois cada equipe fez com os professores [...] a aula de planejamento da horta coletiva, logo após o planejamento, saímos da sala de aula em direção ao local escolhido para estar fazendo a horta coletiva, começamos com o fechamento da horta com uma tela, enquanto outros estavam fazendo a sementeira, logo após o fechamento da horta, partimos para a construção dos canteiros e posteriormente a instalação do sistema de irrigação. Concluímos cobrindo os canteiros com lona ou cobertura morta (A. Luna; L. Santana e J. Goulart, 2018).

A construção da horta nos possibilitou aprender-fazer, cercar, revirar a terra, preparar matéria orgânica com a manipulação do substrato e também, a parte de irrigação com fita de gotejamento nos canteiros [...]; essa experiência foi muito importante para nós, aprendemos muito com tudo isso. (J. Barros, 2018).

Na construção da nossa horta nós fizemos uma sementeira, formamos os canteiros, fizemos os processos de adubagem e por fim cercamos bem os canteiros. Todos os trabalhos foram feitos em equipes, cada uma teve um trabalho para fazer, eu com a minha equipe, por exemplo ficamos, encarregados de fazer a sementeira que seria o início da horta, onde colocaríamos as sementes para germinar. Todos nós desempenhamos um grande trabalho (G. Esmidorff, 2018).

A atividade de planejamento e desenvolvimento da horta coletiva teve continuidade nos módulos seguintes, por ser uma atividade que exige esforço físico e tempo na construção. Assim, nos módulos seguintes, algumas ações/atividades foram desenvolvidas em continuidade ao processo de construção da horta, tais como: fechamento dos canteiros, implantação da irrigação e mudança das mudas da sementeira para os canteiros, articulação das equipes para o cuidado com a horta, entre outras. A construção oficial da horta só aconteceu no quinto módulo, com o plantio inicial de hortaliças (figura 17).

Figura: 17 - Atividades desenvolvidas na prática agrônômica: construção da horta



Medição e Limpeza do espaço



Fazendo os canteiros



Sementeira



Instalação da irrigação



Canteiros finalizados

Fonte: MARTINS, 2017. Arquivo pessoal.

Outra experiência prática importante, realizada no tempo comunidade, foram as aulas a campo realizadas em duas propriedades da região que já tem implantado os Sistemas Agroflorestais (SAFs), sendo uma em Pontes e Lacerda e outra em Vila Bela da Santíssima Trindade.

A realização desta atividade prática, aulas a campo, também ocorreu em duas etapas, na primeira foi realizado um diálogo com um técnico do CTA, que apresentou o conceito de SAFs, seus tipos e características, bem como as formas de implantação, monitoramento e resultados desses sistemas agroflorestais. Deste modo, os(as) cursistas puderam compreender que:

SAFs são sistemas produtivos que podem se basear na sucessão ecológica, análogos aos ecossistemas naturais, em que árvores exóticas ou nativas são consorciadas com culturas agrícolas, trepadeiras, forrageiras, arbustivas, de acordo com um arranjo espacial e temporal pré-estabelecido, com alta diversidade de espécies e interações entre elas. Em geral, nos SAFs são realizados plantios de sementes e/ou de mudas. Os recursos e o retorno da produção são gerados permanentemente e em diversos estratos. Os SAFs otimizam o uso da terra, conciliando a preservação ambiental com a produção de alimentos, conservando o solo e diminuindo a pressão pelo uso da terra para a produção agrícola. Podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas (EMBRAPA, 2019, s/p²⁴).

Ao analisar a compreensão dos jovens participantes da pesquisa sobre o SAFs foi possível considerar o quanto apreenderam e compreenderam sobre a temática; expressando um olhar crítico sobre o sistema ao assinalar sua importância para o meio ambiente.

O SAFs é um assunto que debatemos em vários momentos por se tratar de algo tão importante para o meio ambiente. Sendo assim é importante destacar que, para se ter um bom SAFs é necessário analisar se a espécie de planta escolhida é adequada para tal região. Antes de criar um SAFs, é necessário estudar o local para saber quais são as espécies necessárias para aquela área para que, após o final do SAFs, não corra o risco de futuros fracassos que possam prejudicar todo o projeto, é preciso também determinar os limites agroflorestais da área para não cometer o risco de acabar ultrapassando os limites, determinar os problemas e necessidades existentes. Levantar dados físicos e biológicos, levantar dados socioeconômicos e características dos sistemas de produção existente na região e, por último, definir as espécies para compor as áreas (F. Rodrigues, D. Oliveira, 2018).

O Sistema Agroflorestal é uma forma de uso da terra na qual combinam espécies arbóreas agrícolas e animais, de forma

²⁴ Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/sistemas-agroflorestais-safs>

simultânea ou em sequência temporal, que interagem economicamente e ecologicamente; além disso os SAFs podem ter outros fins, tais como: uso mais eficiente dos recursos naturais (solo, água, e luz etc.), além da diversidade de plantas que você pode introduzir em um sistema como este, além da preservação do meio ambiente é claro (J. Carvalho, G. Esmidoff e L. Damaceno, 2018).

Nos Sistemas Agroflorestais (SAFs) existem várias espécies de plantas nativas em consórcio de cultivos agrícolas que auxiliam na alimentação e renda familiar, não é monocultura. [...] Sistemas Agroflorestais são formas de uso da terra que combinam espécies arbóreas lenhosas (frutíferas ou madeireira) com cultivos agrícolas ou animais de forma simultânea, ou em sequência temporal e que interagem econômica e ecologicamente. Os principais sistemas são: agrossilviculturais: árvores de espécies florestais mais espécie agrícola (café mais castanha); silvipastoris: combinação dos componentes arbóreas mais pastagem mais animais (eucalipto, pasto e animal); agrossilvipastoris: reunir os três componentes junto (lavoura, pecuária e floresta) (D. Pachuri, 2018).

Segundo a Embrapa (2019, s/n), para o bom desenvolvimento do SAFs (implantação e condução) é importante realizar alguns critérios básicos e fundamentais, tais como:

1. Realizar análises de solos periódicas, anuais nos primeiros 3 anos e a cada 2 anos nos anos seguintes, para monitorar as características físicas e químicas;
2. Observar a dinâmica dos SAFs, quanto ao crescimento, sanidade, períodos de floração e frutificação das espécies frutíferas;
3. Realizar as atividades de manejo como podas de formação de copa e fitossanitárias, desbastes e limpezas em geral;
4. Observar e, caso necessário, combater pragas e doenças.
5. Adequar a quantidade da mão-de-obra nos períodos com maior demanda, como geralmente ocorrem nas atividades de preparo de área, plantio e colheita, conforme planejamento;
6. Manter um arquivo organizado, em planilhas com todas as atividades de custos de mão-de-obra e de insumos, além das receitas geradas pela venda dos produtos dos SAFs, para obter os coeficientes técnicos e indicadores financeiros do sistema. Desta forma o produtor rural poderá analisar a viabilidade financeira em diferentes fases do sistema.

Desse modo, na segunda etapa, ocorreram as visitas *in loco* nas propriedades com sistemas agroflorestais. Esta etapa possibilitou aos(as) jovens cursistas conhecer de forma mais ampla as características de implantação e de desenvolvimento das áreas com SAFs na região, seus limites geográficos, os problemas e necessidades existentes para produção na área, os dados físicos,

biológicos e socioeconômicos do ambiente e das famílias, as espécies que compõem esse ambiente.

Assim sendo, a primeira visita foi realizada na propriedade do senhor Manuel Miguel, localizada no município de Pontes e Lacerda. De início, seu Manuel explanou, em uma roda de conversa, o que ele entendia por SAFs e as dificuldades encontradas para implementá-los, em seguida todos foram conhecer o local onde o SAFs foi desenvolvido.

Nos dois momentos, teórico e prático, os(as) cursistas estabeleceram um diálogo com o dono da propriedade, além de fazerem anotações no caderno de campo e registros fotográficos.

Figura 18 - Aula a Campo nas Áreas com Sistema Agroflorestal



Saída para aula a campo



Roda de conversa com senhor Manoel Miguel



Local onde está implantado o SAFs



Visita ao local do SAFs



Roda de conversa



Senhor Manoel Prado e Dona Lurdes



Visita no Local do SAFs



Polpas da produção oriundo do SAFs

Fonte: MARTINS, 2017. Arquivo Pessoal

Além disso, os(as) jovens cursistas relataram sobre a atividade desenvolvida, apresentando suas percepções sobre o sistema agroflorestal da propriedade do Sr. Manuel Miguel:

Antes de conhecermos o lugar em que ele implantou o sistema, tivemos um bate papo, perguntamos a ele quando o SAFs foi implantado. E, pelo que entendi, eles iniciaram o sistema em 1994, visando principalmente o crescimento da renda familiar. Falou um pouco das dificuldades que eles tiveram, como a falta de conhecimento, a dificuldade de conseguir sementes, mudas e até mesmo assistência técnica. Observei que o espaço onde foi implantado o sistema agroflorestal é um pouco longe do local da casa/quintal, o seu Manuel relatou que isso aconteceu porque no início ele não tinha conhecimento; observei também que o lugar é muito bonito, tem variedades de plantas, hortaliças, plantas medicinais entre árvores nativas e de madeira. Sua área plantada é de 3 hectares e, segundo ele, são retirados por ano quase uma tonelada de polpa de cupuaçu entre outras frutas. Há uma grande

quantidade de água e de animais em seu sistema, assim como pássaros, insetos, capivaras, antas, etc. (J. Carvalho, 2018).

O senhor Manoel Miguel começou a implantação do SAFs seguindo o passo a passo necessário. No começo ele encontrou dificuldades, porque não tinha experiência, mais ele teve um acompanhamento pelos técnicos do CTA e também fez o curso de capacitação, adquirindo maior conhecimento para implantar seu SAFs. [...]. É importante destacar que aqui não encontramos apenas árvores florestais, mas também frutíferas, hortaliças, plantas medicinais, entre outras espécies da região. Todo processo de irrigação é feito por meio da água que desce da nascente, ou seja, há uma relação total com o ambiente (F. Rodrigues, D. L. Miranda, D. Oliveira, D. Pereira, 2018).

Durante a visita no SAFs pudemos observar detalhes, como o espaçamento, a forma de irrigação das plantas, as espécies de plantas que ali se encontravam, escutamos sobre os problemas e necessidades vivenciadas para a implantação e manutenção do sistema, a forma de tratamento que os produtores aplicam para cuidar do espaço e das plantações. A plantação do senhor Manuel Miguel possui uma área relativamente grande e longe da casa, possui grande quantidade de espécies de plantas. Quando começou a implantar o SAF o seu Manoel testou o que era mais viável para poder investir, encontrou dificuldades com a primeira espécie de planta cupuaçu, devido não conhecer a cultura, outros problemas enfrentados foram os frequentes ataques de animais silvestres na produção. (D. Pachuri, 2018).

A segunda visita foi realizada na propriedade do senhor Manoel Prado e senhora Lurdes, localizada no município de Vila Bela da Santíssima Trindade. Essa visita teve o mesmo objetivo da primeira, portanto, a atividade foi desenvolvida da mesma forma, uma parte teórica (roda de conversa) e uma parte prática (visita *in loco* no espaço do SAFs).

De início, os(as) cursistas perceberam que a forma de implantação do SAFs na propriedade do sr. Manoel Prado tinha um formato diferenciado do SAFs apresentado na propriedade do sr. Manuel Miguel. Isso porque o sr. Manoel Prado construiu seu SAFs com maior diversidade e próximo da sua casa/quintal, o que proporcionava ao lugar um clima mais ameno, fresco, conforme relatado pelos(as) jovens, ao pontuarem suas percepções sobre o lugar visitado.

A propriedade é bem diversificada em relação à propriedade anterior, pois a criação do SAFs foi implantada diretamente no quintal da casa para poder facilitar, principalmente, no cuidado das plantas, como também na hora de colher; ao contrário da outra propriedade, as frutas eram plantadas bem longe da residência fazendo com que

dificultasse a colheita. [...] A propriedade também tinha a própria máquina de despolar as frutas para já serem entregues ao CTA ou para outros compradores. As duas propriedades visitadas são também um SAFs silvipastoril, pois há também a criação de gado no local (F. Rodrigues, D, L. Miranda, D. Oliveira, D. Pereira, 2018).

Chegamos na propriedade do seu Manoel, e já podemos perceber como que o lugar onde eles moram é gostoso e fresco. De cara a gente vê a diversidade de plantas e animais ao redor de sua casa. Nos reunimos em sua varanda, ele começou a contar como que foi iniciar com o SAFs, segundo ele, começou a plantar em 1996, ao lado de sua casa, pois já tinha um pequeno conhecimento daquilo que iria fazer no começo. A maioria das espécies que ele tem em sua propriedade foi plantada no início do sistema; segundo ele, no início não foi fácil, por ser algo diferente naquela época, porém com o tempo, aquilo veio dando resultado e tudo foi ficando mais fácil. Em apenas um hectare ele tem hoje uma renda de trinta por cento a mais do que o gado que ele também cria em sua propriedade. Há várias espécies de plantas, tanto frutíferas quanto arbóreas; há mais de dez espécies de plantas em seu sistema e, segundo ele, colhe em torno de 3 toneladas de polpas por ano, algo bem motivador. Antes de voltarmos, seu Manuel e dona Lurdes nos ofereceu um suco de frutas de sua produção, estava maravilhoso, mais infelizmente a hora ia se findando e tínhamos que partir, mas antes agradecemos por nos deixar conhecer o seu sistema e também por experimentar os seus sucos (J. Carvalho, G. Esmidoff e L. Damaceno, 2018).

Eles nos contaram um pouco de sua história, que chegaram no município em 1995. E usam técnicas convencionais cujas práticas de plantios dependiam de queimadas. Hoje dominando um pouco da metodologia agroecológica, produz e comercializa (inclusive para os programas PAA e PNAE) polpas de frutas de seu próprio SAFs com auxílio de uma mini-agroindústria adquirida com fundos de apoio à agricultura familiar (A. Luna, L. Santana e J. Goulart, 2018).

O SAF do senhor Manoel Prado e dona Lurdes foi implantado ao redor de sua casa, o que facilita o acesso e o cuidado com suas plantações; tiram a renda com a venda de polpas. Encontraram dificuldades com a mão de obra e certificação de registro para suas vendas. Com todas essas observações, podemos sugerir grandes e importantes formas de podas em suas plantações, irrigações e dar continuidade com a diversificação de espécie, fazendo novos experimentos e cultivando o aspecto natural (D. Pachuri, 2018).

Esse processo formativo contribuiu para que os(as) jovens pudessem entender que os SAF's representam atividades integradoras, que otimizam o uso da terra e apresentam potencialidades, tanto no sentido ecológico quanto econômico, ou seja, permitem sustentabilidade ambiental e socioeconômica no campo. Conforme frisado por J. Carvalho (2017) “[...] quando eu chegar daqui, vou falar para

o meu pai o que eu vi, e se Deus quiser vamos fazer isso lá no nosso sítio, agora já sei como é que é e que dá certo”.

A partir destes apontamentos pode-se inferir que as práticas agrônômicas, desenvolvidas no tempo comunidade, em consonância com as atividades teóricas das disciplinas, permitiram o exercício constante da discussão e reflexão coletiva, tornando os(as) jovens cursistas protagonistas do processo de ensino-aprendizagem. Tais práticas, exercitadas no decorrer da formação/capacitação desenvolvida no Curso, impulsionaram os(as) jovens a conhecerem melhor e ter um cuidado maior com o território em que vivem, fortalecendo assim o sentimento de pertencimento à terra, a identidade camponesa e as riquezas culturais e econômicas geradas no campo.

Ressalta-se, enfim, que o processo formativo do Curso, constituído segundo os princípios do trabalho coletivo, da economia solidária e da agroecologia representou uma oportunidade diferenciada aos(as) jovens do campo, pois os mesmos não precisaram sair do seu *lócus* de vivência para ter uma formação técnica, humanizadora, solidária e democrática. Além disso, constata-se que o Curso proporcionou aos(as) jovens o desenvolvimento da comunicação, desinibição e espontaneidade, despertou-os na busca pela sua autonomia, com geração de trabalho e renda nos seus territórios de vivência, propiciou a aptidão para a organização social, assim como fortaleceu a identidade camponesa desse grupo social.

CAPITULO IV

JUVENTUDE NO TERRITÓRIO CAMPONÊS: interpretando sociabilidades e territorialidades juvenis

Neste capítulo analisamos as percepções dos sujeitos investigados sobre as diferentes vivências no território camponês, como os(as) jovens compreendem os espaços de sociabilidade, os dilemas e desafios vivenciados cotidianamente, levando em conta também a cultura e o lazer. Procuramos verificar se o território camponês atende os(as) jovens em suas especificidades, os anseios e dificuldades desses sujeitos que enfrentam uma fase singular da vida no campo.

4.1 Território de Vivência da Juventude: espaços de sociabilidade no campo

Uma temática considerada pelos(as) jovens como sendo de grande relevância para vivência e permanência no campo é pensar quais espaços de sociabilidades lhes são disponibilizados, oportunizados. Isso porque, compreendemos que os jovens do campo, conforme a afirmação de Carneiro (2007, p. 78), “[...] querem não apenas melhores condições de trabalho melhor remuneração, mas também educação de melhor qualidade e, não menos importante, querem acesso a cultura e ao lazer”.

O lazer e a cultura é um direito de todos, não só dos(as) jovens do campo, mas de todas as pessoas, tanto do campo quanto da cidade. O lazer e a cultura estão entre os direitos sociais fundamentais para a sobrevivência humana. Conforme aponta Miller (2016, p. 109-110), “O lazer e a cultura são direitos estabelecidos na Constituição, como os outros direitos, a educação, a saúde, a alimentação, trabalho, moradia, segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância”.

Neste sentido, Abramo (1994, p. 61-62) afirma que:

O lazer aparece como um espaço especialmente importante para o desenvolvimento de relações de sociabilidade, das buscas e experiências através das quais procuram estruturar suas novas referências e identidades individuais e coletivas e é um espaço menos regulado e disciplinado que os da escola, trabalho e da família. O lazer se constitui também como um campo onde o jovem

pode expressar suas aspirações e desejos e projetar um outro modo de vida.

Carrano *et al* (2003), ressalta ainda a importância das diversas formas de sociabilidade no campo ao afirmar que a relação com o outro, a relação interpessoal, a liberdade de escolher o que fazer e como fazer realizado pelos jovens nos diversos espaços de lazer (festa locais, eventos esportivos ou cerimônias religiosas, etc.) são importantes para o seu desenvolvimento intelectual, social e pessoal, como também para o processo organizativo da juventude camponesa e de construção de identidade.

Andrade (2005, p. 70) afirma que todos os eventos extraordinários, bem como os cotidianos, se apresentam como parte da dinâmica de sociabilidade juvenil, porque a “sociabilidade é parte fundamental do processo de socialização vivenciado pelos jovens em seus grupos, como um lugar privilegiado das escolhas, da construção de sentidos, da solidariedade e da construção da autonomia”.

Desse modo, é necessário entender que a sociabilidade no contexto do campo consiste num processo de ingresso e construção da vida social, de interação entre os sujeitos de uma comunidade e destes com comunidades externas. Interações estas que, possibilita aos(as) jovens apropriar-se das regras de convívio comunitário e familiar, observar e compreender o território vivido, construir sua identidade e se construir enquanto sujeito social.

Neste sentido, dada a importância que o lazer exerce na sociabilidade dos jovens, procuramos identificar quais são os espaços de lazer existentes no seu território e qual a importância que tem estes espaços no contexto de vida dos(as) jovens cursistas.

Constatamos, a partir dos relatos e de observações participantes, que os espaços sociais mais frequentados pelos(as) jovens cursistas são: o campo de futebol, a igreja, a escola, bares, rios/córregos, rodas de tererê e as redes sociais virtuais. Para eles(as) estes espaços são considerados como momentos cotidianos de lazer, de diálogos, de encontros, de interação entre eles e com a comunidade.

Na visão de Marcellino (2004) *apud* Ribeiro (2019 p.165):

Qualquer atividade pode ser considerada lazer, dependendo de quem a executa e das circunstâncias que cercam sua realização, como a livre adesão e a capacidade de a atividade escolhida

proporcionar descanso, prazer, divertimento e desenvolvimento a quem a pratica. O conceito de lazer é mais amplo do que o restrito a somente jogos ou brincadeiras: "lazer pode até ser a não-atividade, o ócio, como, por exemplo, o repouso em uma rede. O importante é o prazer que a atividade escolhida proporciona.

Segundo o relato dos(as) jovens, o futebol é um dos momentos de lazer que mais os(as) jovens mais participam, mas também há a participação ampla da família e da comunidade, pois ambas se organizam na beira do campo futebol para assistir aos jogos e conversar. São momentos de encontros e de descontração.

Ressalta-se que os campos de futebol ao qual os(as) jovens tem acesso no território de suas comunidades não possuem infraestrutura adequada para a prática do jogo. O campo não é gramado, e quando gramado, é dividido o espaço com o gado. A trave é improvisada com madeiras, não há linhas demarcatórias e nem, para a grande maioria deles, materiais de uso pessoal adequado, tais como chuteiras, jogos de camisa, luvas, etc. Conforme afirma A. Luna (2018) “não há espaço de lazer, apenas um campinho de futebol particular que também é usado para apartar o gado”.

Mesmo com estas precariedades, os momentos de encontro no espaço do campinho são constantes, o jogo de futebol e as brincadeiras de fim de tarde são um dos momentos mais esperados pelos(as) jovens, pois é a possibilidade de reunir e confraternizar com os amigos. “O espaço de lazer é jogar futebol com amigos e colegas da aldeia” (R. Arruda, 2018).

Outro espaço de lazer que foi considerado pelos(as) jovens como momentos de encontros e diversão no seu território, são os rios e córregos que existem em alguns dos assentamentos, aldeias, comunidades. Estes rios e córregos são utilizados e muito valorizados pelos jovens(as) como pontos de encontro e diversão, principalmente nos finais de semana. Nestes momentos acontecem os banhos, a pescaria, piqueniques, jogos aquáticos, natação, mergulhos, brincadeiras diversas, acampamentos, etc. “Nas horas vagas a gente se reúne para dialogar, para realizar um piquenique na beira do rio, para pescar, nestes momentos a gente se diverte muito” (J. Espinosa, 2018).

O espaço da escola também foi pontuado como um ponto de encontro dos(as) jovens. É na escola que eles(as) se encontram e dialogam no horário de intervalo das aulas; e depois das aulas se reúnem para conversar e tomar tererê.

Muitas vezes eles(as) ficam na escola para utilizar o sinal de internet e poder navegar nas redes sociais. “A escola é muito boa, a gente se reúne sempre lá; é onde usamos a internet, é onde mexemos no celular, nas redes sociais” (D. Pachuri, 2018).

Também é no espaço da escola que muitas das comunidades se reúnem para realizar assembleias, oficinas, atividades de formação, entre outras. É um espaço de aprendizado e de vivência significativas para esses(as) jovens. Os momentos ali se tornam leves e prazerosos, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social.

Figura 19 - Espaços sociais utilizados pelos jovens



A) Campo de futebol Aldeia Acorizal



B) Rio da Aldeia Fazendinha



C) Barracao da escola na comunidade Bocaina



D) Campo de Futebol na Aldeia Acorizal

Além desses espaços de sociabilidades os(as) jovens relatam que:

O espaço de lazer é jogar futebol com amigos e colegas da aldeia, passear nas casas dos vizinhos nos finais de semana, tomar banho no rio e praticar arte e a cultura do povo indígena (J. Espinosa, 2018).

Nas horas vagas a gente joga futebol, vôlei, ficamos na internet, vamos na igreja, alguns se reúnem na casa dos vizinhos ou aqui mesmo para tomar tererê e conversar (D. Pachuri, 2018).

Nos finais de semana e também nos finais de tarde a gente gosta de jogar bola, tomam tererê, ir para o bar, para casa dos colegas, assistir um filme em casa [...] (NEGRIS, Beatriz, 2018).

Observa-se, na maioria dos relatos, que os(jovens) gostam e valorizam os momentos de sociabilidade; os vários encontros que acontecem em suas comunidades, muitas vezes organizados por eles(as) mesmos, são momentos benéficos para o lazer, a diversão e para a organização da juventude, pois expressam suas aspirações e desejos em relação ao futuro no campo.

Sobre isso Marcellino (2000) aponta que:

O lazer deve ser considerado como a cultura vivenciada, (praticada, fruída ou conhecida), no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares, sociais, combinando os aspectos tempo e atitude, gerados historicamente e dele podendo emergir valores que possam questionar a sociedade como um todo, recebendo também influências da estrutura social vigente. (MARCELLINO, 2000, p. 3)

Interessante observar que são poucos os espaços e momentos de lazer e cultura disponíveis aos(as) jovens nos territórios das comunidades; há uma ausência de espaços e equipamentos para práticas corporais e sociais. Os espaços que existem estão relacionados a jogos e brincadeiras no campinho de futebol, no barracão da escola e na beira dos rios e córregos, reuniões e comemorações entre amigos e vizinhos, reuniões em “barzinhos” ou em festas da comunidade e da igreja. São atividades identificadas como próprias para práticas culturais de tempo livre, de lazer. E, mais, a maioria das percepções expressas pelos(as) jovens acerca do lazer reflete os valores/funções de divertimento/entretenimento, com caráter de cultura lúdica.

Contudo, mesmo sem estrutura adequada e políticas públicas que promovam a cultura e o lazer nos territórios camponeses, os relatos decorrentes do campo da investigação, revelam que os espaços/tempos de lazer são considerados importantes pelos(as) e para os(as) jovens cursistas. As diversas práticas desenvolvidas nos espaços/tempo que eles(as) consideram como lazer

desempenham papel fundamental na construção e sustentação das relações sociais desses(as) jovens nos territórios camponeses, possibilitam a eles(as) tecer laços afetivos e de solidariedade, cumplicidade e reciprocidade entre eles(as), mas também no mundo social em que estão inseridos(as), promove a troca de conhecimento, o sentimento de pertencimento e a valorização da cultura e do território camponês.

4.2 Autonomia econômica e social dos/as jovens na sua diversidade étnico-cultural

Percebe-se nos dias atuais que os(as) jovens do campo vivenciam as contradições e os conflitos sociais, econômicos, políticos e ambientais que permeiam estes territórios de vida e luta camponesa, em função do modelo capitalista que está posto, impulsionado pelo agronegócio, que provoca de alguma forma, o esgotamento dos recursos naturais e a desvalorização e “empobrecimento”, da agricultura camponesa. Portanto, atualmente, a Juventude, em função da falta de perspectivas e de políticas públicas efetivas, vivencia o dilema entre ficar no campo ou migrar para a cidade em busca de novos horizontes profissionais e pessoais (CASTRO e CARNEIRO, 2007).

No contexto da pesquisa verificamos, a partir dos dados coletados nos portfólios, nas anotações das rodas de conversa e observação participante, que esses dilemas também causam apreensão nos(as) jovens cursistas, principalmente em relação a autonomia econômica e social, ou seja, em função da ausência de oportunidades de estudo, trabalho e renda no campo.

Entretanto, eles(as) têm se organizado e se construído como sujeitos políticos no processo de uma construção contra hegemônica em defesa do território camponês. Porque entendem que o território de vivência é “[...] um espaço onde podemos dizer que é nosso; onde podemos fazer as coisas, viver, trabalhar; um espaço onde podemos buscar cada vez mais melhorar, portanto, é preciso lutar por tudo isso aqui” (D. Pachuri, 2017).

A jovem A. Rup (2017) complementa dizendo que a vida no campo não é fácil, principalmente por causa das disputas de poder internas e externas e do enfrentamento direto com o agronegócio. Porém, segundo ela, é preciso lutar e

resistir para que as famílias consigam se manter e permanecer nesse território, rico em diversidade étnica, cultural e ambiental.

Percebe-se que esse sentido político, de organização, articulação, luta e resistência em defesa de seus territórios foi aflorado mais ainda durante o processo de formação no Curso. Isso porque nas diversas disciplinas ministradas trabalhou-se a compreensão dos espaços onde os(as) jovens vivem, a importância do território e valorização da cultura e do modo de vida camponês foi resgatada/valorizada, bem como se refletiu e experienciou sobre a construção coletiva de diversas estratégias bem-sucedidas de reprodução no campo. Nesse dinamismo incessante o processo formativo possibilitou, por meio das disciplinas e oficinas, no tempo escola e no tempo comunidade, a reflexão de estratégias para que, de alguma forma, os(as) jovens se organizem e obtenham a autonomia social e econômica no campo.

Assim sendo, em vários momentos do Curso, os(as) jovens foram convidados a apresentar e demonstrar de que forma se organizam e/ou estão se organizando na busca do empoderamento e da autonomia social e econômica em seus territórios. Pois, compreende-se que a renda familiar, muitas vezes, não é suficiente para suprir tudo que eles(as) necessitam, tais como roupas, sapatos, óculos, relógio, tênis da moda, etc.

Lá em casa eu ajudo muito o meu pai em tudo, pego no pesado com ele, nois tira leite, mexe com roça, vende mandioca. Sempre que sobra um dinheirinho ele me dá para comprar alguma coisinha, um boné, uma camiseta, umas coisas para traia de sela, mas no geral o dinheiro é só para as despesas mesmo (J. Carvalho, 2017).

L. Damasceno (2017) relata as dificuldades financeira dos pais e complementa dizendo que: “Eu tenho que ajudar o meu pai. Eu faço de tudo, desde cuidar da galinha até carpir, porque o dinheiro que entra é muito pouco, quase não dá, aí eu ajudo eles para eles comprar uma roupa, um sapato”. Segundo ela o Curso tem ajudado a pensar em projetos que gerem renda para manutenção e permanência no campo, porque “não dá para exigir dinheiro que os pais não tem, né”. Ela se identifica com o campo e diz que pretende continuar no assentamento e contribuir com o trabalho no lote da família e também para o desenvolvimento da comunidade.

A jovem D. Pachuri (2018), em seu relato, fala que a educação é fundamental para a juventude; cobra políticas públicas para o campo e a juventude, porque acredita que a ausência de políticas específicas para os(as) jovens faz com que, muitas vezes, eles(as) precisem abandonar seus estudos e também seus territórios porque precisam trabalhar fora do seu espaço de vivência para ajudar as famílias ou mesmo para manterem as condições básicas da vida.

Dois colegas da minha comunidade não puderam finalizar o curso por ter que sair para as fazendas para trabalhar, situação que foi relatada por outros jovens que tiveram que abandonar o curso para poder trabalhar para se manter e manter a sua família no sítio, na comunidade. Mas acredito que o tempo que eles participaram aqui já tiveram a consciência de como é morar no sítio e suas dificuldades. Eles são exemplo disso, dessa desigualdade social, econômica, e ter que sair de seus sítios para poder trabalhar para os grandes fazendeiros. Isso porque nós, agricultores, jovens trabalhadores, não temos vez. Não temos ajuda no que diz respeito às políticas públicas, projetos, programas, formas e meios para comercializar, porque produzir sabemos, mas as condições necessárias para a comercialização desses produtos que é um dos pontos que emperra o nosso crescimento econômico, ainda por ser uma comunidade muito longe da cidade. Então nós vivemos, os jovens vivem lá, mas tendo que trabalhar e trabalhar muito para poder se manter, dar condições, até mesmo para comprar alimento, de vestir, comprar uma televisão, uma moto, uma bicicleta, em fim ajudar a manter a sua vida, a vida da família no sítio (D. Pachuri, 2018).

A protagonista ainda afirma que o único motivo que a fará sair de sua comunidade é para dar continuidade nos estudos, para depois voltar e ajudar na luta das famílias para terem uma vida melhor. Segundo ela, a juventude do campo precisa ter condições para se inserir produtivamente, que se houver apoio eles(as) podem produzir e gerar renda para atender as suas necessidades e ainda ajudar os seus pais. O futuro para ela depende de investimentos do Estado, pois ele tem o dever de proporcionar políticas públicas de caráter social e econômica, como: educação, saúde, lazer, trabalho, renda, etc., que viabilize e assegure melhores condições de vida para os(as) jovens no campo.

Nesse sentido, Abramovay (2005, p. 1-2) ressalta a importância das políticas de desenvolvimento do campo, pois para ele:

Uma verdadeira política de desenvolvimento rural deve associar à atribuição de ativos aos jovens - dos quais o mais importante é uma educação de qualidade - com o estímulo a um ambiente que estimule

a formulação de projetos inovadores que façam do meio rural, para eles, não uma fatalidade, mas uma opção de vida. Seria interessante, no caso daqueles que pretendem estabelecer-se como agricultores, que sua implantação fosse acompanhada e mesmo condicionada à elaboração de um projeto técnico consistente, cujas chances de afirmação em mercados dinâmicos fossem altas. Mais importante do que o aprendizado de técnicas agronômicas, neste caso, são os conhecimentos de gestão, contabilidade e funcionamento de mercados.

Os(as) jovens cursistas sabem das garantias constitucionais asseguradas no Art. 277 da Constituição Federal em relação aos direitos básicos da criança e do adolescente, mas percebem que os mesmos não são respeitados e/ou usufruídos por grande parte da juventude que vive no campo.

É o dever da família, da sociedade e do estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2015).

Em seus relatos percebe-se que, por uma questão de ordem moral do universo camponês, em geral, todos(as) os(as) jovens foram socializados no trabalho da roça e, na atualidade, buscam contribuir com as labutas do dia a dia junto a família, ajudando sempre que possível os pais nos afazeres do lote/sítio.

Mesmo com todas as dificuldades que enfrentam no dia a dia do campo, o capital social e cultural acumulado no âmbito familiar e nos espaços educativos, principalmente no Curso de Agentes Técnicos Agroambientais, influencia-os a visualizar e desenvolver nos seus territórios experiências individuais e coletivas que gerem renda, mas também que contribua para o resgate de sua autoestima e esperança de um futuro diferente e com melhor qualidade de vida.

Existem diversas possibilidades, convencionais ou inovadoras, que dariam suporte significativo para a permanência do jovem no campo. Ao observar as tendências, às novas práticas do meio rural, enxergamos aí um leque de oportunidades, como por exemplo, na área de produção animal que vem sendo reformulada por meios tecnológicos e abre espaço para novos trabalhos. No Projeto de Assentamento Lourival D'Abic montamos um projeto a fim de captar recursos para a instalação de uma fábrica de rações para

alimentação animal que, como parte da proposta, emprega os jovens da própria comunidade. Isso é uma alternativa de trabalho e de geração de renda para os jovens do assentamento (A. Luna, 2017).

Eu acredito que primeiro preciso conquistar espaço e mostrar que sou capaz. Pesquisar o que está em falta no mercado e se organizar para começar a produzir, exemplo; mel, peixe, hortaliças, legumes. Hoje eu vejo muitas possibilidades para nós gerarmos renda aqui no campo e isso me deixa esperançosa (D. Oliveira, 2017).

Eu como jovem do campo, para obter renda, vejo hoje inúmeras possibilidades com a cultura da banana, por exemplo. Mas também vejo a necessidade de trabalhar com projetos de produção de alimentos saudáveis [...], a sociedade está tomando conhecimento sobre os produtos e sendo mais exigente, exigindo alimentos saudáveis sem agrotóxicos (J. Carvalho, 2017).

As estratégias apresentadas pelos(as) jovens cursistas são de grande importância e relevantes para o seu empoderamento, para a conquista de autonomia financeira, mas também para o desenvolvimento de todo o seu território. Percebe-se em vários relatos que eles(as) passaram a ter um olhar mais amplo no que se refere à produção e comercialização camponesa. Ressaltam a necessidade de organização da prática coletiva e da rede de solidariedade na comercialização dos produtos do campo, como demonstra o relato de T. Lima (2017):

Acredito que uma forma de obter renda no campo seria a criação de um centro de comercialização ou de abastecimento, onde daria mais oportunidades aos jovens e aos pequenos agricultores para vender seus produtos para o centro de comercialização, por um preço justo, sem atravessador, onde o mesmo estaria passando os produtos adquiridos para as cidades e municípios vizinhos.

Ainda nesse sentido, os(as) jovens do assentamento Margarida Alves relataram que, a partir das experiências coletivas vivenciadas no Curso e do incentivo dos professores, coordenadores e das famílias, decidiram se organizar e, juntamente com a comunidade, criar uma feira comunitária mensal no território do assentamento. Para tanto, o grupo, de forma articulada com lideranças e do assentamento, organizaram reuniões com as famílias da comunidade que “[...] tinham grande vontade de fazer uma feira dentro do próprio assentamento, porque lá não existe feira, a mais próxima é na cidade, toda terça e quinta, e quem mora no sítio não tem oportunidade de estar indo lá (F. Rodrigues, 2018).

F. Rodrigues (2018) relata ainda que essa experiência coletiva (feira) surgiu por dois motivos, primeiro que durante o Curso “[...] nos foi designada a responsabilidade, como agentes, de junto com a comunidade colocar em ação alternativas que beneficiassem não só nós jovens, mas ao assentamento de um modo geral”; segundo “[...] pela necessidade de muitos moradores do assentamento venderem seus produtos, porque, por exemplo, lá em casa tem tanta produção, mas não tem como comercializar, não tem mercado próximo”.

A jovem D. Oliveira (2018) ressalta ainda a importância da organização da feira para os(as) assentados(as), porque “Sempre que ia nas reuniões no assentamento, o povo dizia, que tinha bastante produto, mas não tinha carro para ir vender; outros diziam que iam perder muita mandioca”. Ela diz que diante dessa realidade resolveram enfrentar essa situação e convidaram as famílias da comunidade para discutirem o problema e juntos organizarem a feira.

Segundo ela, foi um processo de muito diálogo entre eles, as organizações do assentamento, os parceiros externos e a comunidade, pois os camponeses assentados no Margarida Alves vêm de uma longa trajetória marcada por frustrações, estão “calejados” de promessas e não acreditam mais em experiências coletivas. Portanto, nas reuniões foi necessário explicar de forma clara e didática a ideia da feira, como seria seu funcionamento e a importância do trabalho coletivo e solidário para o desenvolvimento da comunidade.

[...]. Nos reunimos e fizemos um relatório de como seria desenvolvida a feira, pontuamos as divisões de tarefas entre nós (os agentes), as lideranças da associação e os parceiros. Fizemos o convite. Visitamos todas as famílias da comunidade, fazendo um levantamento do que cada um tinha no fundo do quintal, e as convidamos para participar da construção da primeira feira solidária e agroecológica (F. Rodrigues, 2018)

A primeira feira, segundo relatos dos(as) jovens do assentamento Margarida Alves, aconteceu no dia 20 de dezembro de 2017, no barracão da associação do assentamento, com a participação de 20 famílias; teve uma variedade de produtos para comercialização e trocas; ao final da feira os produtos que não comercializados foram trocados, de forma solidária, entre os assentados. Desde então, até o momento do fechamento desta pesquisa, uma vez por mês acontece a feira solidária e agroecológica do Assentamento Margarida Alves (figura 20).

Figura 20 - Bancas na feira no assentamento Margarida Alves



Fonte: MARTINS, 2017. Arquivo Pessoal.

Outras experiências de trabalho coletivo para geração de renda aos(as) jovens, apresentadas durante o Curso, são de 04 cursistas que moram em aldeias indígenas, 02 jovens da aldeia Fazendinha e 02 jovens da aldeia Acorizal.

Os trabalhos coletivos nestas aldeias dos quais os jovens fazem parte, acontecem cotidianamente e de forma bem organizada. As práticas envolvem a roça coletiva “[...] onde temos a responsabilidade de nos reunir para fazer a limpeza e produzir” (D. Pachuri, 2018) e o desenvolvimento de bijuterias confeccionadas com matérias primas retiradas da natureza. Conforme destaca R. Arruda (2017): “Nós aqui jovens da aldeia confeccionamos bijuterias, feitas com matéria prima da nossa natureza. Muitas vezes reúnem-se bastante jovens para confeccionar as peças” (figura 21).

Figura 21 - Comercialização dos Artesanato Chiquitano na XI Feira Pantaneira: saberes e sabores



Fonte: MARTINS, 2018, arquivo pessoal.

J. Espinosa (2017) relata que nas aldeias indígenas há bastante união e solidariedade entre as famílias e, consequentemente, entre os(as) jovens. Situação

que possibilita, segundo ele, a organização, o empoderamento e a autonomia financeira da juventude, como também a valorização da cultura indígena.

Nós indígenas somos bem unidos. Não dá para todos nós sair para participar de eventos, festas. Então a gente organiza, passa nossos produtos para quem vai e eles vendem e depois passa o dinheiro da venda. Para nós é bem difícil sair todos. Então estamos fazendo assim, um ajuda o outro, tanto na confecção dos produtos, como na venda dos mesmos. Isso é bom porque além de vender e ter uma rendinha, a gente divulga o nosso trabalho, o nosso povo e a nossa cultura (J. Espinosa, 2017).

A participação em experiências coletivas, voltadas para a geração de renda, desenvolvidas pelos(as) cursistas no próprio território, favorece a construção de estratégias de reprodução que beneficiam não só os(as) jovens, mas também suas famílias e a comunidade. Isso porque para a grande maioria, dos(as) jovens cursistas os pais são as pessoas mais importantes em suas vidas, pois os mobilizam a investir nos estudos, ajudam em relação ao trabalho e a renda, estimula-os a lutar por melhores condições de vida, etc. Já em relação a comunidade a jovem D. Pachuri (2018) comenta:

A gente não tem muita ajuda de projetos, de políticas e nem ajuda econômica para melhorar as comunidades. [...]. No Curso todos os professores falaram e estudamos muito sobre como nós, agentes, podemos agir na nossa comunidade. A gente está se formando para ser uma liderança lá dentro. Então, portanto, eu acho que nós, esse Curso veio, não para gente chegar lá e mandar, mas sim para a gente trabalhar junto com a comunidade, ser um agente lá. Agir diante da comunidade e junto com a comunidade.

Ela cita ainda que, mesmo com grandes dificuldades no que se refere a meios, formas e estratégias para geração de renda no campo, com organização e trabalho coletivo esta realidade pode mudar, porque no Curso “[...] foi nos ensinado que sim, é possível, de forma coletiva, que nós conseguimos buscar e gerar renda para toda a comunidade. Isso não é fácil, são pessoas diferentes, interesses diferentes, mas em conversa, no coletivo sim, é possível (D. Pachuri, 2018). A organização coletiva em economia solidária é uma possibilidade para a organização do comércio e do consumo de forma organizada e sistematizada que pode ocorrer no campo e na cidade.

Uma análise do conjunto de dados coletados revela a importância do aprendizado e das sociabilidades proporcionada pelo Curso de Agentes Técnicos Agroambientais na vida dos(as) jovens cursistas. Segundo eles(as), ações como as disciplinas, as oficinas, as atividades práticas, as discussões sociais e políticas desenvolvidas no tempo escola e tempo comunidade e, principalmente, o aprendizado técnico, social, cultural e político e a socialização dos(as) jovens são consideradas positivas. Contribuíram para despertar neles(as) a necessidade de compreensão e valorização dos espaços onde vivem; bem como possibilitou o empoderamento, a organização e o fortalecimento da identidade camponesa.

As experiências e aprendizagens vivenciadas pelos(as) jovens, no tempo escola e no tempo comunidade, favoreceram a percepção de que, com apoio e políticas públicas efetivas, é possível construir alternativas de trabalho e renda, individual e coletiva, que garanta a sua reprodução e de suas famílias no campo, tais como hortas, granjas, produção de bananas, fabricação artesanal de bijuterias, beneficiamento dos frutos do cerrado, entre outras. Deste modo, compreendemos a necessidade de se:

[...] pensar de forma sistemática a construção de políticas para a juventude, sem se desconsiderar as necessidades específicas. Nesse contexto, [...] contemplar as diversas aspirações e expectativas não basta apenas buscar resolver o problema da terra ou do crédito, mas sim contemplar nas políticas o direito ao lazer, à cultura, ao esporte, à educação, à saúde, entre outros (STROPASOLAS, 2007, p. 291).

Enfim, compreendemos que o desenvolvimento dos saberes, nos(as) jovens cursistas, em um processo conscientizador e politizador, fomentou o sonho em poder, com seus conhecimentos, contribuir com as demandas de suas famílias e ajudar a desenvolver projetos de produção sustentáveis nas comunidades em vivem, segundo os princípios da agroecologia e da economia solidária.

Eu quero ter mais conhecimento, quero estudar mais, e trazer todo esse conhecimento em forma de benefício para minha comunidade e para minha família (A. Rup, 2018).

Eu quero muito viver no campo, no meu sítio; plantar, colher, comercializar os produtos que eu cultivei; quero viver da renda do meu sítio. E esse é um dos motivos que a gente como jovem luta,

resiste, continua debatendo com outras pessoas, outros jovens, para buscar parcerias, para que isso possa mudar a nossa realidade e da nossa comunidade, as vezes é preciso acreditar que é possível mudar (A. Luna, 2018).

E, assim, percebemos a importância de processos formativos, como o do Curso de Agentes Técnicos Agroambientais, articulado as especificidades do campo, na construção de projetos de vida e de estratégias de reprodução da juventude camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa buscamos analisar o Curso de Formação e Capacitação de Agentes Técnicos Agroambientais, evidenciando os fundamentos e conhecimentos técnicos e políticos decorridos nesta formação, como também se o processo de formação e capacitação propiciou condições de conhecimento técnico agropecuário e organizativo para a continuidade dos jovens no campo em melhores condições materiais, sociais e culturais que na atualidade.

Destaca-se, neste sentido, que este trabalho não é apenas produção de conhecimento científico, mas possui uma dimensão pedagógica, refletida na formação e organização dos jovens protagonistas do Curso.

Os dados dessa pesquisa foram levantados durante o processo de formação realizado, em parceria com o Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) e outras entidades, conforme abordamos no capítulo II.

O Curso foi desenvolvido durante um ano (março de 2017 a março de 2018) e cumpriu todas as metas propostas relacionadas a promoção de experiências coletivas/solidárias e projetos educativos e de geração de renda para os(as) jovens do campo, mesmo com o cenário político ao qual o país enfrenta atualmente, marcado por cortes e retiradas de direitos básicos da classe trabalhadora, o curso foi concretizado com métodos pautados na formação coletiva, solidária e democrática.

Através da pesquisa desenvolvida, com descrição e análise minuciosa e criteriosa de vários documentos e relatos dos(as) jovens cursistas, pode-se ter uma compreensão mais aprofundada sobre o curso e a percepção da Juventude sobre seu processo formativo e também sobre o seu território de vida e luta.

A reflexão e análise do perfil socioeconômico dos(as) jovens cursistas nos possibilitou entendermos quem foi e quem são esses(as) jovens que participaram do curso, seus sonhos, preocupações e aspirações futuras. Considerando toda reflexão sobre a pesquisa acreditamos que a maioria dos(as) jovens cursistas têm grande interesse em continuar vivendo no campo, para tanto, se organizam e lutam por trabalho, renda, terra, educação, lazer e cultura em seus territórios. Portanto, pode-se afirmar que, através dos conhecimentos obtidos, na atualidade, os jovens se organizam em busca de seus direitos.

Sendo assim, munir estes jovens de conhecimentos práticos e teóricos, possibilitar que os mesmos tomem a frente do processo e reflitam diretamente nos espaços da comunidade, nos cursos de formação e nas práticas cotidianas, gera uma ambiência propícia para aguçar nos sujeitos as aptidões para o trabalho coletivo na construção da sociedade. Essa construção requer sujeitos em movimento que possibilite promover uma formação pautada na pedagogia da cooperação, na solidariedade, que possibilitará condição fundamental para a estruturação de uma sociedade justa, democrática e igualitária.

O Curso de Agentes Técnicos Agroambientais, por meio de um processo conscientizador e politizador, aguçou na juventude o desejo de organização coletiva e participativa para obtenção e geração de renda no campo (oriunda do trabalho), mostrando alternativas de atividades produtivas viáveis no campo e que possibilite a eles(as) satisfazer suas próprias necessidades, contribuindo com a família e a comunidade. Proporcionou também condições para que os(as) jovens cursistas produzissem conhecimentos, tivessem autonomia, para que possam problematizar a sua realidade com intuito de transformá-la em prol de suas famílias e da comunidade.

Portanto, pode-se afirmar que o Curso atendeu aos objetivos propostos, contribuindo para o empoderamento e a transformação dos(as) jovens cursistas em agentes sociais, capazes de gerir projetos rurais sustentáveis, segundo os princípios da Agroecologia e da Economia Solidária, para a manutenção e permanência no campo, bem como para a construção de uma sociedade humanizada, igualitária e justa.

Nesse sentido, constata-se que a formação social, técnica, cultural e política desenvolvida no Curso possibilitou aos(as) jovens a compreensão e valorização dos espaços onde vivem; bem como fomentou a sociabilidade entre os(as) jovens, o empoderamento, a organização e o fortalecimento da identidade camponesa. Construiu-se, assim, um "capital cultural" possível de ser acessado a qualquer momento pelos(as) jovens cursistas.

Ao refletir sobre os principais desafios e visualizar suas fortalezas, a juventude demonstrou ter domínio sobre os conteúdos trabalhados durante a formação, pois tais conhecimentos se refletiram em suas falas e atitudes. Os jovens demonstraram ter, hoje, uma visão diferente acerca do assentamento, comunidade, do seu *lócus* de vivência e das suas práticas de produção e comercialização, desde o trabalho familiar até a experiência do trabalho coletivo. Acreditam na importância de se construir uma prática organizativa tendo o trabalho socialmente útil como forma de garantir a vida e de transformá-la.

Estes jovens ousaram, desafiaram suas dificuldades e se propuseram a experimentar alternativas de organização camponesa, pautadas na produção agroecológica e coletiva, mesmo com suas dificuldades e limitações. E, nesta caminhada, perceberam que as fortalezas superaram muitos desafios.

É evidente que nem todas os conflitos, as contradições e os desafios foram sanados ou solucionados, pois vivenciamos experiências com jovens e comunidades que advém de uma formação com resquícios de valores conservadores, de um contexto histórico conflituoso, que possuem histórias de vida com princípios e ideias diferenciadas, geradas no contexto do sistema capitalista, que privilegia práticas individualistas e competitivas, em detrimento de práticas de perspectiva solidária e emancipatórias.

Porém, todo esse processo nos mostrou que é possível engendrar práticas coletivas e autogestionárias que contribuem significativamente para a construção de uma sociedade mais humanizada, igualitária e justa; é possível romper com a estrutura excludente e exploradora do sistema capitalista.

Há destaques significativos na pesquisa evidenciando que a maioria dos(as) jovens gostaria de permanecer no campo, mas não nas condições existentes hoje e, sim, em um campo com maiores oportunidades de trabalho, geração de renda, lazer, cultura, educação, ou seja, com possibilidades de permanência em condições dignas e que corroborem para a reprodução de sua identidade camponesa e, consequentemente, para o bem viver no campo.

Para que este fato se concretize e a juventude permaneça nos territórios camponeses é preciso e necessário que as demandas levantadas pela juventude camponesa sejam ouvidas, que se tenha um olhar especial e ações comprometidas, principalmente por parte dos órgãos oficiais, por meio de políticas públicas efetivas,

direcionadas a este segmento social, na sua diversidade. Projetos, programas, cursos de formação e capacitação direcionados a organização, empoderamento, construção da autonomia e fortalecimento da identidade camponesa desses (as)jovens, que contribua para fortalecer aspectos importantes da vida do(a) jovem no campo, mas também para a construção de projetos sustentáveis nas comunidades em que vivem, gerando renda e uma melhor qualidade de vida e trabalho no campo.

Porém, precisamos garantir uma política pública de desenvolvimento territorial efetiva que subsidie e fortaleça diretamente a juventude do campo, garantindo a eles(as) o acesso à educação (com cursos práticos de formação e capacitação, voltados para desenvolver habilidades e conhecimento úteis para as atividades agrícolas ou artesanais), saúde, lazer e cultura e o estabelecimento de novas estratégias de trabalho com geração de renda, como também serem protagonistas de novos movimentos/dinâmicas no processo de desenvolvimento do campo com viés ambientalmente sustentável e socialmente justo.

Para concluir, expressamos aqui a necessidade de se elaborar e desenvolver ações/projetos/programas/cursos que contribua efetivamente para compreensão e valorização da juventude no processo de reprodução do modo de vida camponês e de transformação da vida no campo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. **Juventude em construção**. Revista Onda Jovem. Edição 5 – Julho de 2006. Disponível em: <http://www.revistaondajovem.com.br/materiadet.asp?idtexto=66>. Acesso em: 08 de junho 2018.
- ABRAMO, Helena Wendel. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**. In: ABRAMO, Helena Wendel e LEÓN, Oscar Dávila (Orgs). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- ABRAMO, Helena, Wendel; FREITAS, Marília, Vigília e SPOSITO, Marília, Pontes. (Org.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.
- ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis – punks e darks no espetáculo urbano**. 1a ed. São Paulo, Ed. Página Aberta Ltda., 1994.
- ABRAMOVAY, R. **“Juventude rural: ampliando as oportunidades”, Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo**. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Abril de 2005, Ano 1, nº 1. Disponível em: http://www.abramovay.pro.br/artigos_jornal/2005/juventude_rural_ampliando_oportunidades.pdf. Acesso em: 06 junho 2017.
- AGUIAR, Ana Rosa Camillo. **Saber Camponês e Mudança Técnica: Um estudo de caso junto a pequenos produtores do bairro de Cardoso, Poço Fundo, MG**. Escola Superior de Agricultura de Lavras. Dissertação (Mestrado). Minas Gerais. 1992.
- ALVES, Maria de Fátima e VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **A Juventude Camponesa e a sua organização social e política: O território como categoria analítica**. Disponível em: <https://pirbrasil.org/2015/12/20/a-juventude-camponesa-e-a-sua-organizacao-social-e-politica-o-territorio-como-categoria-analitica/>. Acesso em: 11 de maio 2019.
- ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Por uma educação básica do campo: a educação básica e o movimento social no campo**. Caderno 2. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **“A ‘juventude’ é apenas uma palavra”**, entrevista a Anne-Marie Extraído de: BOURDIEU, Pierre. 1983. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121. Disponível em: <http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/a-juventude-e-apenas-uma-palavra-bourdieu.pdf>. Acesso em: 05 de maio 2018.
- BOGO, Edmar. **Arquitetos dos sonhos**. São Paulo: 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a Pesquisa Participante**. Carlos Rodrigues Brandão (org). São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 48. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/constituicao_federal_48ed.pdf?>. Acesso em: 02 de agosto 2018.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei Federal nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 28 de julho 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br>>. Acesso em: 22 de maio 2018.

BRASIL. **Estatuto da Juventude, Lei n. 12.852 de 05 de agosto de 2013**. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/estatutodajuventude.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. **Juventude levada em conta**. Demografia. Brasília: SAE, 2013. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Juventude-Levada-em-Conta.pdf>>. Acesso em 23 de março 2018.

BRASIL. Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 26 julho 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia Solidária na Política Pública Municipal**. Secretária Nacional de Economia Solidária – SENAES/TEM. Volume 1. Brasília – 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/29032426/pol%c3%8dtica_nacional_de_economia_solid%c3%81ria_senaes_mte_volume_1_termo_de_refer%c3%8ancia_apoio_%c3%80_i_mplanta%c3%87%c3%83o_de_a%c3%87%c3%95es_integradas_de_economia_solid%c3%81ria_como_estrat%c3%89gia_de_promo%c3%87%c3%83o_do_desenvolvimento_territorial_sustent%c3%81vel_visando_%c3%80_supera%c3%87%c3%83o_da_extrema_pobreza>. Acesso em: 30 de abril 2019.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Secretária Nacional de Economia Solidária – SENAES. Formação em Economia Solidária. Projeto Casa Brasil. Conhecimento e cidadania morando juntos. Módulo 2. 2007.

BLUME, Roni. **O uso da dinâmica territorial: territorialização, desterritorialização e reterritorialização – TDR, para se pensar rural e a ruralidade**. Artigo apresentado no XLIII CONGRESSO DA SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”, Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Porto

Alegre/RS. Disponível em: www.epsiv.fiocruz.br/pdtsp/includes/header_pdf.php?id=333&ext=.pdf. Acesso em: 03 de junho 2018.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola e mais do que escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Selete. **Caminhos para a transformação da escola**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CTA – Centro de Tecnologia Alternativa - Dados históricos do Centro de Tecnologia Alternativa, Disponível em: <http://www.ctamt.org.br/storage/projeto/projeto/611eb8b80b236456a55a41a1f8567b91-projeto-semeando-amazonia-sustentavel-semeando-amazonia-sustentavel-v-final-1.pdf> Acesso em: 19 de janeiro 2019.

CTA – Centro de Tecnologia Alternativa - Documento de Orientações para a seleção dos candidatos ao curso de Capacitação em Agentes Técnicos Agroambientais. 2016. Disponível em: Disponível em: em: <http://www.ctamt.org.br/programas-e-projetos/projeto-semeando-amazonia-sustentavel>. Acesso em: 30 de julho 2018.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude e novas mentalidades no cenário rural**. In: CARNEIRO, Maria José, CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs). **Juventude rural em perspectiva** Rio de Janeiro: Mauad x, 2007.

CARNEIRO, Maria José. **O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. Mundo Rural e Política, Rio de Janeiro: Ed. Campus/ Pronex, 1998. p.1-21. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=268>. Acesso em: 17 maio 2018.

CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 311 p.

Cartilha do Projeto Nacional de Comercialização. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Comercio justo e solidário: Serie trocando ideias**. Caderno 1. 2010.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete. (Org). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 437- 444.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude do campo**. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Izabel e ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Processos de construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social**. In: Reunião Brasileira de Antropologia. Anais. 26ed. Porto Seguro, Bahia: 2008, p. 01-15.

CASTRO, Elisa Guaraná et al. **Os jovens estão indo embora: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009 a. 239 p.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Processo de construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social**. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 2005, Porto Seguro. **Anais**. Porto Seguro: GT10, 2005b. 1 CD-ROM.

CASTRO, Flora Aparecida Teixeira. **Juventude rural e as contribuições do projeto transformar de capacitação de jovens rurais no Sul de Minas (2006-2013)** – Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Lavras. Lavras: UFLA, 2016. 133 p.: il.

CASTRO, Jorge Abrahão e AQUINO, Luseni Maria C. de. **Juventude rural: alguns impasses e importância para a agricultura familiar**. In: Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2008. p. 95-104.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural, contribuições para o debate**. 2005. p. 1-20. Disponível em: <http://www.alasru.org/cd alasru2006/02%20GT%20Elisa%20Guaran%C3%A1%20de%20Castro.pdf>. Acesso em: 11 junho 2018.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná de... [et al.]. - **Os jovens estão indo embora? juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X: Seropédica, RJ: EDUR, 2009

CASTRO, Antônio Maria Gomes de. [et al.]. **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

CNPR – Equipe Nacional dos GPR. **Concepções da Rede GPR Brasil**. 2015, p. 139 (Mimeo).

COSTA, Antonio Carlos Gomes. **Protagonismo Juvenil: adolescência, educação**. Saraiva, 2000, p. 20, 23).

COSTA, A. Carlos Gomes. In: **Protagonismo juvenil**. Caderno de Atividades. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Versão Preliminar. Brasília, DF 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. e SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.

CULTI, Maria Nezilda. **"O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade"**. In: Congresso Europeu de Latinoamericanistas, 4. 2002, Amsterdã, Holanda. Mimeo.

Disponível em: <<http://www.ecosol.com.br/publicacoes>>. Acesso em: 01 de maio 2019.

CRUZ, Márcia Aparecida de Barros da. **Processo de Formação e Organização para o Trabalho Coletivo da Juventude Camponesa do Assentamento Roseli Nunes – Mirassol D'Oeste/MT**. Dissertação Universidade do Estado de Mato Grosso – Cáceres, 2018.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo**. Anais. 25ª Reunião Anual ANDEP: Caxambu, 2002, p. 01-33. Demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

DAYRELL, J.T. **A escola faz juventudes?: reflexões em torno da socialização juvenil**. Educação e Sociedade, Campinas, v.28, n.100.p.1105-1128, out.2007.

Estatuto do Centro e Tecnologia Alternativa, 2010 Disponível em - <<http://www.ctamt.org.br/estatuto>>. Acesso em: 21 de dezembro 2018.

EL ANDALOUSSI, Khalid - **Pesquisa- ações: ciências, desenvolvimentos, democracia**; Traduzido por Michel Thiollent. -São Carlos: Ed UFS Car. 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**. In: Campesinato e Territórios em Disputa. PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: MOLINA, Monica Castagna (Org). Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Território camponês**. In: Dicionário da educação do campo. CALDART, Roseli; PEREIRA, Izabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio; (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em

http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf>. Acesso em: 20 de julho 2018.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis: prefacio de Paulo Freire**. São Paulo Cortez. Instituto Paulo Freire. 1995.

GODOI Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de e MARIN, Rosa Azevedo (Orgs). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, V.2: estratégias de reprodução social – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009

GUTIÉRREZ, Francisco (Org). **Educação Comunitária e Economia Solidária**. São Paulo: Editora Cortez, 2005a. Coleção Questão da nossa Época, Vol. 25.

GUTERRES, Enio; CADORE, Edson e QUADRADO, Vilmar. **A motivação dos Camponeses para o desenvolvimento rural sustentável (a partir do conhecimento local)**, In: Agroecologia Militante: contribuição de Enio Guterres. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular 2006.

GUTERRES, Ivani. **Agroecologia Militante: contribuição de Enio Guterres**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Claudia Luisa Zeferino e UEDA, Vanda (Orgs). A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço. Canoas/Porto Alegre: Editora ULBRA/Editora UFRGS, 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 03 de maio 2018.

IDESAM, Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. Cartilha de Associativismo e Cooperativismo. Disponível em: http://www.idesam.org.br/noticias/informa/2010/pdf/CARTILHA_ASSOCIATIVISMO.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2019.

JESUS, José Novais de. **Pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás**. In: Revista NERA – Ano 14, nº. 18 – Janeiro/Junho de 2011 – ISSN: 1806-6755 Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1334>>. Acesso em: 09 de março 2019.

KIYOTA, Norma. **A representação dos agricultores familiares em espaços institucionais de participação social no Sudoeste do Paraná**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Tese (Doutorado). Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000648958&loc=2008&l=e99f8256b4ce7661>>. Acesso em 28 de abril 2018.

LIMA, Carla M. H. de; ZUCCHETTI, Dinora T.; DARTORA, Eber C. [et al]. **Jovens em movimento(s)**. In: MACHADO, Veronica Moreno. Percepção da juventude camponesa sobre a educação do campo na Escola Estadual do Assentamento

Sadia/Vale Verde. Universidade Federal de Mato Grosso. Dissertação (mestrado). 2013.

LIMA, Suzana Maria Valle. **Juventude rural e as políticas e programas de acesso à terra no Brasil: recomendações para políticas de desenvolvimento para o jovem Rural**. Brasília: MDA, 2013. 184 p. (NEAD Estudos, 25).

Localização da mesorregião do Sudoeste de Mato – Grosso
<brasilchannel.com.br/municipios/index.asp?nome=Mato+Grosso®iãoSudoeste>
Acesso em: 29 de julho 2018.

MACEDO, C.C. Algumas observações sobre a cultura do povo. In: VALLE, E. & QUEIROZ, J. (Org.) **A cultura do povo**. 2.ed. São Paulo: EDUC, 1982.

MACHADO, Ilma Ferreira. **Por uma pedagogia coletiva**. In: ZART, Laudemir Luiz e SANTOS, Josivaldo Constantino dos (Orgs). Educação e Sócio- Economia Solidária. Interação Universidade Movimentos Sociais. Vol. 2, Editora: Unemat. 2006.

MACHADO, Veronica Moreno. **Percepção da juventude camponesa sobre a educação do campo na Escola Estadual do Assentamento Sadia/Vale Verde**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso. 2013.

MACHADO, Vitor. **O conceito de juventude: uma abordagem cultural dessa fase da vida**. Bauru: UNESP, 2011. Disponível em:
<http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Arquivos/02/2A/8_Vitor%20Machado.pdf>. Acesso em: 04 de junho 2018.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e Educação. Campinas: Papirus, 1987.

MARCELINO, Nelson Carvalho. **Mirando la educacion desde la recreacion. Recreacion. Recreando, Córdoba**. Argentina, set. 2000, p. 2 - 6.

MARTINS, Jucilene de Oliveira. **Aprendizagem para o trabalho associado na agricultura familiar camponesa: Na ACOOPERFRON como alternativa para organização e comercialização**. Monografia de especialização em Economia solidária e Políticas Públicas. Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres/MT, 2017.

MARGULIS, Mario. **Juventud: una aproximación conceptual**. In: BURAK, Solum Donas (org.). Adolescência y Juventud en América Latina. Cartago: Libro Universitária Regional, 2001, p. 41-56.

MARIANI, Geovana Cristina de Almeida. **“Jovens de Projeto”: Um estudo de caso sobre os jovens do programa jovem aprendiz no município de Vitória/ES**. Universidade Federal do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado). Vitória 2010.

MARX, Karl. O Capital, Livro I, Capítulo VI. São Paulo. Editora Ciências Humanas, 1978.

MASCARELO, C. B. **Pedagogia da alternância: formação integral e desenvolvimento do meio**. Universidade Católica de Brasília. 2010.

MELUCCI, Alberto. **"Para uma teoria dos movimentos sociais"**. In: Alberto MELUCCI. A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 29-69.

MILLER, Merce P. **As jovens rurais e as perspectivas de permanência no espaço rural: um estudo de caso no Campus Realeza da Universidade Federal de Fronteira do Sul**. Dissertação (Mestrado). Francisco Beltrão: UNIOESTE. 2016.

MORIN, André. **Pesquisa-ação Integral e Sistêmica: uma antrop pedagogia renovada**. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

Papa Francisco. **Carta Encíclica *Laudato Si'* do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum**. Brasília, Edições CNBB. 2015.

PISTRAK, Moisey M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PUHL, João Ivo e MARTINS, Jucilene de O. Território e Cultura: encontros e desencontros. In: ZART, Laudemir L; SILVA, Tânia P. da; SOUZA, Maria A. de (Orgs). **Caderno Pedagógico VII: Territorialidades e Territorialização**. Editora UNEMAT – 2019. (no prelo).

Projeto Semeando Amazônia Sustentável. Produção Integrada e Sustentável Gerando Renda e Conservação Ambiental para a Agricultura Familiar na Amazônia Mato-Grossense. 2016 Disponível em: em <<http://www.ctamt.org.br/programas-e-projetos>>. Acesso em: 18 de julho 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Cristiane G. **Vozes da Juventude: práticas e aprendizados dos(as) jovens no processo socioespacial de recriação camponesa no Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D'Oeste/MT**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres/MT. 2019.

ROSAS, E. N. L. **"Do campo para a cidade: saindo para ficar"**. In: Juventude Rural em Perspectiva. Organizadoras: Maria José Carneiro, Elisa Guaraná de Castro. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

SADER, Emir. **Gramsci: poder política e partido**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, Marcos A. **A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. 2005. Universidade de São Paulo, p. 13882. CD-ROM.

SAQUET, Marcos A. e SPOSITO, Eliseu S. Apresentação. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: UNESP. 2009.

Secretária Especial de Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais>>. Acesso: 21 de maio de 2019.

SENAES/TEM Secretária Nacional de Economia Solidária e Ministério do Trabalho e Emprego. Política Nacional de Economia Solidária – 2013. Volume 1. **Termo de Referência Apoio à Implantação de Ações Integradas de Economia Solidária como Estratégia de Promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável Visando à Superação da Extrema Pobreza**. Disponível em: https://www.academia.edu/29032426/pol%C3%8dtica_nacional_de_economia_solid%C3%81ria_senaes_mte_volume_1_termo_de_refer%C3%8ancia_apoio_%C3%80_i_mplanta%C3%87%C3%83o_de_a%C3%87%C3%95es_integradas_de_economia_solid%C3%81ria_como_estrat%C3%89gia_de_promo%C3%87%C3%83o_do_desenvolvimento_territorial_sustent%C3%81vel_visando_%C3%80_supera%C3%87%C3%83o_da_extrema_pobreza. Acesso em: 30 de abril de 2019.

SILVA, Valter I. da. **Classes Camponesas: modo de ser, de ver e de produzir**. Porto Alegre, Instituto Cultural Padre Josimo. 1ª edição, 2014.

SILVA, Tânia Paula da; BINZSTOK, Jacob. **Espaços de Resistência Camponesa na Fronteira Brasil-Bolívia: Os Assentamentos Rurais em Cáceres-MT**. Revista AGB/TL, Três lagoas/MS, 2012.

SILVA, Rogerio N. da; CAPELO, Maria R. C. **Juventude do campo e políticas públicas: algumas reflexões de um texto em construção**. Colloquium Humanarum. v. 3, n.1, p. 36-48. 2005. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/culturaafro/juventude-no-campo>>. Acesso em: 15 maio 2018.

SILVA, Tânia Paula da. **As Formas Organizacionais de Produção dos Camponeses Assentados no Município de Batayporã/MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, São Paulo. 2004.

SILVA, Tânia P. da. **Territórios de esperança: o processo de recriação camponesa em Cáceres-MT**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2014.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Sistema Agroflorestal – EMBRAPA. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/sistemas-agroflorestais-safs>>. Acesso em: 12 de março de 2019.

SOUZA, Lucas B. **Juventude e adolescência sob o olhar dos jovens participantes do projeto jovem aprendiz**. Trabalho de conclusão de curso, apresentado no departamento de Serviço Social do Centro Socioeconômico Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 2014.

STROPASSOLAS, Valmir L. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Tese (Doutorado) apresentado no Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30363701.pdf>> Acesso em: 21 de março de 2018.

STROPASSOLAS, Valmir L. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa G. de. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.279-293

TIELLET, Maria do H.; ANTUNES, Maria da P. F. e COSTA, José F. da. **Juventude e contemporaneidade: vínculos complexos e futuro incerto**. Revista ECCOS, n. 32, p. 103 -118. 2013.

TOLEDO, Juliana A. C. **Refazendo os percursos do conceito de território para entender os territórios produzidos pela juventude**. Artigo apresentado no II Colóquio NUGEA da Universidade Federal de Juiz de Fora. de 31 de maio a 01 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nugea/files/2016/06/Texto-Nugea-Juliana-Toledo1.pd>> Acesso em: 12 de maio de 2018.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Trad. Maria Encarnación Moya. 2a ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Clacso: São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WEISHEIMER, Nilson. **Jovens agricultores: gênero, trabalho e projetos profissionais**. Trabalho apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS - 25 a 29 de outubro de 2005. p. 1-25. Disponível em: <http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5> Acesso em: 28 de maio de 2018.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes Rurais: mapa de estudos recentes**. Ministério do Desenvolvimento Agrário/NEAD: Brasília, 2005.

ZART, L. L. **Produção social do conhecimento na experiência do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC): interação da UNEMAT e de Movimentos Sociais do Campo**. (Tese de doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2012.

ZART, Laudemir L. (Org.). **Educação e Sócio economia Solidária: paradigmas de conhecimentos e de sociedade**. Cáceres: UNEMAT, 2004. (Serie Sociedade Solidária, 1).

I Conferência Nacional de Economia Solidária – Brasília, 26 à 29 de junho de 2006 - **“Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”**. Disponível em: <<http://fbes.org.br/download/i-conaes-2006-documento-final-1-pdf/>>. Acesso em: 13 de agosto 2018.

ANEXOS

Anexo 1 – Termo de Cooperação do Projeto



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO FINANCEIRA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



UNEMAT-DACC/PGF	
Un. nº	Rubrica
53	(M)

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 6 /2015 – UNEMAT

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTE SI
CELEBRAM A FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO
GROSSO – UNEMAT E A ASSOCIAÇÃO
DO CENTRO DE TECNOLOGIAS
ALTERNATIVAS – ACTA.

ASSOCIAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS - ACTA, pessoa jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, sediada na BR 174 km 05, Comunidade do CATACO, Município de Pontes e Lacerda MT, Caixa postal 122, inscrita no CNPJ sob o nº 24756793/0001-31, doravante denominada simplesmente de **COOPERANTE**, neste ato representada por seu Presidente, devidamente constituído conforme estatuto, Senhor **SAGUIO MOREIRA SANTOS**, brasileiro, Casado, Autônomo na área da educação não formal, portador da Cédula de Identidade sob o nº 968252 SSPMT, CPF nº 766 747 621 72, residente e domiciliado na cidade de Cáceres-MT, na Rua dos Nascimento, nº 29, Bairro Monte Verde, CEP. 78200-000, e a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO-UNEMAT**, pessoa jurídica de Direito Público, criada sob a forma de Fundação pública, através da Lei Complementar nº 030, de 15 de dezembro de 1993, sediada na Av. Tancredo Neves nº 1095, Bairro Cavallhada, em Cáceres – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 01.367.770/0001 – 30, doravante denominada simplesmente de **COOPERADA**, neste ato representado por sua Magnífica Reitora, Professora Dra. **ANA MARIA DI RENZO**, brasileira, separada judicialmente, professora, portadora da Cédula de Identidade sob o nº 40403990 SSP/PR, CPF nº 640.333.419-00, residente e domiciliada na cidade de Cáceres, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, conforme as Instruções Normativas Conjuntas SEPLAN/SEFAZ/AGE - MT nº 01/2009 e 02/2009, a Lei nº 8.666/93, e mediante as cláusulas e condições seguintes.

Cláusula Primeira – OBJETIVO

O presente Instrumento tem como objetivo a cooperação entre os partícipes para o desenvolvimento e execução de curso de Extensão Universitária para formar Agentes Técnicos Agroambientais que é componente transversal no projeto *“produção integrada e sustentável gerando renda e conservação ambiental para a agricultura familiar na Amazônia mato-grossense”*, da ACTA de Pontes e Lacerda-MT, financiado pelo BNDES.

Sub-Cláusula Primeira: Serão Capacitados 30(trinta) agricultores familiares e indígenas (homens, mulheres e jovens), de 12 organizações do sudoeste de Mato Grosso para que atuem como Agentes Técnicos Agroambientais nos subprojetos de produção, processamento e comercialização nas suas organizações.

Sub-Cláusula Segunda: A carga horária total do curso será de 500 H/A. Sendo que, o curso será modular com alternância de tempos de aprendizagem no Centro de formação, em 10 etapas presenciais até completar 380 h/a e períodos de trabalho de observação, registro, análise, pesquisa e estudo de campo nas famílias, unidades de produção, comunidades e organizações desenvolvendo na prática os conteúdos abordados.

Cláusula Segunda – DA FORMA DE EXECUÇÃO

Os signatários comprometem-se a envidar todos os esforços para garantir a efetivação do objeto do presente Acordo de Cooperação.



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO FINANCEIRA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



UNEMAT-DACC/PGF	
FLS. nº	Rubrica
51	PM

Sub-Cláusula Primeira: O Curso de Formação de Agentes Técnicos Agroambientais será executado em parceria entre a ACTA e a UNITRABALHO-PROEC/UNEMAT.

Sub-Cláusula Segunda: A UNITRABALHO-PROEC/UNEMAT, responsabilizar-se-á pela Coordenação Administrativa e Pedagógica do Curso.

Cláusula Terceira – DAS OBRIGAÇÕES

a) DA ACTA

- I. Prover os recursos necessários para a execução do Curso de Agentes Técnicos Agroambientais;
- II. Disponibilizar espaço físico, com boa infraestrutura de sala de aula, dormitórios, cozinha e refeitório, bem como outras dependências para abrigar de 30 a 50 alunos do curso e os demais profissionais, que serão necessários em cada módulo presencial no Centro de Tecnologias Alternativas em Pontes e Lacerda;
- III. Disponibilizar linha telefônica e amplo acesso à internet para os professores, profissionais da secretaria e alunos do curso para comunicação e pesquisa;
- IV. Disponibilizar um secretário executivo, para organizar a secretaria do curso em colaboração com o professor coordenador;
- V. Responsabilizar-se pelo pagamento das despesas de passagens, alimentação, hospedagem e materiais de estudo e pesquisa dos 30 agricultores/as estudantes aprovados na seleção para fazerem o curso, a título de bolsas de estudo;
- VI. Responsabilizar-se pelo pagamento das despesas de transporte, alimentação e hospedagem dos professores do curso;
- VII. Disponibilizar uma biblioteca básica com a bibliografia do curso e outros materiais que possam ser de interesse dos alunos e professores do curso;
- VIII. Disponibilizar equipamentos, tais como TV, Datashow, filmadora, máquina fotográfica digital, GPS, e instrumentos indispensáveis para os trabalhos de campo dos professores;
- IX. Garantir o transporte dos professores e estudantes para as aulas de campo dentro dos módulos das disciplinas;
- X. Analisar os relatórios das atividades desenvolvidas através do projeto, objeto deste Acordo de Cooperação;
- XI. Observar as normas e condições constantes na legislação específica aplicável à execução do objeto.

b) DA UNEMAT

- I. Exercer a coordenação técnica, pedagógica e acadêmica do Curso de Formação de Agentes Técnicos Agroambientais;
- II. Disponibilizar professores do seu quadro para ministrarem disciplinas nos módulos presenciais do curso;
- III. Disponibilizar equipamentos que pertencem ao Núcleo da UNITRABALHO/PROEC/UNEMAT, tais como: Datashow, Notebook, máquina fotográfica e gravador digital;
- IV. Emitir Certificado do Curso, para todos os alunos concluintes, bem como para os professores, monitores, secretaria e coordenação.
- V. Apresentar à Cooperante relatórios das atividades desenvolvidas, e ao final da execução do presente Acordo, apresentar relatório final com os objetos alcançados, bem como avaliação do curso;

Direção Adm. de Contratos e
Convênios
UNEMAT

[Assinatura]

[Assinatura] 2



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO FINANCEIRA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



UNEMAT -DACC/ PGF	
FLS. nº	Rubrica
53	53

- VI. Elaborar e publicar material didático, resultante das atividades desenvolvidas no curso ou outros materiais técnico-científicos de interesse social e acadêmico aprovado pelas partes;
- VII. Observar as normas e condições constantes na legislação específica aplicável à execução do objeto;
- VIII. Publicar o referido Acordo de Cooperação em Diário Oficial;
- IX. Alimentar o Sistema de Gerenciamento de Convênio – SIGCon, com os dados relativos a execução da cooperação.

Cláusula Quarta – DA DIVULGAÇÃO

Obrigam-se os partícipes a mencionar o apoio mútuo sempre que se fizer divulgação ou publicidade do Projeto. Quando da necessidade de produção de peças de caráter educativo, informativo ou de orientação social, não poderão contar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal, devendo ambas as partes, ainda, submeter material para apreciação prévia.

Cláusula Quinta – DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A implantação e o desenvolvimento do Projeto serão objeto de permanente acompanhamento e avaliação por parte da UNEMAT, em conjunto com os demais parceiros, mediante a utilização de instrumentos e metodologia próprios.

Cláusula Sexta – DAS MODIFICAÇÕES

Os signatários, de comum acordo e tendo em vista a conveniência e interesse pertinentes, poderão modificar os termos do presente Acordo de Cooperação, desde que mantido o seu objeto e respeitada a legislação em vigor.

Cláusula Sétima – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Acordo de Cooperação poderá ser denunciado a qualquer momento, desde que a parte interessada, justificadamente, notifique a outra, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

Sub-Clausula Primeira: No caso de denúncia, havendo pendências ou trabalhos em execução, os signatários definirão, através de um Termo de Encerramento do Acordo de Cooperação, as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um dos trabalhos e todas as demais pendências.

Sub-Clausula Segunda: A rescisão decorrerá do descumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, operando os seus efeitos de pleno direito, independente de notificações ou interpelações, judiciais ou extrajudiciais.

Cláusula Oitava – DAS ALTERAÇÕES

As condições estabelecidas no presente Acordo poderão ser alteradas, em todo ou em parte, através da assinatura de instrumento denominado “Termo Aditivo”, com as devidas justificativas, mediante proposta a ser apresentada no prazo mínimo de 20 (vinte) dias antes do seu término e desde que aceitas pelos Partícipes.

Sub-Cláusula Única: É vedado o aditamento do presente Acordo com o intuito de alterar o seu objeto. Sendo, também, vedado que os “Termos de Ajuste Vinculados”, de alguma forma, impliquem da alteração do objeto deste Acordo.

Cláusula Nona – DA VIGÊNCIA

Diretoria Adm. de Contratos e
Convênios - DACC
PGF/UNEMAT



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO FINANCEIRA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



MAT-DACC/PGF	
Nº	Rubrica
54	(assinatura)

O presente Acordo de Cooperação entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência de 2 (dois) anos.

Sub-Cláusula Única: Havendo interesse das Instituições Signatárias, poderá o presente Acordo ser prorrogado por período além do estipulado nesta Cláusula, devendo constar em termo próprio.

Cláusula Décima – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas que se originarem em virtude do presente Acordo, serão dirimidos pelos signatários mediante termo específico, se necessário, ou conforme disposto na legislação aplicável.

Cláusula Décima Primeira – OUTROS PARTICIPES

Mediante concordância expressa das Instituições executoras de atividade específica, outros órgãos ou instituições poderão participar das ações específicas a serem desenvolvidos no âmbito deste Termo.

Cláusula Décima Segunda – DO FORO

O foro eleito para dirimir dúvidas e questões oriundas deste Acordo de Cooperação é o da Comarca de Cáceres, Mato Grosso.

E assim por estarem plenamente de acordo, firmam o presente Acordo de Cooperação, em 03(três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo subscritas.

Cáceres/MT, 21 de fevereiro de 2015.

Prof. Dr. Ana Maria Di Renzo
Reitora da UNEMAT

Sr. Sagulo Moreira Santos
Presidente da ACTA de Ponte e Lacerda -MT

TESTEMUNHAS:

Nome: Camila Ferraz Antunes Maciel
CPF: 006.139.701-92 Ass.: CP Maciel

Nome: João Luis Puhl
CPF: 283.445-880-49 Ass.: J. Puhl

Diretoria Adm. de Contratos e
Convênios - DACC
PGF/UNEMAT

Anexo 2 – Publicação no Diário Oficial de Mato Grosso o Termo de Cooperação do Projeto

<p>Quinta-Feira, 30 de Julho de 2015</p>	<h1 style="margin: 0;">Diário Oficial</h1>	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">UNEMAT-DAC/CPGE</div> <div style="display: flex; justify-content: space-between; width: 100%;"> Nº 26587 FLS nº 53 Rubrica </div> <div style="text-align: right;">Página 41</div>
<p>SES</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center; margin: 5px 0;"> SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE </div> <p>PORTARIA Nº 135/2015/GBSES</p> <p>O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e</p> <p>CONSIDERANDO o que dispõe o art. 5º caput, Parágrafo 1º da Resolução Normativa TCE/MT nº 024/2014;</p> <p>CONSIDERANDO o que dispõe a Portaria 002/2015/GBSES, publicada no Diário Oficial do Estado de 21/01/2015, c/c a Portaria 125/2015, publicada no Diário Oficial do Estado de 06/07/2015.</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Art. 1º Constituir Comissão para realização de Tomada de Contas Especial, visando à apuração dos fatos, a identificação dos responsáveis, a quantificação do dano e a recomposição do prejuízo causado ao erário, referente ao não recolhimento das cotas de contribuição previdenciária ao FUNPREV - Fundo Previdenciário do Estado de Mato Grosso, conforme o apontamento do Acórdão 2.851/2014-TP/TCE/MT, referente às Contas Anuais do Fundo Estadual de Saúde - FES do exercício de 2013.</p> <p>Art. 2º Designar os servidores abaixo, sob a presidência do primeiro, realizar a Tomada de Contas Especial de que trata o art. 1º desta Portaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ Luiz Gustavo Dourado Castanheira, Matrícula: 111934; ☐ Luzia Aparecida Alves de Abreu Sartori, Matrícula: 126920; ☐ Eliberto Francisco da Cruz, Matrícula: 61100; <p>Art. 3º O presidente será substituído em suas ausências e impedimentos pelo primeiro membro.</p> <p>Art. 4º A Comissão fica, desde logo, autorizada a praticar todos os atos necessários ao bom desempenho de suas funções, devendo os órgãos vinculados a esta autoridade prestar a colaboração necessária que lhes for requerida.</p> <p>Art. 5º Fica estabelecida o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para realização dos trabalhos e emissão do respectivo Relatório, podendo ser prorrogado nos termos do § único do artigo 17 da referida Resolução.</p> <p>Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Registrada, Publicada, CUMPRÁ-SE.</p> <p>Cuiabá-MT, 27 de julho de 2015.</p> <p style="text-align: right;">(original assinado) MARCO AURÉLIO BERTÚLIO DAS NEVES Secretário de Estado de Saúde</p> <p>PORTARIA Nº. 136/2015/ GBSES</p> <p>O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e;</p> <p>CONSIDERANDO a rescisão do Contrato de Gestão n. 007/SES/MT/2012, celebrado entre esta Secretaria de Estado de Saúde e o Instituto Pernambucano de Assistência à Saúde - IPAS, publicada no D.O.E. de 20/05/2015.</p> <p>CONSIDERANDO que a partir de 01/05/2015, os serviços de gerenciamento do Hospital Regional de Alta Floresta, passaram a ser de responsabilidade da Secretaria de Estado de Saúde, por meio de ocupação temporária, onde fora aplicando por analogia o inciso II do artigo 80 c/c inciso V do artigo 58 ambos da Lei 8.666/93.</p> <p>CONSIDERANDO que a Secretaria de Estado de Saúde ainda não concluiu os procedimentos internos necessários e suficientes para interromper a ocupação temporária, haja vista a complexidade dos critérios técnicos a serem analisados.</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Art. 1º Prorrogar a ocupação temporária no Hospital Regional de Alta Floresta, a partir de 30 de julho de 2015, visando garantir a continuidade dos serviços públicos considerados de caráter essencial, que são dispensados à população da Região Norte do Estado de Mato Grosso, que é referência para os municípios de Alta Floresta, Apicás, Carlinda, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde e Paranaíba.</p> <p>Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.</p> <p>REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRÁ-SE.</p> <p>Cuiabá, 30 de julho de 2015.</p> <p style="text-align: right;">(original assinado) MARCO AURÉLIO BERTÚLIO DAS NEVES Secretário de Estado de Saúde</p>	<p>PORTARIA Nº. 137/2015/GBSES</p> <p>O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e;</p> <p>CONSIDERANDO a rescisão do Contrato de Gestão n. 001/SES/MT/2013, celebrado entre esta Secretaria de Estado de Saúde e o Instituto Pernambucano de Assistência à Saúde - IPAS, publicada no D.O.E. de 20/05/2015.</p> <p>CONSIDERANDO que a partir de 01/05/2015, os serviços de gerenciamento do Hospital Regional de Colíder, passaram a ser de responsabilidade da Secretaria de Estado de Saúde, por meio de ocupação temporária, onde fora aplicando por analogia o inciso II do artigo 80 c/c inciso V do artigo 58 ambos da Lei 8.666/93.</p> <p>CONSIDERANDO que a Secretaria de Estado de Saúde ainda não concluiu os procedimentos internos necessários e suficientes para interromper a ocupação temporária, haja vista a complexidade dos critérios técnicos a serem analisados.</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Art. 1º Prorrogar a ocupação temporária no Hospital Regional de Colíder, a partir de 30 de julho de 2015, visando garantir a continuidade dos serviços públicos considerados de caráter essencial, que são dispensados à população da Região Norte do Estado de Mato Grosso, que é referência para os municípios de Colíder, Itaúba, Marcelândia, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita e Nova Santa Helena.</p> <p>Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.</p> <p>REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRÁ-SE.</p> <p>Cuiabá, 30 de julho de 2015.</p> <p style="text-align: right;">(original assinado) MARCO AURÉLIO BERTÚLIO DAS NEVES Secretário de Estado de Saúde</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center; margin: 10px 0;"> ADMINISTRAÇÃO INDIRETA </div> <p>UNEMAT</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center; margin: 5px 0;"> UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO </div> <p>EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 06/2015 - UNEMAT</p> <p>PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT/ ASSOCIAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS - ACTA</p> <p>DO OBJETO: O presente Instrumento tem como objeto a cooperação entre os partícipes para o desenvolvimento e execução do curso de Extensão Universitária para formar Agentes Técnicos Agroambientais que é componente transversal no projeto "produção integrada e sustentável gerando renda e conservação ambiental para a agricultura familiar na Amazônia mato-grossense", da ACTA de Pontes e Lacerda-MT.</p> <p>DA ASSINATURA: 21/07/2015</p> <p>DA VIGÊNCIA: 21/07/2015 a 20/07/2017</p> <p>ASSINAM: Prof.ª Dr.ª Ana Maria Di Renzo - Reitora da UNEMAT e o Sr. Sagueiro Moreira Santos - Presidente da ACTA de Pontes e Lacerda-MT.</p> <p>AGER</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center; margin: 5px 0;"> AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO </div> <p>Extrato de Termo de Permissão</p> <p>Termo: 004/2015-AGER/MT</p> <p>Permitente: Estado de Mato Grosso - por meio da AGER/MT.</p> <p>Permissionário: F. Chico - EPP.</p> <p>CNPJ: 03.039.776/0001-03</p> <p>Objeto: Prestação de Serviço de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros na Categoria Alternativo de Característica Rodoviária.</p> <p>Linha: Código 222-2-1-00 Cuiabá X São José dos Quatro Marcos</p> <p>Coefficiente Tarifário: Piso I (asfalto): 0,259892 - Piso II (terra): 0,358651</p> <p>Prazo: 07 (sete) anos a partir da assinatura do termo.</p> <p>Legislação Aplicável: Lei Complementar nº 432/2011, redação dada pela Lei Complementar nº 557/2014.</p> <p>Assinam: Pelo Permitente: Carlos Carlão Pereira do Nascimento - AGER/MT</p> <p style="text-align: right;">Pela Permissionária: Flávio Chico - F. Chico - EPP.</p> <p style="text-align: right;">Cuiabá: 30/07/2015</p>	

Anexo 3 – Folder do Projeto “Semeando a Amazônia Sustentável”

**PROJETO SEMEANDO
- METAS FÍSICAS -**

Apoiar e fortalecer 300 famílias de agricultores familiares através de:

- ⇒ Implantação/recuperação de 250 hectares de Sistemas Agroflorestais (SAFs);
- ⇒ Instalação de 500 colmeias;
- ⇒ Apoio na produção de mudas em 04 viveiros;
- ⇒ Apoio em 04 unidades de beneficiamento da produção;
- ⇒ Apoio nos processos de comercialização da produção;
- ⇒ Assistência Técnica (ATER) aos grupos beneficiados.

Este projeto recebe recursos do

FUNDO AMAZONIA

www.fundoamazonia.gov.br

CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA - CTA
VALE DO GUAPORÉ - MT

Associação Centro de Tecnologia Alternativa - CTA -

BR-174, Km 05, Comunidade do Cataão Pontes e Lacerda - Mato Grosso
Caixa Postal 122
CEP: 78.250-000
Celular: (65) 9932-0481 / 9971-2808
E-mail: ctamnt@ctamnt.org.br
Página eletrônica: www.ctamnt.org.br

Instituição Aglutinadora:

ARPA
APA

Organizações, Grupos e Comunidades Beneficiadas:

CTA
ARPA
APA
COPRAF
COOPERMAF
ACA
COOPERJAURU
Central de Associações
Grupo de Mulheres Margarida Alves
Associação Indígena Niroschi Haukina
Associação Produtiva Indígena Chiquitana
Associação dos Trabalhadores Rurais da Gleba Jatobá

BNDES **Ministério do Desenvolvimento Social** **Ministério do Meio Ambiente** **BRASIL**

CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA - CTA
VALE DO GUAPORÉ - MT

CADEIAS DE VALOR DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUDOESTE DO ESTADO DO MATO GROSSO

FUNDO AMAZONIA

Pontes e Lacerda/MT – Novembro de 2005

CADEIAS DE VALOR DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUDOESTE DO ESTADO DO MATO GROSSO

Objetivo do Projeto

Apoiar o fortalecimento da agricultura familiar em municípios do bioma Amazônia da região sudoeste do Estado de Mato Grosso, por meio da implantação e consolidação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), do apoio às estruturas coletivas de beneficiamento da produção e da estruturação de canais de comercialização de produtos oriundos dos SAFs.

Beneficiários

Agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas e Comunidades Indígenas.

Abrangência

Organizações Envolvidas

Entidade Aglutinadora:
CTA—Associação Centro de Tecnologia Alternativa

Entidades Aglutinadas:
ARPEP—Associação Regional de Agricultores e Agricultoras Familiares de Mirassol D'Oeste
APA—Associação Portense de Apicultores e Agricultores da Agricultura Familiar de Porto Esperidião

Componentes do Programa

★ **Produção Agroflorestal** ★
Esta previsto o plantio de 250 hectares de novas áreas de Sistemas Agroflorestais (SAFs) nos municípios abrangidos pelo Projeto, envolvendo aproximadamente 250 famílias. Também está prevista a instalação de 500 caixas de abelhas (colmeias).

O Projeto apoiará diretamente os SAFs com a aquisição de insumos agrícolas, instalação de 4 viveiros comunitários, custeio da produção das mudas, aquisição e a instalação de caixas de abelhas (colmeias), bem como a prestação de assistência técnica. Serão instaladas 500 caixas de abelhas com a expectativa de aumento na produção de mel em torno de 12 toneladas/ano.

★ **Beneficiamento da Produção Agroflorestal** ★
As atividades objetivam agregar valor aos produtos agroflorestais produzidos na região e também na produção oriunda dos SAFs implantados pelo Projeto. Haverá modernização e ampliação de estruturas para o beneficiamento da produção existentes. Estas unidades de processamento são cozinhas comunitárias polia de frutas até pequenas agroindústrias para a produção de farinha, pães, biscoitos e doces.

Serão implantadas e/ou modernizadas 5 unidades de processamento e 2 casas do mel. Serão adquiridos equipamentos e custeados os gastos de transporte da produção para as estruturas de beneficiamento e também das mercadorias para os mercados consumidores.

Assim, está prevista a aquisição de dois furgões, um para atender as unidades de processamento e o outro para atender as casas do mel. A unidade de beneficiamento de alimentos do CTA também será modernizada.

Componentes do Programa

★ **Comercialização de Produtos Agroflorestais** ★
Serão trabalhados os mecanismos que permitam que os produtos da região e dos grupos apoiados pelo Projeto sejam comercializados nos mercados locais e os institucionais.

No mercado institucional de alimentos destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos do FNDE na compra de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar na rede pública de ensino.

A Central de Abastecimento e Vendas da Agricultura Familiar (Central das Associações) realizará estes serviços através do escritório de comercialização em Pontes e Lacerda, tendo um agente de comercialização e um veículo por todo o período do projeto.

O escritório de comercialização será responsável por articular os contratos relacionados ao PAA e PNAE nos grupos beneficiados e nos governos, além de promover e apoiar a comercialização junto à rede varejista dos municípios.

★ **Atividades Transversais** ★

♦ **Formação e Capacitação**
O apoio para os agricultores e agricultoras familiares será em temas relacionados à implantação dos SAFs, na operação das unidades de processamento e na comercialização de produtos nos mercados institucionais. Será realizado no Centro de Formação do CTA e capacitará 30 agricultores e agricultoras familiares. O custeio do Curso será mantido pelo Projeto e terá parceria com uma instituição de ensino superior.

♦ **Assistência Técnica (ATER)**
Será disponibilizada serviços de assistência técnica aos agricultores e agricultoras familiares beneficiários do Projeto para a implantação e consolidação de SAFs e nas unidades de processamento e casas do mel. A equipe de ATER é composta de um coordenador técnico e dois técnicos agropecuários.

Anexo 4 – Pareceres de Aprovação e Portaria de execução do Curso no âmbito da Unemat



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA



PARECER Nº. 031/2017-PROEC

Edital:	Nº 001/2016/PROEC
Unidade de vinculação:	Campus de Cáceres /UNITRABALHO
Projeto:	Produção Integrada e Sustentável Gerando Renda e Conservação Ambiental na Agricultura Familiar na Amazônia Mato-Grossense
Área Temática:	Educação/Meio Ambiente/Trabalho/Tecnologia e Produção
Coordenador:	Prof. João Ivo Puhl
Equipe:	Prof. Laudemir Luiz Zart Jucilene de Oliveira Martins
Colaboradores:	Douglas Alexandre Campos Castrillon Junior Profa. Heloisa Gentil Sales Profa. Lóriége Pessoa Bitencurt Rafaela Grazielle Castrillon Profa. Solange Kimie Ikeda Castrillon Thiago Wanderson Santana Zorzan
Vigência da proposta:	02/03/2017 a 10/12/2018

HISTÓRICO:

Trata-se da aprovação do Projeto de Extensão “**Produção Integrada e Sustentável Gerando Renda e Conservação Ambiental na Agricultura Familiar na Amazônia Mato-Grossense**” vinculado ao Edital Nº 001/2016/PROEC de fluxo contínuo para chamada de propostas de extensão da PROEC, sem ônus para a UNEMAT.

De acordo com a proposta o projeto tem como objetivo geral: *acompanhar e assessorar pedagogicamente atividades de campo dos estudantes do curso de Agentes Técnicos Agroambientais para desenvolver capacidades técnicas em produção, manejo de solos, plantas, animais e pragas, em armazenagem, conservação e beneficiamento de produtos agropecuários e/ou extrativistas e em comercialização coletiva para agregar valor, gerar renda e qualificar a gestão de negócios associativos e/ou cooperativos.*

O referido Projeto é vinculado ao Núcleo UNEMAT – UNITRABALHO.

PARECER:

Diante do exposto, a Pró-reitoria de Extensão e Cultura, **APROVA** e **INSTITUCIONALIZA** o referido projeto e registra que:

- Anualmente o coordenador deverá encaminhar o **relatório parcial** via e-mail, e ao final da vigência o **relatório final**, que deverá ser tramitado pelo Colegiado Regional para anexação de pareceres.
- Se a proposta abranger a realização de cursos e eventos, deverão apresentar estas proposições diferenciadas em formulários específicos, no período que antecede a execução destes cursos ou eventos,
- Qualquer execução financeira, bem como a prestação de contas, decorrentes do objeto desta ação serão de responsabilidade do coordenador o qual responderá pelos seus efeitos. É o Parecer.

Encaminhe-se a Reitoria para confecção de Portaria.

Cáceres, 01 de junho de 2017.

A
Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo
Magnífica Reitora da UNEMAT

FRANCESCO SENATORE DE OLIVEIRA
Supervisor de Projetos
UNEMAT-PROEC
Portaria 067/2015

ANDERSON MARQUES DO AMARAL
Pró-Reitor de Extensão e Cultura
UNEMAT - PROEC
Portaria nº 216/2017

Pró-reitoria de Extensão e Cultura

Av. Tancredo Neves, 1095 - CEP: 78.200-000 - Cáceres-MT

Tel/PABX: (65) 3221-0051 / 3221-0052

www.unemat.br – Email: proec@unemat.br

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
GABINETE DA REITORIA



PORTARIA N° 2289 /2017

Autoriza servidor a coordenar e participar de projeto de extensão universitária.

A REITORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

CONSIDERANDO o que estabelece o artigo 6º da Lei Complementar 320 de 30/06/2008.

CONSIDERANDO o Ofício nº 132/2017 – PROEC, de 01.06.2017; Protocolo n.º 128686/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os membros abaixo relacionados a coordenarem e participarem do projeto de extensão universitária, da Universidade do Estado de Mato Grosso.

Edital:	Nº 001/2016/PROEC
Unidade de vinculação:	Campus de Cáceres /UNITRABALHO
Projeto:	Produção Integrada e Sustentável Gerando Renda e Conservação Ambiental na Agricultura Familiar na Amazônia Mato-Grossense
Área Temática:	Educação/Meio Ambiente/Trabalho/Tecnologia e Produção
Coordenador:	Prof. João Ivo Puhl
Equipe:	Prof. Laudemir Luiz Zart Jucilene de Oliveira Martins
Colaboradores:	Douglas Alexandre Campos Castrillon Junior Profa. Heloisa Gentil Sales Profa. Lóriége Pessoa Bitencurt Rafaela Grazielle Castrillon Profa. Solange Kimie Ikeda Castrillon Thiago Wanderson Santana Zorzan
Vigência da proposta:	02/03/2017 a 10/12/2018

Registre-se
 Publique-se
 Cumpra-se
 Cáceres, MT, 12 de maio de 2017.

Prof. ARIEL LOPES TORRES
 Reitor em substituição Legal
 Portaria nº 2065/2017

Anexo 5 – Folder de Divulgação do Curso de Capacitação de Agentes Técnicos Agroambientais

ASSOCIAÇÃO CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA - CTA
BR-174, Km 05, Comunidade do Cataco - Zona Rural
e-mail: ctama@ctamt.or.br
Fones; (65) 9932-0481

este projeto recebe
recursos do



www.fundcamazonia.gov.br

Promoção

CTA e Instituições Articuladas

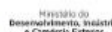
Parceiras

FASE-MT - IFET

Realização

UNEMAT - UNITRABALHO

Logos da UNEMAT e da UNTRABALHO



CURSO DE CAPACITAÇÃO DE AGENTES TÉCNICOS AGROAMBIENTAIS

O Curso será implantado e conduzido pela parceria da Associação Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) através da UNITRABALHO. Contará com recursos oriundo do *Projeto Semeando Amazônia Sustentável* financiado pelo Fundo Amazônia. Envolverá as instituições articuladas pelo Projeto, além de entidades parceiras atuantes na região sudoeste de Mato Grosso.

OBJETIVO GERAL

Formar 30 Agentes Técnicos Agroambientais, entre homens, mulheres e jovens, representantes de suas organizações, sendo capacitados tecnicamente em implantação e condução dos Sistemas Agroflorestais - SAFs (Quintais Produtivos), agroindústrias e processos de comercialização para atuarem junto aos grupos aglutinados pelo Projeto, contribuindo nos processos de organização, beneficiamento e comercialização da produção oriunda dos SAFs;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Capacitar 30 agricultores(as) como Agentes Técnicos Agroambientais, priorizando a sua atuação democrática e promovendo a participação de jovens e mulheres dos 10 grupos articulados pelo Projeto. Haverá mais 10 vagas para pessoas de outros grupos e/ou associações interessadas;
2. Capacitar técnica e administrativamente Agentes Técnicos Agroambientais para que orientem os beneficiários do Projeto para que ocorram os processos de implantação dos SAFs, a agregação de valor e renda, o beneficiamento da produção e a comercialização nos 10 (dez) grupos articulados e participantes do Projeto.

Os Agentes Técnicos Agroambientais capacitados deverão comprometer-se com a produção agroecológica, com a organização democrática, transparente e participativa nas decisões coletivas dos grupos envolvidos e a participação equitativa e igualitária das mulheres e jovens nos processos de decisões, nas responsabilidades e nos benefícios das organizações.

PÚBLICOS BENEFICIÁRIOS

O Curso é voltado para agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas, comunidades tradicionais e comunidades indígenas que estão articuladas pelas instituições componentes do Projeto Semeando Amazônia Sustentável.

SELEÇÃO DOS CANDIDATOS PARA O CURSO

Os candidatos serão selecionados entre as famílias que participam como beneficiadas nas instituições articuladas pelo Projeto. Cada instituição será responsável pela escolha de três participantes, seguindo os critérios estabelecidos em documento específico.

CARGA HORÁRIA

A carga horária total do Curso será de 900 horas/aula, sendo:

- ❖ 500h/aula presenciais no tempo na escola (CTA), onde 380h/aula serão teóricas e 120h/aula práticas, distribuídas em 10 meses;
- ❖ 400h/aula práticas no tempo de campo com inserção em suas comunidades e seus estabelecimentos familiares.

METODOLOGIA DA ALTERNÂNCIA

O Curso funcionará em dois tempos alternados durante 10 meses:

- ❖ *Tempo na Escola*: o participante estará uma semana por mês no Centro de Formação do CTA em Pontes e Lacerda para as disciplinas teóricas serem ministradas por professores;
- ❖ *Tempo de Campo*: Ao fim de cada tempo de escola terão atividades de observação, registro, experimentação, demonstração, difusão e orientação inserido nos projetos da sua comunidade de origem.

REQUISITOS PARA APROVAÇÃO NO CURSO

- ❖ Frequência obrigatória de 75% (setenta e cinco por cento) de presença do total da carga horária dada em regime presencial, para ter direito ao Certificado de Agente Técnico Agroambiental;
- ❖ Cursar todas as disciplinas conforme o cronograma;
- ❖ Obter nota igual ou superior a 7,0 (sete) em cada disciplina;
- ❖ Apresentar e obter aprovação do portfólio em banca;
- ❖ O prazo para integralização do Curso será de 10 (dez) meses, incluindo a entrega e defesa do portfólio, sem prorrogação.

LOCAL: No Centro de Formação do CTA em Pontes e Lacerda/MT.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: **abril a dezembro de 2016.**